

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
PROGRAMA DE MESTRADO ACADÊMICO EM TURISMO E HOTELARIA**

**AUTONOMIA MUNICIPAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE
PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO EM CIDADES PEQUENAS
Um Estudo de Balneário Barra do Sul - SC**

SUÉLIN JORIS

**Balneário Camboriú – SC
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BANEÁRIO CAMBORIÚ
PROGRAMA DE MESTRADO ACADÊMICO EM TURISMO E HOTELARIA

SUÉLIN JORIS

**AUTONOMIA MUNICIPAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE
PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO EM CIDADES PEQUENAS**
Um Estudo de Balneário Barra do Sul - SC

Dissertação apresentada para obtenção de título de Mestre em Turismo e Hotelaria, Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Turismo e Hotelaria – Mestrado Acadêmico, da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Antônio dos Anjos.

Balneário Camboriú – SC

2010

SUÉLIN JORIS

**AUTONOMIA MUNICIPAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE
PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO EM CIDADES PEQUENAS
Um Estudo de Balneário Barra do Sul - SC**

Área de concentração: Planejamento e Gestão do Turismo e da Hotelaria

Dissertação apresentada e julgada no Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Turismo e Hotelaria – Mestrado Acadêmico, da Universidade do Vale do Itajaí, Campus de Balneário Camboriú, para obtenção do título de mestre em Turismo e Hotelaria pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Francisco Antônio dos Anjos.

Examinador: Prof. Dr. Paulo Pires

Examinador: Prof. Dr. Renato Saboya

AGRADECIMENTOS

Ao pensar sobre todo esse caminho percorrido nesses dois anos, percebo que tenho bons motivos para agradecer, pois apesar de que a realização e concretização deste trabalho tenha sido um grande esforço individual, sem dúvida necessitou do apoio e colaboração de muitas pessoas. Por isso agradeço:

... À uma força divina que me protege e ilumina, o qual me proporcionou mais esta conquista... Um dia vista muito longe ao horizonte da vida.

... À meus pais, Arselo e Rosane, que nunca se opuseram as minhas escolhas, estando sempre ao meu lado mesmo na distância, apoiando minhas decisões e dando todo o suporte necessário para a realização dos meus sonhos e mais, pelo amor incondicional que me fortalece e me impulsiona, por fazer de mim o que eu sou e por ser o motor da minha vida. Felizes são os que podem contar com o suporte familiar diante dos desafios.

... À meu “maninho” Ruan Felipe, peço desculpa por não poder estar presente em vários momentos de sua vida, devido aos meus estudos, sempre distantes.

... Ao meu amigo e companheiro Alexandre, meu “agente crítico”, que muito me fez engrandecer como mulher.

... À meu orientador Francisco, pelos conselhos, pelas idéias, pela “liberdade” intelectual, por respeitar, confiar e me incentivar. Obrigada por me ajudar a crescer.

... Aos professores integrantes da banca de qualificação e defesos final, que aceitaram participar destas etapas, enriquecendo e contribuindo com seus conhecimentos a este trabalho.

... Aos meus amigos e colegas de Mestrado e da vida, pela troca de experiências, pelas longas conversas e pelo ombro amigo. Em especial a Simone e Lourdes.

... À FAPESC (Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de SC) pelo apoio financeiro, que além de proporcionarem a continuação do mestrado, me deram a oportunidade de dedicação integral ao mestrado.

E a todos que de alguma forma, contribuíram para o enriquecimento e realização desta dissertação... Obrigada de coração!

“Com o tempo, os conceitos mudam...
os sonhos mudam...
os planos mudam...
a vida muda...
Mas não se mudam princípios e valores...
Mudei e continuo igual...
Assim é o ser humano: tão coerente em
suas contradições...”

Jacky Correia

"Democracia?
É dar a todos o mesmo ponto de partida.
Quanto ao ponto de chegada, isso depende
de cada um."

Mario Quintana

JORIS, S. Autonomia Municipal e Participação Popular no processo de Planejamento e Gestão do Turismo em Cidades Pequenas – Balneário Barra do Sul/ SC. Dissertação de Mestrado em Turismo e Hotelaria, UNIVALI.

RESUMO

Um dos maiores desafios do turismo em cidades pequenas na realidade de atuação primária é incorporar o conceito de planejamento e gestão como categoria para identificação de necessidades e organização das práticas turísticas, sobretudo as relacionadas a articulação de todos os atores locais na perspectiva de maior integridade e sustentabilidade local. A incorporação da forma articulada e autônoma na promoção do turismo local, pode contribuir para a melhoria no planejamento e gestão das mesmas, na medida em que amplia o objeto para as necessidades dos grupos, contribuindo na superação das diferenças culturais e da sazonalidade ocasionadas pelo turismo. Assim torna-se necessário reconhecer as práticas e concepções do turismo de base comunitária em sua forma articuladora e autônoma inseridos na atenção primária das cidades pequenas. Este estudo investigou a iniciativa da autonomia municipal e a participação comunitária no processo de planejamento e gestão do turismo em cidades pequenas, tendo como estudo de caso Balneário Barra do Sul – SC. Foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa fundamentada no discurso do sujeito coletivo com suporte na dialética a partir da análise bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com atores locais do estudo de caso. A análise bibliográfica incidiu sobre três palavras chaves, autonomia municipal, participação popular e turismo de base comunitária, no qual foi realizado um levantamento sobre os principais focos de ação referente ao assunto. As entrevistas e questionário semiestruturados foram realizadas com atores públicos, privados e comunitários ligados ao turismo de Balneário Barra do Sul – SC, sistematizadas a partir do método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) e analisadas por meio do referencial da dialética. Os resultados da análise bibliográfica indicam uma importância maior sobre a atuação do turismo de base comunitária em pequenas comunidades ou grupos de famílias. A análise das entrevistas indica que o conceito de autonomia e participação é traduzido por ações individualistas de grupos específicos e a transformação de estilos de vida local. Esta indefinição e o constante conflito de interesses dos atores locais acarreta outras dificuldades para avaliação e superação de problemas, restringindo o alcance de todos no planejamento e gestão participativa do turismo local. As práticas e tentativas de articulação relatadas são estruturadas a partir dos programas e planos voltados para ações de imediatismo preconizados pelo poder público local. No entanto, a estruturação de ações direcionadas ao conceito ampliado na promoção articulada e autônoma deveria contemplar ações intersertoriais e grupais voltadas para o comportamento grupal, bem como o fortalecimento do indivíduo como ator social. Conclui-se que a organização das ações em turismo no município em questão ou utilizando do caso de cidades pequenas se aproxima da concepção do modelo tradicional de Turismo

de Base Comunitária, na qual a origem dos problemas são hábitos e estilos de vida incorretos ocasionados pelos conflitos de interesse entre a comunidade. Porém, ao incorporarmos a categoria de planejamento e gestão de forma participativa e autônoma visando o bem estar da população, poderia ter seu eixo modificado para a perspectiva promocional de um turismo de divisas e de sustentabilidade, sem excluir a atenção individual e grupal, de modo que a comunidade seja vista e inserida em um ambiente comunitário e atuante.

Palavras-chaves: Autonomia municipal, Balneário Barra do Sul, Cidades pequenas, Planejamento e gestão participativo, Turismo de base comunitária.

ABSTRACT

One of the biggest challenges facing tourism in small towns is to incorporate the concept of planning and management as a category for identifying the needs and organization of tourism practices, particularly those related to collaboration between the local actors, within the perspective of greater integrity and local sustainability. The incorporation of a collaborative and autonomous mode to the promotion of local tourism can contribute to improving the planning and management of tourism in small towns, in that it widens the object for the needs of the groups, contributing to overcoming the cultural differences and seasonality brought by tourism. Thus, it becomes necessary to recognize the practices and concepts of community-based tourism in its collaborative and autonomous form, as the main focus of small towns. This study investigates the initiative of the municipal autonomy, and community participation in the process of planning and managing tourism in small towns, taking the town of Balneário Barra do Sul – SC as a case study. A qualitative study was carried out, based on the discourse of the collective subject, supported by the dialectic, a literature review and semi-structured interviews with local actors in the case study. The literature review covered the topics of municipal autonomy, popular participation and community-based tourism, in which the main focuses of action relating to the subject were investigated. Interviews and semi-structured questionnaire were applied to the public, private and community actors linked to tourism in Balneário Barra do Sul – SC, systematized by the method of Discourse of the Collective Subject (DCS) and analyzed by means of the dialectic framework. The results of the literature review indicate greater importance of the action of community-based tourism in small communities or family groups. The analysis of the interviews indicates that the concept of autonomy and participation is translated by individualist actions of specific groups and the transformation of local lifestyles. This lack of definition, and the constant conflicts of interest between the local actors, leads to other difficulties for evaluating and overcoming the problems, restricting the scope of all in the participative planning and management of local tourism. The practices and attempts at collaborative practices reported are structured around programs and plans geared towards short-sighted actions, recommended by the local public authority. However, the structuring of actions focused on the wider concept in the collaborative and autonomous promotion, should include inter-sector and group actions aimed at changing group behavior, as well as strengthening the individual as a social actor. It is concluded that the organization of actions in tourism, in the town in question, or using the case of small towns, is close to the concept of the traditional model of Community-Based Tourism, in which the origin of the problems are incorrect habits and lifestyles brought about by conflicts of interest within the community. By incorporating the category of planning and management in a participatory and autonomous way, seeking the well-being of the population, it could then be modified from the perspective of promoting a tourism aimed at income and sustainability, without excluding individual and group attention, so that the community is seen and inserted in a community and pro-active environment.

Key words: Municipal autonomy, Balneário Barra do Sul, Small towns, Participative planning and management, Community based tourism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. OBJETIVOS DA PESQUISA	16
1.1 Objetivo Geral	16
1.2 Objetivos Específicos	16
2. METODOLOGIA	17
2.1 Pesquisa Bibliográfica	20
2.2 Pesquisa Documental	21
2.3 População e Amostragem	22
2.4 Técnicas de pesquisa e instrumentos para coleta de dados e aplicação de Entrevistas e Questionários	23
2.5 Métodos de Interpretação e análise (entrevistas e questionários)	26
3. AUTONOMIA, PARTICIPAÇÃO E TURISMO	30
3.1 Cidades Pequenas e o turismo	30
3.2 Planejamento e gestão participativa do turismo	35
3.2.1 Planejamento do Turismo	37
3.2.2 Gestão do Turismo	39
3.3 Participação comunitária	42
3.3.1 Desenvolvimento Sustentável	47
3.3.2 Conflitos de Interesse	48
3.4 Autonomia municipal	50
4. PRÁTICAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	60
4.1 Turismo comunitário-solidário	60
4.2 Redes de turismo comunitário-solidário	66
4.2.1 Rede de Turismo Comunitário da América Latina – REDTUR	66

4.3 Turismo de base comunitária: Realidade Brasileira	79
4.3.1 Exemplo da Comunidade da Prainha do Canto Verde – CE	80
4.3.2 Exemplo da Comunidade de Trindade, município de Paraty – RJ	82
5. ESTUDO DE CASO	84
5.1 Balneário Barra do Sul – SC	84
5.2 Um breve histórico	85
5.3 Características sócio-ambientais.....	92
5.4 Desenvolvimento turístico	95
6. VÁRIAS FACES DA PERCEPÇÃO	99
6.1 As diferentes percepções	99
6.1.1 Percepção dos Atores do setor Público sobre Balneário Barra do Sul101	
6.1.2 Percepção da Iniciativa privada e Sociedade civil sobre Balneário Barra do Sul 111	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	134
APÊNDICES	143
Apêndice 01: Roteiro de Entrevista	144
Apêndice 02: Questionário de Entrevista	146
Apêndice 03: Termo de consentimento.....	148
ANEXOS.....	150
Anexo 01: Lei 805/08 Lei Nº 805 de 19 de maio de 2008 de Balneário Barra do Sul	151
Anexo 02 : Controladoria geral da união	153

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Articulação para o desenvolvimento turístico em cidades pequenas. .	14
Figura 02: Levantamento Bibliográfico.	20
Figura 03: Levantamento Documental.	21
Figura 04: Atores públicos para aplicação de Entrevista.	24
Figura 05: Atores comunitários para aplicação de Questionário.	25
Figura 06: Cincos princípios para verificação de desenvolvimento local.	64
Figura 07: Objetivos para o desenvolvimento proposto pelo CBT.	64
Figura 08: Localização do Município de Balneário Barra do Sul – SC.	84
Figura 09: Município de Balneário Barra do Sul – SC.	85
Figura 10: Fotos: Balneário Barra do Sul - SC, na década de 80 do século XX. .	97
Figura 11: Fotos: Balneário Barra do Sul – SC no ano de 2009.	98
Figura 12: Atores Públicos Entrevistados.	101
Figura 13: DSC referente a pergunta 1 – Atores Públicos.	101
Figura 14: DSC referente à pergunta 2 – Atores Públicos.	103
Figura 15: DSC referente à pergunta 3 – Atores Públicos.	104
Figura 16: DSC referente à pergunta 4 – Atores Públicos.	105
Figura 17: DSC referente à pergunta 5 – Atores Públicos.	106
Figura 18: DSC referente à pergunta 6 – Atores Públicos.	107
Figura 19: DSC referente à pergunta 7 – Atores Públicos.	108
Figura 20: DSC referente à pergunta 8 – Atores Públicos.	109
Figura 21: DSC referente à pergunta 1 – Atores sociais.	111
Figura 22: DSC referente à pergunta 2 – Atores sociais.	113
Figura 23: DSC referente à pergunta 3 – Atores sociais.	115
Figura 24: DSC referente à pergunta 4 – Atores sociais.	116
Figura 25: DSC referente à pergunta 5 – Atores Públicos.	118
Figura 26: DSC referente à pergunta 6 – Atores sociais.	120
Figura 27: DSC referente à pergunta 7 – Atores sociais.	122

LISTA DE ABREVIATURAS

AMUNESC: Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina.

BBS; Balneário Barra do Sul.

CBT: Community Based Tourism.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

OMT: Organização Mundial do Turismo.

PIB: Produto Interno Bruto.

PMBBS: Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul.

REDETRAF: Rede de Turismo na Agricultura Familiar.

REDTURS: Rede de Turismo Comunitário da América Latina.

RITA: Rede Indígena de Turismo do México.

TUSOCO: Rede Boliviana de Turismo Solidário Comunitário.

TUCUM: Rede Cearense de Turismo Comunitário.

TURISOL: Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário.

INTRODUÇÃO

O município de Balneário Barra do Sul, localizado no litoral norte do estado de Santa Catarina, emancipou-se recentemente do município de Araquari em 09 de janeiro de 1992. Apesar desta característica, desde seus primórdios de ocupação já era alvo do turismo de veraneio, este que potencializou seu processo de acelerado crescimento populacional, que de acordo com o censo demográfico (IBGE, 2000), foi o município catarinense que apresentou o maior índice de crescimento populacional entre os anos de 1996 a 2000.

A comunidade é alvo da divisa entre a cultura popular e a cultura de massa influenciada pelo turismo sazonal, acarretando rápido crescimento populacional configurando assim seu último e atual momento histórico. A evolução do lugar ganhou características próprias a qual se identifica grupos populares de moradores tradicionais (pescadores), moradores migrantes (aposentados) e moradores flutuantes (veranistas e segunda residência). Cada grupo diferenciado não apenas na sua atuação dentro do município, mas também claramente divididos espacialmente no território urbano, tornando sua dinâmica comunitária marcada por diferenças culturais extremamente relevante.

Ao falar do turismo de Balneária Barra do Sul, um município privilegiado geograficamente e apesar de ser alvo de “veraneios” antes mesmo da sua consolidação como município, atualmente sua configuração turística se encontra desordenada, longe do desejado turismo que gera divisas e resgata, é representada apenas por um turismo devastador, porém indispensável, esperado e necessário para a pequena economia local.

Sendo o turismo uma economia e fonte de renda necessária para o município, isso nos remete a necessidade de um planejamento relevante e articulado, onde todos possam usufruir deste benefício ainda que pequenos. Desta forma a necessidade de se pensar o desenvolvimento e planejamento turístico de forma integrada, juntamente com a relevância do comprometimento com as questões sociais, a gestão do turismo deve partir da premissa da autonomia municipal e a participação popular como parte integrante da sustentabilidade do

processo de planejamento e gestão do turismo em cidades pequenas na busca pelo desenvolvimento local.

Exemplificamos ações de Turismo de Base Comunitária, por entender que este modelo, que possui como fonte a articulação entre todos os atores de uma localidade na busca pela melhoria da qualidade de vida local, a qual engloba ações de autonomia e participação popular. No entanto estas ações são mantidas hoje sem generalizações, em pequena comunidade, mas nada impede que sejam utilizados seus princípios na realidade de cidades pequenas.

A relevância apresentada por esta temática encontra-se a partir importância dada ao processo decisório local, onde se acredita na viabilidade da articulação entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil com o intuito de demonstrar que a relação direta entre ambos pode elevar ao desenvolvimento do turismo local, procurando garantir o planejamento e gestão dos recursos turísticos municipais e a inserção da comunidade nos debates sócio-político-econômico, na tentativa de compreender as relações mediadoras entre os diversos atores locais, considerando a perspectiva da população em relação ao turismo.

Para alcançar os objetivos deste trabalho é indispensável analisar a articulação entre autonomia municipal, participação popular no planejamento e gestão e o turismo de base comunitária (Figura 01) buscando assim, demonstrar sua importância para um planejamento sob um novo olhar, onde “já não se trata mais de escolher entre o Estado e o privado, entre o social e o econômico. O conceito chave não é *escolha* e sim *articulação*”.¹

O processo de autonomia² e a importância do planejamento e gestão municipal participativo em uma comunidade na busca por um plano “sustentável” é um dos maiores desafios que enfrentam hoje todas as formas de governos, estaduais, municipais e as entidades ligadas à área de turismo, é a busca da melhoria da qualidade de vida e da prestação de serviços, novos recursos e a valorização sócio-cultural-econômica-espacial, ou seja a sustentabilidade como um

¹ O Município no século XXI: Cenários e Perspectivas. CEPAM. São Paulo, 1999, p. 5.

² "Autonomia Local" é o direito e a capacidade efetiva de as autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos.

todo. Trata-se de um processo de autonomia participativa onde se busca uma resolução democrática á utilização dos recursos comunitários.

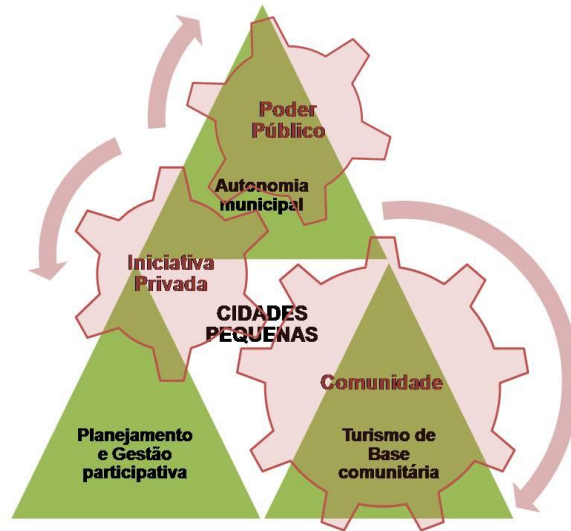


Figura 01: Articulação para o desenvolvimento turístico em cidades pequenas.
Fonte: Da autora.

Para poder enfrentar esse desafio, especialmente em tempos de maior complexidade socioeconômica, faz necessário um bom planejamento que inclua a todos e que possa verificar as principais necessidades do setor turístico. Investir na autonomia é o ponto de partida deste trabalho, como principal perspectiva de mudança social já que o planejamento responsável se faz necessário, pois só ele pode esclarecer e informar as dúvidas e as apreensões de comunidades para com seu local.

A idéia sobre a sustentabilidade aqui é abordada na investigação da importância da prática da autonomia municipal frente ao planejamento e gestão do turismo e o envolvimento da comunidade, pela chamada “democracia” na tomada de decisão, onde o interesse dos atores no processo de planejamento, não depende exclusivamente da comunidade, nem tão pouco da vontade política, mas as duas vertentes devem estar ajustadas proporcionando desta forma à descentralização do poder.

Um turismo bem sucedido em cidades pequenas só acontecerá se a população local obtiver a capacidade de tomada de decisão em conjunto e de forma

autônoma. A participação comunitária e maior autonomia dos poderes em cidades pequenas podem ser uma forma alternativa para a gestão dos recursos turísticos.

Neste sentido o trabalho é resultado de muitos anos de envolvimento da pesquisadora com o estudo de caso, o qual vai muito além da pesquisa do mestrado. A opção pelo estudo sobre a autonomia municipal e a participação popular como forma articuladora no processo de planejamento e gestão local na busca pelo desenvolvimento local, é resultante da observação *in loco* e a constatação da estagnação do setor turístico do município, com sua dificuldade sazonalidade.

Desta forma tivemos a oportunidade de ver, na prática, os antagonismos entre o discurso dos atores locais envolvidos com o turismo e a realidade local, o qual se mostra com aparente divergências de opiniões, gerando conflitos de interesse, dificultando desta forma a relação entre os mesmo na busca por soluções para os problemas locais

1. OBJETIVOS DA PESQUISA

1.1 Objetivo Geral

A presente dissertação tem por objetivo geral:

- Analisar a iniciativa da autonomia municipal e a participação comunitária no processo de planejamento e gestão do turismo em cidades pequenas, tendo como estudo de caso Balneário Barra do Sul – SC.

1.2 Objetivos Específicos

De acordo com esta proposta, para alcançar o objetivo geral foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Reconhecer a configuração histórico-espacial do estudo de caso, através da caracterização do espaço natural, cultural, histórico e sócio-econômico.
- Identificar práticas de planejamento e gestão do “turismo de base comunitária” para estabelecer uma compreensão mais clara sobre o fenômeno.
- Verificar a percepção dos atores públicos, privados e comunitários ligados ao turismo de Barra do Sul quanto à importância da autonomia e a participação popular dentro do processo de planejamento e gestão do turismo local.

2. METODOLOGIA

Em função dos objetivos propostos para esta pesquisa, uma abordagem da autonomia municipal e a participação popular no processo de planejamento e gestão do turismo em cidades pequenas, procurou-se investigar sobre a possibilidade de articulação entre a comunidade local na busca pelo desenvolvimento turístico levando em consideração a visão dos atores sociais potencialmente a envolver-se neste processo: poder público, sociedade civil e iniciativa privada, tendo como estudo de caso a pequena cidade de Balneário Barra do Sul- SC.

Este é apresentado dentro de uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, e em caráter descritivo no estudo de caso, ainda utiliza-se do discurso do sujeito coletivo (DSC) como método de análise de entrevistas e questionários com suporte dialético. O método de abordagem qualitativa segundo Deslandes (1999) trabalha com um universo de percepções, significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, adotado este ponto de vista os elementos e as relações sociais podem ser mais bem compreendidos na situação em que ocorrem, e do qual fazem parte, permitindo uma análise integrada.

Ainda segue a relevância apontada por Gil (1996, p. 159), que considera que a pesquisa qualitativa proporciona uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números, ainda de acordo com Richardson (1999) a pesquisa qualitativa contribui na tentativa de compreender detalhadamente as informações apresentadas pelos entrevistados, onde ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. Numa pesquisa de caráter qualitativo, os investigadores precisam freqüentar os locais de estudo observando o ambiente natural, visando estabelecer uma relação lógica entre investigador e objeto de estudo.

Desta maneira a pesquisa está caracterizada em seu ponto de vista como exploratória, visando proporcionar maior familiaridade com o problema em vista a

torná-lo explícito ou a construir hipóteses, a qual envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão onde o pesquisador parte de uma pergunta para “aprofundar seu estudo nos limites de uma realidade específica.” (TRIVIÑOS, 1987, p. 109).

Além de caráter exploratório a pesquisa mostra-se de caráter descritivo onde o pesquisador procura interpretar a realidade, sem nela interferir para modificá-la, nela interessa-se em descobrir e observar fenômenos e procura descrevê-los, classificá-los e interpretá-los, assim como aponta Vergara (2005), a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno que pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Entretanto a mesma não possui o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação, a pesquisa com um caráter descritivo envolve coleta de dados para testar hipóteses ou responder questões a respeito do estado atual dos sujeitos de estudos.

Para complementar a forma descritiva utilizou-se da abordagem de estudo de caso, pois se trata de um estudo minucioso, voltada a detalhes (RODRIGUES, 2007), onde se procura abordar a importância da singularidade de uma localidade, que se mostra como um aspecto facilitador para o planejamento participativo em busca da autonomia. O estudo de caso de projeto único em geral proporciona resultados decisivos de grande significância, Yin (2005) fundamenta essa posição com, o argumento de que aquele que contesta ou entende teorias com proposições que pode representar um caso único ou raro podendo ser um caso revelador.

Porém a utilização de estudo de caso único, exige maior averiguação e uma análise cuidadosa, no entanto é considerada mais adequada quando se pretende explorar situações da vida real e descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação. Ressalta-se que a utilização deste método se fez pertinente, visto que o turismo no local de estudo é um fenômeno em ascensão e à pesquisadora não foi possível o acesso a quaisquer dados de controle sobre os fatos gerados

Por esse motivo, foi utilizada para a análise da pesquisa de campo (entrevistas e questionários) a abordagem do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que pela teoria é um instrumento com fundamentos a representação social (LEFREVE E LEVREVE, 2003), que demonstra a relação entre o indivíduo e a sociedade, inserindo na compreensão da realidade o princípio do conflito e da contradição como algo constante, utilizada também nos princípios da dialética marxista (MINAYO, 1998), possibilitando o estudo acerca das percepções dos atores locais entre a realidade atual e a realidade buscada no contexto turístico local, assim como a ressalva aos conflitos internos de interesse.

2.1 Pesquisa Bibliográfica

Esta fase foi responsável por selecionar argumentos plausíveis que pudessem sustentar o contexto do trabalho, o qual nas palavras de Köche (1999, p. 122) “se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando de conhecimento disponível a partir de teorias publicadas [...] onde o investigador irá levantar o conhecimento disponível na área”. Essa investigação proporcionou ampliação do conhecimento dentro do contexto abordado de modo a fundamentar e sistematizar o tema. Apresenta-se então a primeira fase de levantamento de informações, descrita na Figura 02.

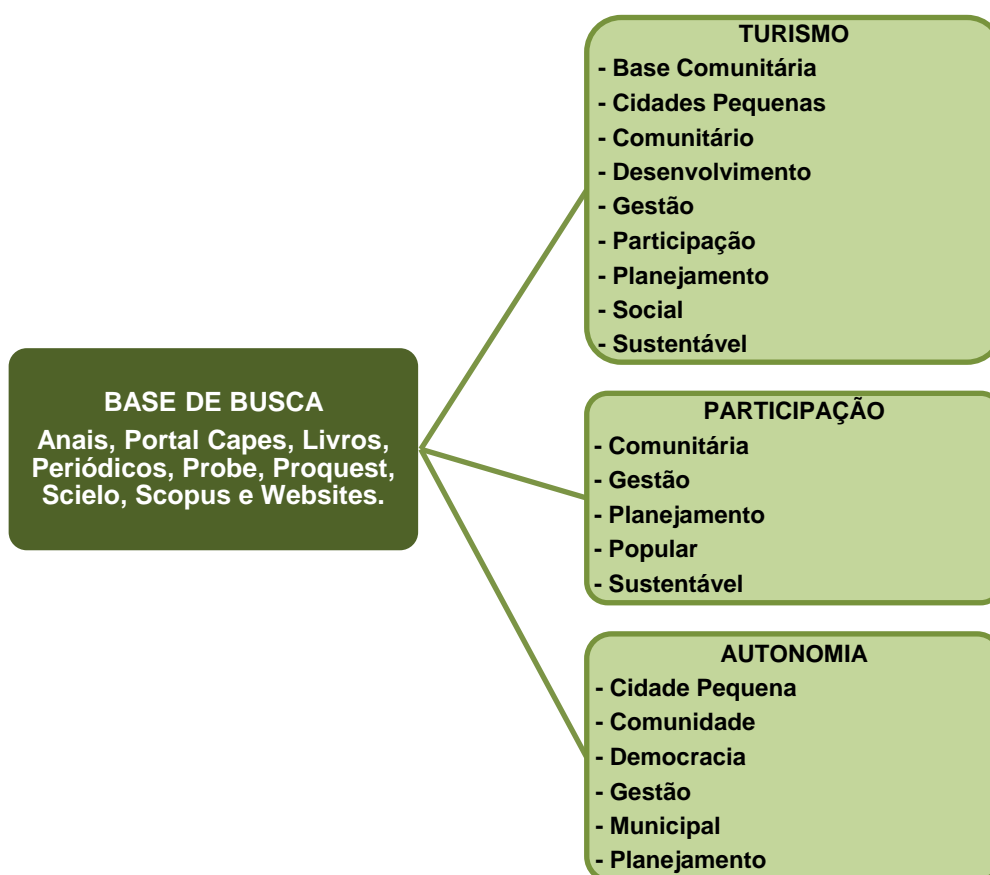


Figura 02: Levantamento Bibliográfico.

Fonte: Da autora.

2.2 Pesquisa Documental

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica, modificando somente sua natureza, tem como base documentos geralmente com referência a prática ou de cunho de pequenas análises como relatórios e tabelas. Porém as críticas mais freqüentes a este tipo de pesquisa referem-se a não-representatividade e à subjetividade das informações e dados, pois é qualquer documentação que possa servir para consulta, estudo ou prova, neles são inclusos impressos, manuscritos, registros audiovisuais e sonoros, imagens sem modificações, independentemente do período decorrido desde a primeira publicação (ABNT, NBR 6023, 2000).

Para este trabalho, estas fontes foram extremamente importantes onde ocorreram verificações contemporâneas dos fatos que estão sendo estudados diretamente ligados a temática; São dados obtidos de livros, revistas, jornais, publicações avulsas e teses, no entanto para uma análise mais focada fez necessário a busca por documentos oficiais do Poder Público disponibilizados por órgãos oficiais de planejamento ou de turismo do Município de Balneário Barra do Sul - SC, que pudessem conter informações relevantes ao estudo, como planos e projetos relacionados ou voltados à prática turística. Esta verificação se faz importante para a compreensão histórico-espacial local e como encontra-se o planejamento turístico do municípios e sua inter-relação entre os atores locais. Apresenta-se a segunda fase de levantamento de informações e documentos, descrita na Figura 03.

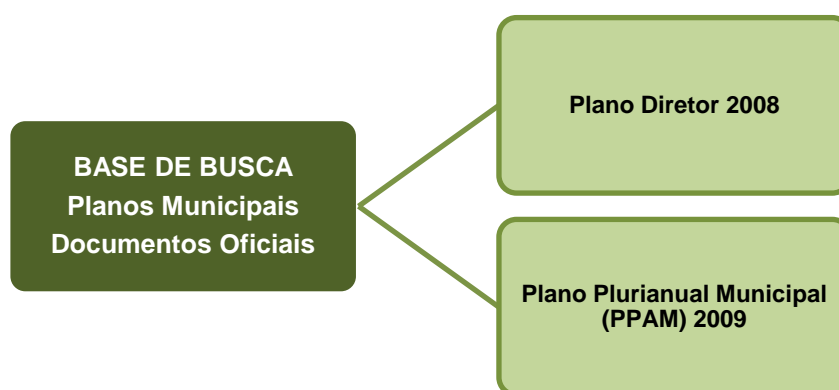


Figura 03: Levantamento Documental.
Fonte: Da autora.

2.3 População e Amostragem

A amostra da pesquisa de campo foi composta por atores envolvidos diretamente com o turismo de Balneário Barra do Sul – SC, estes divididos em nível estadual, regional e local, estes foram identificados como um grupo de pessoas com grau de lideranças nos órgãos selecionados, possibilitando uma abordagem mais profunda e individualista sobre um dos principais objetivos da pesquisa

Desta maneira o critério seguido pela amostragem e entrevista enquadra-se em um tipo não probabilística por julgamento e conveniência, ou seja, “aquela em que os elementos são determinados ou escolhidos de acordo com a conveniência do pesquisador [...] a que se acredita ser a melhor amostra para o estudo de um determinado problema” (DENCKER, 1998, p.179).

Para compor a amostra selecionamos:

Poder Público:

- ESTADUAL; Presidente da SANTUR – SC (Valdir Rubens Walendowsky);
- REGIONAL; Presidente Regional SDR 23 – Joinville (Manoel José Mendonça);
- LOCAL; Prefeito Municipal de Bal. Barra do Sul (Antônio Rodrigues) e Secretário de Turismo de Bal. Barra do Sul (Rodrigo Aguiar).

Iniciativa Privada:

- Foram selecionados empreendedores locais dos segmentos de hospedagem, alimentação e comércio.

Sociedade Civil:

- Assim como indivíduos da comunidade local, elegidos como representantes informais para a comunidade.
- Presidentes ou responsáveis por entidades ou associações locais.

2.4 Técnicas de pesquisa e instrumentos para coleta de dados e aplicação de Entrevistas e Questionários

A entrevista permite o acesso a dados de difícil obtenção por meio da observação direta ou mesmo para obter a comprovação de tais, como sentimentos, pensamentos e intenções e este tem o propósito de fazer com que o entrevistador se coloque dentro da perspectiva do entrevistado permitindo assim a captação imediata e corrente da informação desejada, da mesma forma que possibilita possíveis correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam eficaz na obtenção das informações desejadas. Desta forma foram buscadas informações pertinentes a temática explorada, onde foram entrevistados indivíduos de alguns setores distintos, todos com relação direta com a questão proposta relacionada a esta pesquisa.

Como um dos métodos de coleta de informações para este estudo foi realizada entrevistas semi-estruturadas, direcionadas, porém não limitando os entrevistados referentes à resposta dados a importância a esta fonte de obtenção de dados, esta que "é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas" (RICHARDSON 1999, p. 207).

Para a construção do instrumento de coleta de dados, baseou-se em Sales & Filho (2008) sob o instrumento utilizado em sua pesquisa, o qual possui elemento chave sobre a sustentabilidade do turismo num estudo sobre a problemática da inclusão/exclusão socio-espacial da população ocasionada pelo turismo num estudo exploratório em Armação dos Búzios - RJ, todavia o instrumento foi adaptado conforme os objetivos propostos para esta pesquisa (Apêndice 01: Entrevistas).

Após a concretização da pesquisa de campo, seus relatos e respostas dadas aos questionamentos foram examinados pela metodologia do discurso do sujeito coletivo, com suporte no método de análise dialética³ marxista⁴, ao entende-se que

³ A dialética pode ser descrita como a arte do diálogo. Uma discussão na qual há contraposição de idéias, onde uma tese é defendida e contradita logo em seguida; uma espécie de debate. Sendo ao mesmo tempo, uma discussão onde é possível divisar e defender com clareza os conceitos envolvidos.

⁴ Karl Marx reformula o conceito de dialética em Hegel, voltando-o para a sociedade, as lutas de classes vinculadas a uma determinada organização social, surgindo assim, a chamada: dialética materialista ou materialismo dialético. A dialética materialista une pensamento e realidade, mostrando que a realidade é contraditória ao pensamento dialético. Contradições estas, que é preciso compreender para então, transpô-las através da dialética. Marx fala da dialética sempre em um contexto de luta de classes, diferentes interesses, que geram a contradição. Sendo assim, o materialismo dialético é uma das bases do pensamento marxista.

esta abordagem tem como intenção a interpretação do discurso dos entrevistados em seu próprio contexto (BAKHTINN, 1995). Em observação, completamos que as entrevistas da pesquisa foram aplicadas somente aos atores do Poder Público designados na Figura 4 a seguir:



Figura 04: Atores públicos para aplicação de Entrevista.

Fonte: Da autora

Outra forma de pesquisa utilizada foi o questionário, que é um instrumento de investigação que visa recolher informações baseando-se geralmente na inquirição de um grupo representativo da população em estudo, sendo que para a obtenção de tais percepções, colocaram-se questões abrangentes ao tema proposto. A importância dos questionários passa também pela facilidade com que se interroga um elevado número de pessoas, num espaço de tempo relativamente curto, no entanto as questões ser reduzidas e adequadas levando em consideração três princípios básicos: o Princípio da clareza (devem ser claras, concisas e unívocas), Princípio da coerência (devem corresponder à intenção da própria pergunta) e Princípio da neutralidade (não devem induzir uma dada resposta, mas sim libertar o inquirido do referencial de juízos de valor ou do preconceito do próprio autor).

Existem dois tipos de questões: as questões de resposta aberta e as de resposta fechada. As questões de resposta aberta permitem ao inquirido construir a

resposta com as suas próprias palavras permitindo deste modo a liberdade de expressão. As questões de resposta fechada são aquelas nas quais o inquirido apenas seleciona a opção (de entre as apresentadas), que mais se adéqua à sua opinião.

Como a abordagem do estudo apresentado por este trabalho carece ao conhecimento popular, foi necessária a aplicação de questionários semi-estruturados aos atores sociais de cunho comunitário de maior relevância em nível local designados na Figura 5, articulando o questionamento de forma a precaver-se de obter respostas erradas ou duvidosas.

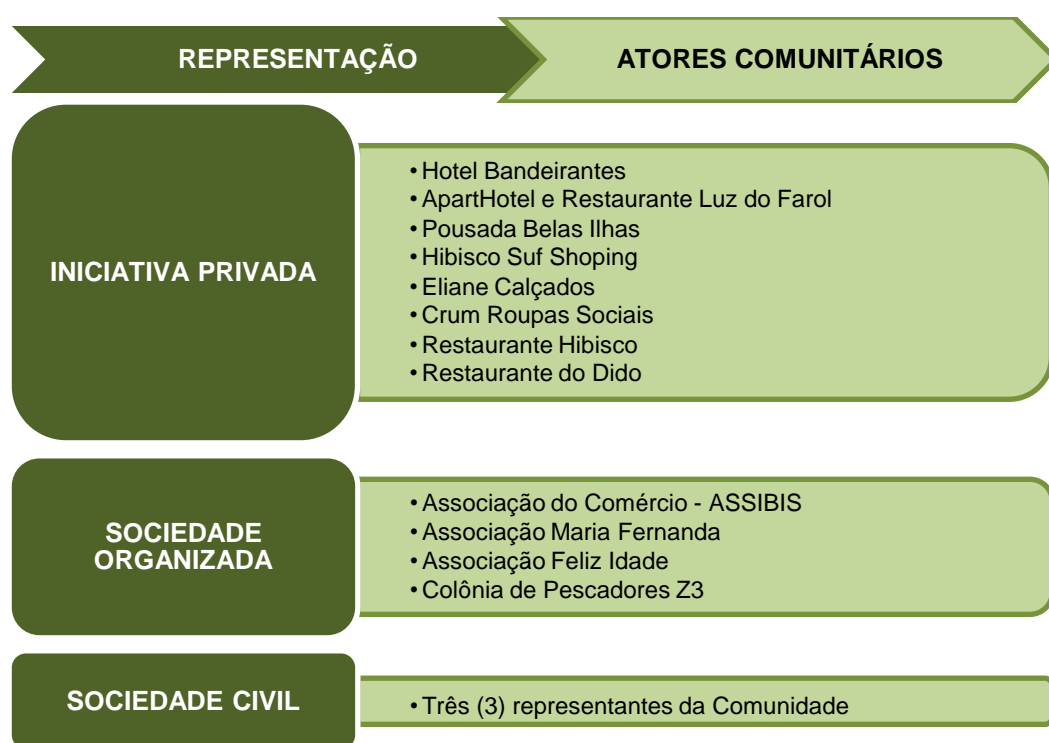


Figura 05: Atores comunitários para aplicação de Questionário.

Fonte: Da autora.

Para evitar possíveis erros de coleta de informações, foi realizado pré-testes com elementos de perfil próximo aos dos atores sociais selecionados para a entrevista e questionário oficial, esta proposta visou garantir que fosse possível medir exatamente o que se pretendia com finalidade de comprovar a eficácia dos instrumentos e sanar falhas, a proposta do pré-teste possibilitou revisar as questões de pesquisa para um melhor resultado.

As entrevistas e questionários foram aplicados nos meses de janeiro e fevereiro de 2010, em função do prazo para a defesa desta dissertação, toda via, janeiro é um mês em que grande parte dos atores selecionados a participar da pesquisa não possuem disponibilidade plena para responder-las;

Em decorrência, as entrevistas e os questionários foram realizados de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, agendados antecipadamente, considerando que muitas foram canceladas em função dos compromissos do entrevistado, também foi utilizado o recurso de questionamento indireto via e-mail, entretanto observamos que houve grande rejeição do poder público ao assunto abordado (autonomia municipal), onde muitos negaram responder tal questionamento elaborado em forma de entrevista.

2.5 Métodos de Interpretação e análise (entrevistas e questionários)

Método científico é o conjunto de processos ou operações mentais que se devem empregar na investigação é a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa. Os métodos que fornecem as bases lógicas à investigação são: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993). Para a investigação sobre a realidade do estudo de caso proposto neste trabalho, foi de grande valia o amplo conhecimento adquirido sobre a realidade que cerca o Município de Balneário Barra do Sul – SC, conhecer e saber sobre a relação existente entre a atividade turística e os atores locais envolvidos.

Desta forma na busca pelas respostas a serem dadas as propostas centrais deste trabalho, foi utilizado do método de análise dialética, por proporcionar à compreensão da realidade e a valorização a contradição do fato observado. (CORDEIRO, 1999, p. 50). No entanto o método do discurso do sujeito coletivo propõe as relações sociais como já citado, enquanto o método da teoria Marxista oferece uma linha de pensamento voltada para o desenvolvimento histórico, comprometido com um projeto de transformação da realidade, o materialismo Histórico e o Dialético vêm para ressaltar a importância da prática social e tem por concepção a realidade natural, social e do pensamento e a materialidade dos fenômenos (TRIVINÕS, 1987, p. 73). Que ao contrário das ciências naturais que

podem ser testadas em suas relações de causa e efeito de maneira abstrata, o marxismo tem por único laboratório a própria sociedade e se ele não tiver sua aplicação social diretamente na luta de classes, perde seu sentido e deixa de existir.

O método de pesquisa foi sistematizada a partir da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) e analisadas por meio do referencial da dialética. É nessa perspectiva que os grupos sociais são diferenciados, sob seu processo de produção e relações sociais, desta forma é que se pode entender uma sociedade, em suas dimensões estrutural, particular e singular. A dimensão estrutural é caracterizada pelo contexto político, econômico e social. A particular é reconhecida pelas relações estabelecidas pelos diferentes grupos sociais, e a singular demonstra as formações que sustentam a organização da própria vida. Desta forma a perspectiva dialética possibilita a visualização dessas dimensões e a relação dialética estabelecidas entre elas.

O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) como método consiste na organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal obtidos de depoimentos ou entrevistas, ou de outros materiais informativos, onde se busca extrair de cada um as idéias centrais, suas ancoragens e expressões-chaves. Com essa técnica ou método, os discursos não são reduzidos a uma categoria comum única, mas busca reconstruir com pedaços de discursos individuais um determinado modo de pensar sobre um fenômeno social.

No entanto, para a utilização deste método foi necessário utilizar os parâmetros a seguir:

- Expressões-chaves (ECH): Que são trechos ou pedaços transcritas do discurso coletado, que revelam a essência do depoimento e que geralmente correspondem as principais questões da pesquisa;
- Idéia central (IC): É uma expressão que revela e descreve o sentido de cada discurso, mas a IC não é uma interpretação, mas sim uma descrição de um conjunto de depoimentos;
- Discurso do Sujeito Coletivo (DSC): É em síntese o discurso individual do depoimento tomado. Essa forma de apresentação dos resultados de pesquisa

proporciona muita naturalidade, espontaneidade e vivacidade ao pensamento coletivo;

- Ancoragem: Onde mostra a teoria das representações sociais (Lefèvre e Lefèvre, 2003) adota o termo ancoragem para se referirem a uma manifestação lingüística explícita que revela uma teoria, uma ideologia ou crença do indivíduo do discurso, dentre as práticas cotidianas da população entrevistada;
- Coerência: Agregação de pedaços isolados de depoimentos para formar um discurso coerente;
- Posicionamento próprio: Cada discurso dispõe e expressa um único e próprio posicionamento, distinto, específico e original sobre o tema pesquisado.

Para tanto, a validação dos discursos pode ser efetuada por meio de duas interpretações possíveis, a primeira que se chama de etapa devolutiva na pesquisa qualitativa, onde os emissores são os próprios informantes, o segundo onde o interpretante teria como emissor o próprio pesquisador, onde a função do mesmo é de tecer comentários interpretativos sobre o pensamento descrito com base na teoria adotada.

O processamento desses discursos em um único discurso coletivo deu a origem ao Discurso do Sujeito Coletivo, que têm depoimentos como base. Ainda discutida ora como método outro como técnica, este é um processo de construção do pensamento coletivo que visa revelar o que e como as pessoas pensam e se manifestam sobre determinado assunto.

Quando o sujeito coletivo é utilizado por meio de vários discursos, pode significar duas coisas “a presença na cultura de um mesmo discurso complexo que didaticamente, é preciso separar em mais de um discurso, ou a presença, na cultura, de discursos conflitantes que, também didaticamente é preciso separar (Lefevre e Lefreve, 2000, p.3).

Desta forma podemos afirmar que no DSC estão reunidas todas as possibilidades do discurso dialético presentes na sociedade em um determinado tempo e tema. Isso pode ser apresentado por três elementos funcionais da dialética: A “totalidade”, onde para a dialética os objetos e os fenômenos se relacionam entre

si. O “movimento”, a natureza e a sociedade são vistas como inerentes, inacabadas e passam por constante mudanças e a “mudança qualitativa”, para a dialética as transformações que ocorrem na realidade não são reduzidas a modificações insignificantes, no entanto podem assumir diferentes ritmos entre aceleração e estagnação.

“Enquanto instrumento de análise, enquanto método de apropriação do concreto, a dialética pode ser entendida como crítica dos pressupostos, crítica das ideologias e visões de mundo, crítica de dogmas e preconceitos. A tarefa da dialética é essencialmente crítica.” (GADOTTI, 2006, p. 40). A técnica dialética é uma visão da realidade do homem e está diretamente ligada como o discurso do sujeito coletivo, por que analisa uma realidade concreta que está em constante movimento e transformação. A dialética opõe-se diretamente ao reducionismo e, portanto, é sempre aberta e inacabada.

Desse modo, a análise teve início com a verificação do conjunto de informações coletadas sobre o contexto dos participantes da pesquisa, seguindo com a interpretação das percepções narradas pelos entrevistados. Ressaltamos que o anseio de desenvolver uma reflexão inserida na dinâmica da dialética é pela qual se evidencia nos estudos das ciências sociais e humanas, dando suporte ao método de análise do Discurso do Sujeito Coletivo, sob a perspectiva levantada acerca da discussão social obtida na revisão teórica.

3. AUTONOMIA, PARTICIPAÇÃO E TURISMO

3.1 Cidades Pequenas e o turismo

Enfaticamente aponta-se a complexidade de se conceituar uma “Cidade Pequena”, no entanto esta foi reconhecida por Aristóteles como um local relacionado com a capacidade de atender as necessidades de sua população e por esta razão seria desejável que cidades fossem compostas por uma população inferior a 10.000 habitantes, atualmente este número é base para a constituição de municípios.

Perante este reconhecimento utilizamos das palavras do escritor, historiador e filósofo William James Durant em sua obra *The Story of Civilization* para valorizar este estudo, pois em sua opinião, poucas pessoas dificultariam o entendimento das respectivas necessidades de um local (comunidades) e um número exagerado de população dificultaria o funcionamento de um governo (cidades).

Percebemos um desenvolvimento acelerado no Brasil desde o último século das cidades médias e suas redes urbanas, potencializando o surgimento a formação de muitas cidades pequenas, dada às condições locais, porém interligadas pela economia regional e/ou nacional. Levando em consideração, sobretudo que o processo de formação sócio-espacial em cidades pequenas é o que as diferenciam, mesmo apresentando características comuns entre si se mostram extremamente singulares.

[...] grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo, há no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo o seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável [...] (BRASIL, 2000). Esta é uma realidade constante nas pequenas cidades brasileiras (*grifo nosso*).

É com base nesta realidade que se encontra em pleno alvo como “melhor qualidade de vida”. Privilegiada pelo crescimento desenfreado das cidades médias, atualmente encontra-se envolto a um período de mutações econômicas, sociais e

territoriais profundas, enquanto grande parte dos estudiosos procuram discutir problemas e possíveis soluções aos novos problemas ocasionados nas cidades médias, sendo esquecido pelos mesmos, o grande crescimento de interesse pelas cidades pequenas que demonstram menores desvantagens para o desenvolvimento sustentável⁵.

Apesar do elevado número de cidades pequenas em plena busca pela sustentabilidade e melhor qualidade de vida para população, ainda são poucos os estudos e metodologias adotadas a elaboração de estratégias eficientes para tal. A provável hipótese perante a falta de interesse e estudos direcionados a este cenário seria a dificuldade enfrentada pelas cidades pequenas em obter concentração de capital financeiro.

Notasse, por tanto que pesquisas relacionadas ao tema tendem a privilegiar aquelas cidades que possuem mais de 20.000 habitantes ou estudos direcionados a pequenas comunidades com alguns aglomerados de famílias. Observamos claramente que determinar o que seriam “cidades pequenas” e quais suas formas, funções e articulações ainda possuem certa generalidade, pois o conceito, definição e delimitação do que seria uma cidade⁶ ainda depara-se com sutil conhecimento empírico⁷ e dificuldades teóricas de conhecimento científico⁸.

Ao investigar sobre a temática, foi percebida a criação de vários critérios de delimitação e classificação para as variadas classes e tamanhos de cidades, Todavia, as pequenas cidades são em geral classificadas e englobadas em um

⁵ O desenvolvimento sustentável é um processo de mudança em que a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais são conciliáveis com as necessidades tanto presente como futuras [...] é um desenvolvimento que tem em conta as necessidades atuais sem comprometer as necessidades das gerações futuras. (Tradução: Da pesquisa) JULIÃO, J. *Tecnologias da informação geográfica e ciência regional: contributos metodológicos para a definição de modelos de apoio à decisão em desenvolvimento regional*. Lisboa, 2001.

⁶ Não há um padrão mundial que defina uma cidade. Esta definição varia de país para país. Tradicionalmente os organismos públicos consideram a existência de uma cidade baseados em critérios quantitativos. Na Dinamarca, por exemplo, bastam 250 habitantes para uma comunidade urbana ser considerada uma cidade, e na Islândia, apenas 300 habitantes. Na França, um mínimo de dois mil habitantes é necessário, e na Espanha, dez mil habitantes. Organizações e empresas também podem possuir seus próprios critérios de "cidade". A Organização das Nações Unidas, por exemplo, considera uma cidade somente áreas urbanizadas que possuam mais de 20 mil habitantes. Conforme: *Wikipédia*.

⁷ Conforme o *Dicionário HOUAISS*: Conhecimento empírico é baseado na experiência e na observação, metodológica ou não, relacionado a conhecimentos práticos.

⁸ Conforme o *Dicionário HOUAISS*: Conhecimento científico é a área sistematizada do conhecimento, baseada no rigor científico, obtido através de métodos.

“limbo” conceitual e epistemológico, ou são genericamente denominadas de pseudocidades, ou seja, áreas de “resistência” como coloca Santos (1979, 1996, 2001). As cidades são mais que mera delimitação geográfica e demográfica, desta forma não pode apenas nos ater ao ponto de vista demográfico utilizado pelos critérios adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela maioria dos estudos relacionados. Devemos sim concordar com a ressalva de Maia (2005) quando atesta que:

Realmente não se pode deixar de considerar a contagem populacional quando se quer pensar sobre o que se denominou de pequenas cidades, mas por outro lado, não se pode partir unicamente deste dado. Pois, mesmo que se enquadrem dentro de uma mesma faixa de número de habitantes, há ainda muita discrepância entre estes espaços (p. 07)

Por tanto para compreender a dinâmica e o surgimento de Cidades Pequenas, devemos apreciar do pressuposto de que estas são agrupamentos humanos inseridas em determinado espaço integrado, ou seja, em partes e grupos de pessoas que se interagem e articulam-se, interligadas e interdependentes entre si.

Ainda sob a ótica de Maia, não podemos deixar de constatar que “para entender as pequenas cidades é imprescindível a observação em campo, ou mais exatamente nas cidades. As apurações estatísticas são valiosas e muito contribuem para algumas conclusões” (MAIA, 2005, p. 15-16). No entanto, é através da observação direta que se pode apreender a realidade “não se pode desvendar a partir unicamente da análise das atividades econômicas, mas principalmente do conhecimento dos costumes, dos hábitos, da vida cotidiana dos seus habitantes e ainda do tempo que rege essas localidades.

É nesta imprecisão entre território, comunidade e seu modo de vida e também sua dinâmica social que diferencia cada cidade pequena com seus próprios modos de vida. A questão aqui levantada é demonstrar melhor as vantagens da atividade turística em uma comunidade, onde a mesma já se encontra com os problemas encontrados no turismo de massa: especulação imobiliária, ociosidade de mão-de-obra, elevação dos preços, segregação entre nativos e visitantes entre outros conflitos, na fórmula direcionada a participação e articulação entre todos os

atores envolvidos no processo de planejamento e gestão, utilizando de suas características autônomas (MERCER, 2002).

As cidades pequenas “teoricamente” possuem uma economia estabilizada e especializada, levando em consideração seu tamanho local e por outro lado sua tradição ou história econômica. Por outro lado é notório que pequenas localidades sobreviverem de apenas uma fonte econômica, como cidade turística, agrícola, industrial, extrativista, poucos os casos em que são articuladas duas ou mais relações econômicas. Isso demonstra que a estrutura organizacional de cada sociedade mostra-se de forma e modo diferente⁹, por mais singulares e diferentes entre si sempre demonstram aos olhos humanos a impressão de estagnação, onde a evolução parece não acontecer.

Esta mesma impressão parece ser um tanto modificada quando há duas ou mais fontes econômicas no mesmo contexto local, a busca por novas alternativas de sobrevivência, também trouxe maior heterogeneidade e conflitos entre interesses e valores de grupos diferenciados. Uma possível estrutura homogênea como se pensa, é afetada diretamente quando o objetivo maior da sociedade é gerar economia suficiente para sua subsistência pública e comunitária.

Todo município, como já citado é composto da aglomeração humana possui uma estrutura herdada, seja ela histórica ou social. Reconhecer esta estrutura é reconhecer a dinâmica econômica, social e cultural em locais tradicionais que com o passar dos anos são modificadas. São visíveis as grandes vantagens oferecidas pelas cidades pequenas, solos mais baratos, mão-de-obra barata, melhores preços de habitações, tranquilidade, segurança. Este novo urbanismo com capacidade de atender as necessidades básicas e a proximidade a natureza certamente é uma atmosfera social atraente, proporcionando certa exclusividade, estabilidade e ritmo lento, cidades pequenas são símbolo da autenticidade.

Toda via, este sentimento de exclusividade local que tanto é apreciada na atualidade está constantemente em conflito na busca por equilíbrio, quando este lugar é uma atração turística mesmo que sazonalmente. Satisfazer duas condições,

⁹ PRADO, Rosane Manhães. *Cidade pequena: paraíso e inferno da personalidade*. Cadernos de antropologia e imagem. Rio de Janeiro, n. 1, 1995.

uma em manter a qualidade sócio-econômica da população local e outra deixá-la atraente aos olhos de empresários e turistas, requer iniciativas, imaginação e neste caso, projetos claramente formulados de planejamento e gestão do turismo de curto, médio e longo prazo discutido de forma participativa pelos cidadãos.

Atualmente a cidade pequena é tratada na literatura como um local a tornar-se inovador, com capacidade de aprendizagem, criatividade, competitivos. Da mesma forma que insistem na importância crucial da articulação e o relacionamento entre todos os atores locais para um melhor desenvolvimento. Cada vez mais valorizando a economia num mundo movido pelo capitalismo, as cidades passam a ser redes sociais as mesmas redes exercidas em cidades grandes, entretanto em pequena escala. Novas formas de planejamento e gestão estão sendo exploradas e torna-se conveniente incorporar as cidades pequenas neste parâmetro de desenvolvimento, com todas as alterações necessárias perante as limitações locais, inclusive suas limitações de “conhecimento”.

Por vez o conhecimento historicamente acumulado pela população de uma cidade pequena pode se tornar o principal impulso para seu desenvolvimento, pela importância singular das suas características econômicas, sociais e culturais, o que precisa, é apenas pensar estrategicamente e melhorá-las, para que obtenham força suficiente para suportar efeitos de crise econômica.

A expansão da sociedade mesmo em pequenas localidades muitas vezes movidos por conflitos pode proporcionar maior diversidade e riqueza. É preciso desta forma um gerenciamento criativo e participativo em particular em cidades pequenas, onde cidadãos estão próximos e mais abertos a diálogos, proporcionando uma verdadeira democracia participativa, por sua vez em muitos casos o trabalho é altruísta e livre onde as pessoas possuem maior disponibilidade para trabalhos voluntários ou coletivos integrados em diversas associações.

No entanto é extremamente necessário e importante o poder público associar e tomar iniciativas e inclusive organizando cooperativas, associações, numa visão ampla de movimentação otimizando e articulando o desenvolvimento sócio-econômico, desenvolvendo atividades sociais dinamizando o bem estar social e a qualidade de vida dos habitantes. Temos que mudar nosso modelo de

sociedade, avaliar a autonomia das pequenas cidades e elevar a grau de participação das comunidades no processo de planejamento e gestão local, para que verdadeiramente a busca pelo desenvolvimento tenha chance de se concretizar.

E esta concretização depende sim da implantação de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, cidades pequenas requerem articulação entre todos os atores da sociedade local, como também “a valorização do homem como principal agente dos ambientes, social, ambiental, econômico, cultural, político e tecnológico” (AZEVEDO, 2007)

Segundo o mesmo autor:

Implantar um modelo de desenvolvimento sustentável em um pequeno município requer antes de tudo, uma definição dos propósitos políticos de seus dirigentes. Evidentemente que a definição desses propósitos deve estar em sintonia com as aspirações da comunidade e mais ainda, deve incluir todas as potencialidades municipais existentes nos limites geográficos do município. Claro que as condições ditas favoráveis à implantação de um plano de desenvolvimento sustentável, devem ser enunciadas a partir de um diagnóstico definido a partir da participação comunitária. Ela, a comunidade, deverá ser incitada e conscientizada a dividir as responsabilidades de bem administrar o município, respeitadas as áreas passíveis de intervenção e com inerência clara e bem definida.

3.2 Planejamento e gestão participativa do turismo

O planejamento e a gestão são dois termos usados pelo legislador como forma de atuação do poder público perante a sociedade, planejamento é a forma que o indivíduo ou organização utiliza para estabelecer metas para o futuro para organizar e precaver possíveis imprevistos, diferentemente a gestão é responsável pela articulação das atividades do presente, em outras palavras, trata-se da administração e do raciocínio rápido. Ambos devem ser trabalhados de forma equilibrada, onde o planejamento estipula caminhos a serem seguidos a médio e longo prazo e a gestão gerencia esses caminhos. Apesar da importância atribuída ao planejamento e a gestão na sua condição política e ideológica, apresentamos uma breve reflexão sobre a Participação Comunitária neste processo, reconhecida como uma importante ferramenta para o desenvolvimento do turismo.

Historicamente no Brasil, mesmo presumindo ser uma sociedade democrática, as políticas de planejamento ainda mostram-se resistentes a esta medida, dificultando a participação popular na gestão do espaço e nas tomadas de decisões, prevalecendo ainda modelos de planejamento conservador e ao mais tecnocrático. Deste o final da década de 1970, busca-se romper este tipo de modelos e práticas de planejamento, com essa meta a Constituição de 1988 do século passado complementada pelo Estatuto das Cidades de junho de 2001, trouxeram como proposta uma política de democratização de tal forma a inserir a participação popular no planejamento e gestão dos municípios¹⁰ não vista como concessão, mas sim como um direito e como o eixo fundamental de uma política social verdadeiramente democrática.

Estas mudanças tiveram relação direta como o aumento da responsabilidade dos municípios na sua forma de poder e autonomia, possibilitando maior atuação e mudanças pelo poder público em nível local. Desta maneira o Estatuto das Cidades passou a valorizar a aplicação do Plano Diretor¹¹ como ferramenta municipal de política urbana que mediante aplicação de diretrizes, objetiva o desenvolvimento e a democracia passando não apenas a aplicação ao controle do uso do solo, mas auxiliando na busca pelo desenvolvimento sustentável e pela superação da exclusão social, despertada pelo planejamento e gestão democrática¹², designada pelo

¹⁰ Intitulada e descrita no Estatuto das Cidades de junho de 2001 na Lei Federal de Desenvolvimento Urbano (Lei 10.257/2001) no capítulo IV “Da gestão democrática da cidade”.

¹¹ A Carta de princípios para a elaboração do Plano Diretor, FNUR, 1989, publicada em: DE GRAZIA, Grazia (Org.). *Plano Diretor: Instrumento de Reforma Urbana*. Rio de Janeiro: FASE, 1990. Demonstra os princípios do Plano Diretor elaborados coletivamente, sobre o movimento de exercício da cidadania, que são:

“*Direito à Cidade e à Cidadania*”, entendido como uma nova lógica que universalize o acesso aos equipamentos e serviços urbanos, a condições de vida urbana digna e ao usufruto de um espaço culturalmente rico e diversificado e, sobretudo, em uma dimensão política de participação ampla dos habitantes das cidades na condução de seus destinos.

“*Gestão Democrática da Cidade*”, entendida como forma de planejar, produzir, operar e governar as cidades submetidas ao controle e participação social, destacando-se como prioritária a participação popular.

“*Função Social da Cidade e da Propriedade*”, entendida como a prevalência do interesse comum sobre o direito individual de propriedade, o que implica no uso socialmente justo e ambientalmente equilibrado do espaço urbano.

¹² “Enfim, o processo de gestão democrática na cidade somente será possível através da articulação entre Poder Público e cidadãos, através de mecanismos que devem ser implantados gradativamente e de forma organizada. É preciso possibilitar que a tomada de decisões seja feita por todos, com iguais oportunidades, o que ocasionará a racionalização de recursos e a redescoberta da cidadania em cada um, levando a um maior comprometimento com o social. Só assim ter-se-á uma gestão democrática participativa, de todos e para todos, construindo uma cidade mais humana e mais digna de se viver.” In: O estatuto da cidade e a gestão democrática municipal. Revista Interesse Público n.º 21. Porto Alegre: Notadez, 2003. p.221.

princípio da participação popular que compartilha decisões sejam elas políticas ou administrativas, objetivando proporcionar a maturação da consciência social e intelectual da população envolvida. (MARICATO, 2001).

Porém apesar dos esforços e avanços na área do planejamento e gestão das Cidades Pequenas, a grande maioria dos municípios ainda **mostra-se** deficientes e possuem significativas limitações. No caso onde estão inseridas práticas do turismo, não estão conseguindo ampliar e racionalizar seus recursos e programar as políticas participativas.

3.2.1 Planejamento do Turismo

O planejamento é um processo de identificação e definição de objetivos e requer métodos para alcançá-los e o turismo é uma das muitas atividades que requer planejamento e coordenação. Há a existência de várias classificações sobre o planejamento dependendo da abordagem a ser verificada, particularmente estabelecemos uma reflexão sobre o planejamento turístico municipal em cidades pequenas. Sabe-se que este pensar propriamente dito, sobretudo possui alta relação entre o todo, ou seja, planejamento turístico municipal não é apenas o destino em si, mas também sua comunidade.

No entanto segundo Hall:

O planejamento turístico também pode servir para desafiar formas de governo se os interesses e valores das partes interessadas não forem atendidos [...] também possui uma natureza cada vez mais colaborativa, ao contrário do ultrapassado modelo de comando e controle. (HALL, 1999, p. 272 e 273).

De acordo com Ruschmann (1997, p. 87) “um dos maiores problemas dos planos de desenvolvimento turístico reside na sua falta de integração com outros programas sociais, econômicos e físicos das localidades”. Neste mesmo aspecto como observado por Anjos (2004, p. 111), “o planejamento turístico passou a exigir outros enfoques, dadas as deficiências das abordagens tradicionais, dando espaço para uma abordagem mais ampla visando ao desenvolvimento harmônico da

atividade turística”. Desta forma é que destacam as mais recentes abordagens sobre o planejamento turístico, voltadas ao processo participativo, atuando e articulando as várias dimensões envolvidas.

A relevância de se refletir sobre esta nova dimensão de planejamento municipal, justifica-se pelas mudanças de valores econômicos e sociais das comunidades locais, a preocupação com seu espaço e com a qualidade de vida, desta forma o planejamento participativo permite coordenar esta fase de novos valores, motivando e priorizando as características próprias de cada comunidade.

Ainda sim, tratando de comunidades que possuem o movimento turístico inserido na sua realidade, o planejamento pode intervir e transformar a realidade local, como explica Spósito (2001, p. 315) “O planejamento [...] após uma intervenção em determinada área é importante o monitoramento e a solução de possíveis modificações na realidade”, pois cada local possui condições e necessidades específicas de planejamento, sendo indispensável à articulação entre o poder público e a população.

Entretanto, sabe-se que cidades pequenas com população inferior a 20.000 habitantes não são obrigadas por lei a elaborar um plano diretor municipal, que atualmente é o principal instrumento para planejamento de uma localidade. O planejamento turístico participativo, portanto, seria um instrumento possível para cidades pequenas, pois a integração dos atores envolvidos na realidade local se mostra mais atuante onde os limites do “outro” ainda são “respeitados”.

No entanto devemos considerar o planejamento municipal como a menor escala do planejamento público (pela Constituição Federal) o qual possuem locais como realidades muito diferentes, onde as cidades não possuem todas as mesmas condições de atuação e articulação. Mas vale salientar utilizando das palavras de Harvey (1980, p. 76) “quanto menor o grupo, maior sua boa vontade, provavelmente, em prover-se voluntariamente de bens coletivo”, portanto, quanto menor a cidade, mais fácil de chegar a um consenso comunitário, fazendo propostas a dar condições de atuação direta, contemplando a opinião da maioria da população.

Para tal podemos utilizar para a busca do desenvolvimento e envolvimento da população, o planejamento participativo que tem o objetivo de criar

aprendizagem, num processo de identificar as necessidades de uma comunidade, trazendo consenso e fortalecendo aos grupos sociais, integrando-os dentro de projetos, tendo apoio e comprometimento do poder público que é responsável pela governança local, produzindo resultados de curto em longo prazo.

Todavia, tratando de um processo de aprendizagem, o seu principal risco é que qualquer falha na execução de projetos pode resultar no desinteresse entre a comunidade, que por sua vez se fecha a qualquer possibilidade de planejamento mais participativo. Para tentar evitar qualquer tipo de falha, o processo de planejamento participativo deve tentar se concentrar nas questões que podem ser resolvidas com os recursos disponíveis e obter a confiança da população, ou seja, o sucesso da participação depende da articulação, do relacionamento e da confiança mútua entre todos os atores envolvidos.

Segundo Mattus (1983) “O planejamento é uma necessidade do homem e da sociedade”, onde a importância é de refletir o planejamento como instrumento para ter-se maior comprometimento cultural, econômico, político e social, compartilhado entre todo o direito de decisão sobre seu próprio bem estar, levando-se em consideração a vontade da coletividade. Desta maneira, a força coletiva exaltada pelo autor conduzirá o processo social da cidade.

Contudo, nada garante que a partir do planejamento participativo as relações tornem-se articuladas entre os atores em uma comunidade onde o poder público exerce sua imposição. Todavia “o processo participativo tende a quebrar as estruturas centralizadas e verticalizadas de decisão e gestão, levando os atores sociais a se posicionarem como parceiros e cooperadores, e não como subordinados e dependentes” (BUARQUE, 2002, p. 89). Desta forma a gestão como instrumento do planejamento pode incorporar propostas a capacitar os atores sociais, numa abordagem participativa do desenvolvimento local.

3.2.2 Gestão do Turismo

A Constituição de 1988 responsáveis pela marcha à descentralização de poderes na tentativa de proporcionar maior autonomia municipal na tomada de decisões na busca pelo desenvolvimento econômico local baseado em políticas

sociais, não tem sido tarefa fácil para os municípios. Metodologias de gestão local devem ser vista *a priori*, de acordo com Megginson, Mosley e Pietri Jr (1998), sob a compreensão do planejamento e da gestão como um processo de etapas interdependentes a partir do enfoque sistêmico¹³, sendo estabelecidos metas ou objetivos, identificando e avaliando as condições atuais e finalmente, desenvolvendo abordagens sistemáticas para atingir esses objetivos.

Tratando sobre o aspecto participativo, o planejamento do turismo sendo um instrumento para a gestão, deve “criar as condições para o confronto dos saberes diferenciados da sociedade [...] cada grupo pensando e refletindo sobre a sua plataforma como ator social com posição diversificada na estrutura social”. (BUARQUE, 2002, p. 89). A comunidade como um sistema¹⁴ integrado deve possuir governabilidade em seus diversos graus, pois a gestão local não deve ser limitada apenas a participação política considerando a comunidade como objetos¹⁵, mas sim como sujeito de ação. (MATUS, 1997).

A cidade como uma organização complexa e dinâmica, possui um elemento fundamental a comunidade como sujeita, neste sentido a gestão participativa do turismo deve exercer um papel a contribuir para a minimização dos grandes contrastes, a gestão nada mais é que a governança local, nas palavras de Rezende e Frey (2005):

Nesse sentido ela apresenta um novo conceito em gestão pública e política, [...] frisando novas tendências de uma gestão compartilhada e interinstitucional que envolve o setor público, o setor produtivo, o crescente setor voluntário ou terceiro setor. A criação de redes e as parcerias público-privadas são processos políticos cada dia mais dominante no novo mundo urbano fragmentado e são essenciais para a abordagem da governança. (p. 53-54)

¹³ Trabalhar de forma sistêmica significa distinguir o objeto de seu contexto, sem, entretanto, dissociá-lo contextualmente, pois não há como negar as relações e inter-relações do sistema ao ambiente externo e seus subsistemas.

¹⁴ Vasconcellos (2002) coloca a impossibilidade de descrever o sistema considerando apenas características específicas de cada parte, individualmente. É imprescindível que se coloque o foco nas relações, pois, trata-se da interdependência de elementos que com maior ou menor grau influenciam-se mutuamente.

¹⁵ Inserida na designação de “nativo mudo” por Krippendorf (2001): aquele que é pouco ouvido, negligenciado, excluído da tomada de decisões.

Nesta mesma linha de pensamento, Maduro Abreu (2005) procura demonstrar uma nova metodologia, a Gestão Sistêmica e Participativa Local – GSPL, que tem como característica a visão da “comunidade como um sistema, com níveis funcionais, onde os subsistemas atuam para a produção econômica e de serviços sociais, a regulação das relações da sociedade e o provimento de condições estruturais para comunidade. Alia-se a isso, a participação da comunidade em todo o processo de gestão local”.

Segundo o mesmo autor, esta nova proposta metodológica para a gestão local possui formatação simples, de forma a proporcionar prático e vasto entendimento. De forma simplificada, os passos metodológicos centrais da GSPL são:

1. Diagnóstico sistêmico e participativo;
2. Elaboração do Plano de gestão sistêmica e participativa local;
3. Implementação de ações;
4. Monitoramento e avaliação dos resultados;
5. Retroalimentação¹⁶ do processo de gestão.

E defende sua metodologia ressaltando que:

O País tem uma dívida social com as comunidades isoladas. Por isso, deveria rejeitar as ações que objetivam solucionar problemas pontuais [...] para formular propostas que permitam estas populações construir um processo de desenvolvimento local sustentável, a partir da gestão comum de seus interesses. Nesse sentido, a GSPL é uma metodologia que prevê a interdependência e o equilíbrio entre as dimensões ambiental, sociocultural, econômica e política institucional da localidade (MADURO ABREU, 2005, p. 142).

Assim, em seu estudo pode identificar que de fato, é possível uma gestão participativa, desde que a comunidade possa ser devidamente preparada após uma fase de aproximação, para poder acreditar e participar efetivamente de um processo de planejamento e gestão, “entretanto, em alguns momentos, podem ser ansiosos por atitudes paternalistas e assistencialistas”.

¹⁶ Retroalimentação são modificações feitas em um sistema, comportamento ou programa, causadas pelas respostas à ação deste sistema, comportamento ou programa, neste caso, as modificações necessárias para o bom funcionamento do processo de gestão após o *feedback*.

3.3 Participação comunitária

A participação comunitária dentro do processo de planejamento e gestão em pequenas cidades turísticas, sobretudo ainda é uma proposta recente, porém capaz de produzir significativas mudanças quanto à análise, o planejamento e a gestão da atividade como uma possível solução para o desenvolvimento da realidade em municípios de pequena dimensão.

Todavia a proposta de gestão democrática e o crescimento do processo participativo para o desenvolvimento estão sujeito a inúmeras variáveis que são determinadas pela característica de cada localidade, as quais devem considerar seu contexto político, econômico, histórico e suas características geográficas e sociais. Estas variáveis tendem a serem maiores e mais complexas à medida que o território seja mais abrangente, dificultando os processos e o controle. De acordo com Antunes (2006) “cada sociedade esta sujeita a ser analisada por diferentes ângulos, porque a compreensão da vida cotidiana e dos interesses de uma determinada comunidade é sempre interpretativa”.

Independentemente das características e singularidade que uma sociedade carrega, a participação popular no planejamento e gestão apresenta-se como uma oportunidade de mostrar quem verdadeiramente ocupa um determinado espaço e quais são suas verdadeiras necessidades perante suas problemáticas cotidianas. Tanto em experiências práticas quanto na literatura o fator determinante para o sucesso do planejamento e gestão participativo da localidade, baseia-se na integração da comunidade a qual permite que a mesma possa discutir e avaliar os impactos ocasionados pela atividade turística e desta maneira planejar e agir responsabilmente, buscando sempre pela melhoria da qualidade de vida da coletividade.

Participar é mais que estar presente, é estar dentro do processo, procurando colaborar na esfera de decisões e tornar-se parte importante e indispensável para o desenvolvimento da comunidade. Todavia existem vários níveis de interpretação, onde a participação pode ser desempenhada em uma comunidade, segundo Gandin (2000) em seus estudos identifica e relata tais formas:

- Em forma de *Colaboração*: Não sendo legitimamente uma prática participativa, onde o poder público ainda é norteador e busca apenas a contribuição dos atores para suas ações pré-determinadas, levando a população a desacreditar da ação das autoridades.
- Em forma de *Nível de Decisão*: A proposta está em decidir conjuntamente em plenário escolhas alternativas já traçadas de assuntos com menor grau de importância, porém necessários que complementam o projeto maior.
- Em forma de *Construção em Conjunto*: Está prática é pouco exercida, pois a população por acreditar num pensamento do mais sábio, dificulta seu próprio processo de articulação de forma participativa, todavia ao tomar consciência de igualdade, passam tirar proveito e crescem na coletividade.

Concorda-se em vias que antes de fomentar a forma de participação a ser exercida por uma comunidade, se faz necessária maturação da sociedade perante o próprio ato da participação comunitária e para que isso seja realmente possível segundo Ammann (1980), são imprescindíveis três requisitos básicos: A informação, a motivação e a educação para participar:

- O ato de informar: Há necessidade do conhecimento prévio das situações a serem enfrentadas, com a completa interação dos fatos. “Somente informada, pode uma população fazer um julgamento claro sobre a validade das oportunidades e dos instrumentos postos à sua disposição, utilizá-los ou, inclusive, rejeitá-los, se os considera ineficientes ou inadequados”.
- O ato de motivar: “atua no campo psicológico, provocando a identificação das razões que podem mover o indivíduo a participar”.
- O ato de educar para a participação: “trata-se da aprendizagem para participar, que necessita de um exercício contínuo e permanente.

O nível de participação a ser desempenhada por uma comunidade, sem dúvida alguma é determinada pelos valores culturais, empírico e individual articulado ou não em ações coletivas. É comum que as organizações governamentais e tecnocráticas, faça pouco caso e achem desnecessárias maiores explicações sobre

o processo perante os atores locais, desacreditando da capacidade individual e coletiva de organização, geralmente quando a população possui baixa escolaridade e/ou grau de instrução. Todavia esse não se torna um empecilho à participação, pode sim ocasionar em um desempenho vagaroso, visto que para colaborar a minimizar esse efeito devesse investir na socialização das informações de forma simplificada, capaz de incentivar e motivar a formação de gestores participativos, integrados diretamente no planejamento e na gestão do turismo local.

De que adianta conceber alternativas radicais para o planejamento e a gestão conservadores sem conversar com aqueles que podem ter real interesse nesse tipo de proposta, por sua própria condição de vida? De que adianta clamar por participação autêntica e bem informada sem levar as informações a quem delas precisa para formar juízos e decidir? (SOUZA, 2001, p. 266).

Abordagens e esclarecimentos simplificados são imprescindíveis e de total relevância no planejamento participativo, neste processo demonstrar para todos os atores que todo o conjunto é responsável pelos resultados a serem obtidos, possibilita o amadurecimento de uma sociedade em pleno exercício da cidadania. Como salienta Souza (2008):

A participação popular é tomada como elemento novo na proposta de planejamento e gestão urbana (previsto no Estatuto da Cidade), capaz de produzir mudanças significativas. Entretanto, o processo participativo acontece dependendo do nível de amadurecimento dos movimentos sociais e envolvimento da população e deve avançar para além do próprio Estatuto da Cidade, buscando ir além da conquista dos direitos à moradia e serviços urbanos. (p. 5)

Para que está construção conjunta do amadurecimento de uma comunidade possa legitimamente acontecer, deve ser entendido pelos técnicos-científicos e pelas autoridades que o “saber local dos moradores [...] além de um rico acervo de informações empíricas, tanto, ou melhor, senso que a interpretação de um técnico ou estudioso dos problemas urbanos”. Dentro deste formato será mais fácil “democratizar o planejamento e a gestão [...] dentro do raio de alcance decisório do corpo de cidadãos” (SOUZA, 2001, p. 261-262).

Delimita-se desta forma um processo de planejamento para o desenvolvimento sustentável satisfatório (o qual possibilita o alcance de uma gestão

participativa inserida na realidade de uma comunidade em forma prática) invertendo um planejamento e gestão apenas governamental para a prática democrática participativa em escala local, idealizada em cidades pequenas onde existe forte influência na capacidade individual e coletiva de comunicar-se na tentativa de ter acesso na participação da tomada de decisões com o propósito de “proteger” seu espaço.

Nos casos em que o processo de participação ocorre em cidades pequenas que tenham relação direta com o turismo, essa interpretação deve ser criteriosa, pois a complexidade do turismo fragmentado e sazonal ao mesmo tempo em que desenvolve uma maior força comunitária de proteção do seu território pode dificultar a comunicação entre grupos de interesses diferentes, gerando conflitos. Embora o processo de participação local possa apresentar algumas dificuldades na coordenação, ela talvez seja a única forma de estabelecer em conjunto objetivos e metas que satisfaçam a todos.

Tal como referido por Olthelen (1999), o planejamento participativo é o passo inicial na definição de uma agenda comum para o desenvolvimento de uma comunidade local e as entidades externas e é onde uma comunidade se compromete a atingir um determinado objetivo sócio-económico diagnosticando seus próprios problemas. Todavia especialistas técnicos ou estudiosos são necessários, mas apenas como facilitadores. Além disso, ninguém gosta de participar de algo que não é de sua própria criação, por mais qualidade técnica que elaborações externas possam disponibilizar, não servem como plena inspiração a participação da comunidade na sua execução.

Para tanto, durante o período inicial de implantação do planejamento participativo, a comunidade deve partir de um pressuposto a evoluir para um desenvolvimento auto-sustentável local, afinal este tipo de planejamento tem como objetivo criar uma plataforma de aprendizagem para identificar as necessidades da comunidade e assim, criar consensos sobre objetivos comuns fortalecendo ainda mais os grupos locais passando a integração de sistemas locais promovendo a aprendizagem da população local e elevando o compromisso político e a responsabilidade do governo local.

Um dos pressupostos que eleva o planejamento participativo, é que este reforça a integração dos conhecimentos e dos sistemas de gestão no processo de planejamento local. O argumento mais evidente para apoiar esta hipótese é o fato de que grupos locais de preparação de planos próprios, tomarem decisões com base em sua própria reflexão coletiva e análise de suas necessidades, possibilidades e limitações. Este processo de reflexão coletiva por meio de exercícios estimula uma comunidade a expressar suas próprias percepções e compartilhar seus conhecimentos e experiências.

O planejamento participativo como mencionado anteriormente deve ser visto como uma aprendizagem em dois processos o do diálogo e o da negociação entre todos os envolvidos, já que este tem o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável com base na autonomia local, dando responsabilidades aos indivíduos, grupos e a comunidade. Esta abordagem não deve propor projetos meramente técnicos, devem ter algo a oferecer, não como pacotes pré-estabelecidos, mas como propostas a serem definidas e negociadas com base nas necessidades prioritárias do local e interesses individuais de diferentes grupos.

Desta maneira é indispensável que os atores passem primeiramente por um estágio de sensibilização sobre os princípios do planejamento participativo. Um manual em desenvolvimento local participativo elaborado por Jain & Polman (2003) destinado ao processo na Índia, este aponta cinco princípios para esta sensibilização:

1. O desenvolvimento deve ser visto mais como uma mudança de baixo para cima, do que de cima para baixo;
2. O processo deve ocorrer de forma natural, em vez de acordos com planos fechados, deve ter como meta projetos flexíveis, para adaptações se necessárias;
3. Os programas de desenvolvimento devem ter por objetivo fortalecer as organizações locais, construindo confiança e experiências locais;
4. O processo deve ser apoiado por instituições locais, tais como cooperativas, grupos, religiosas, comerciais, entre outras;
5. A base técnica do processo deve ser trabalhada em conjunto com as instituições locais e a população.

A participação da comunidade local é uma condição indispensável num processo de desenvolvimento na busca pela autonomia, insensato acreditar que o planejamento e gestão possam ser definidos sozinhos pelo poder público, sem a atuação articulada entre os atores. Muito deve se pensar, mas como estabelecer este processo dentro de um regime de governo representativo?

As formas de participação comunitária configuram-se de diversas maneiras através da integração dos indivíduos sociais como empresas, entidades, escolas, conselhos, famílias, ouvidorias e em uma das atuais discussões do orçamento participativo, pois a democracia participativa não se configura apenas no ato “obrigatório” de voto.

3.3.1 Desenvolvimento Sustentável

O processo de planejamento e gestão estruturados na autonomia municipal e na participação comunitária tende a ser abordada de forma sistêmica e descentralizada onde é “voltado para a consideração do todo, mas também abordando as partes contidas neste todo”. (Faria e Carneiro, 2001, p.30).

Sistêmica e descentralizada, estes métodos de trabalho utilizado em processos de desenvolvimento convencional local, muitas vezes mantém a população fora do campo de tomada de decisão, o que é um fator limitante para resultados esperados a nível local mostrando-se de força contrária do seu proposto reforçando tendências centralizadoras. Entretanto estes métodos são considerados facilitadores para a mudança local, desde que desempenhados e desenvolvidos de forma simplificada levando em conta as necessidades de cada localidade.

O Planejamento do Turismo ajustado na sustentabilidade¹⁷ segue o princípio a fim de suprir estas necessidades, sendo elas econômicas, sociais e ambientais. Para ser possível adotar a estas medidas, foi criado pela Agenda 21 Global o Código de Ética do Turismo, aprovado em 1999 pela OMT, que indica a adoção de condutas

¹⁷ O Turismo Sustentável foi definido pela OMT, em 1995, como: “aquele ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a frágil balança que caracteriza muitas destinações turísticas, em particular pequenas ilhas e áreas ambientalmente sensíveis”.

para a promoção do turismo sustentável, que expressa à preocupação com os valores ambientais, culturais, econômicos, políticos e social do turismo, as quais são destinadas a todos os atores envolvidos no processo da atividade turística.

São dirigidas a governos, comunidades receptoras e demais atores envolvidos com a atividade turística: (art. 1) contribuições do turismo à compreensão e ao respeito mútuo entre homens e sociedades; (art. 2) o turismo, vetor de crescimento pessoal e coletivo; (art.3) o turismo, fator de desenvolvimento sustentável; (art.4) o turismo, usuário do patrimônio cultural da humanidade, contribuindo para o seu enriquecimento; (art. 5) o turismo, atividade benéfica para os países e comunidades receptoras; (art. 6) obrigações dos atores do desenvolvimento turístico; (art. 7) direito ao turismo; (art. 8) liberdade para deslocamentos turísticos; (art. 9) direitos dos trabalhadores e empresários da indústria turística. No artigo 10 – implementação dos princípios do Código Mundial de Ética do Turismo, o documento prevê um mecanismo para a regulação de litígios quanto à aplicação do referido código, propondo a criação de um Comitê Mundial de Ética do Turismo.

A conduta ética do desenvolvimento do turismo se faz pertinente, pois a questão na atualidade coloca em voga o crescente interesse por pequenas cidades turísticas que ofereçam privilégios naturais e culturais, geralmente economicamente mais pobre (nem sempre), requerem cuidados especiais, de modo que o desenvolvimento seja sustentável e não contribua para a exclusão, degradação e descaracterização do ambiente local.

Irving (2002) afirma que a incorporação de princípios éticos associados ao conceito de sustentabilidade deve levar o desenvolvimento da atividade turística a uma “nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e a um novo modelo de implementação de projetos centrada em parceria, co-responsabilidade e participação”.

A chave para o desenvolvimento é a participação, a organização, a educação e o fortalecimento das pessoas [...]. É centrado nas pessoas. Deve ser apropriado não só aos recursos e ao meio ambiente, mas também à cultura, história e sistemas sociais do local onde ele ocorre. (DIAS, 1994, p. 141).

3.3.2 Conflitos de Interesse

Após o estudo das características locais de Balneário Barra do Sul – SC e a análise dos discursos apresentados dentro da abordagem apresentada como foco

principal deste trabalho: A autonomia municipal e a participação popular no processo de planejamento e gestão do turismo, foi identificado como grande problema para a busca ao desenvolvimento turístico local a falta de articulação entre os atores locais originados e ocasionados pelo conflito de interesses sociais. Como fato esta abordagem não foi o foco principal deste trabalho, porém significativa as suas conclusões, designou-se então com importante uma breve abordagem sobre o tema.

O conflito, enquanto objeto de pesquisa, é um temas bastante difundido e se mostra sob várias óticas e em diversos níveis: intrapessoais, interpessoais, organizativos, sociais ou internacionais. No entanto o conceito de conflitos de interesses em toda sua forma possui o envolvimento de pessoas ou grupos e possui tendências ou interesses incompatíveis entre si. Percebe-se que somente pode existir conflito onde as relações pessoais são próximas.

O conflito é gerado quando do estado de insatisfação das partes, ou de uma das partes envolvidas, ela pode ser ter múltiplas origens como pontos de vistas diferenciados, divergências de interesses, competição entre si pelo poder, entre outros. Este é uma dinâmica comum encontrada em conflitos sociais, aceitar a realidade do nosso mundo social e sociável e impedir sua estagnação é aceitar os conflitos de interesses. Superá-los porém é uma tarefa um tanto árdua, onde a cooperação e a interdependência ou seja a articulação entre todos é a fórmula para se chegar ao sucesso na busca pelo desenvolvimento local

Existe ainda duas outras forma para se alcançar e superar as relações de conflitos, a submissão e a dominação. A primeira é quando um grupo sede as exigências do outro de forma concebida pro um laço mediador que proporciona a comunicação entre as partes. A segunda é a unilateralidade de soluções, onde ambos os grupos envolvidos fazem exigências e cedem mutuamente construindo um acordo comum.

Nesta caso a definição de conflito social é reconhecido como eixo coletivo de interesses e estes não podem ser definidos apenas pela somatória de interesses individuais, e sim pelo reconhecimento de interesses da coletividade (FERREIRA, 1999). Observa-se que no município de Balneário Barra do Sul, os conflitos entre diversos atores e grupos sociais são compartilhados por diferentes sistemas

produtivos. Desta forma a ausência de diálogo entre as esferas Pública municipal, Iniciativa privada e Sociedade civil, aumenta ainda mais as possibilidades de ocasionar maiores conflitos e dificultar ações que visem o desenvolvimento local e a qualidade de vida da comunidade.

De maneira geral para se solucionar conflitos é imprescindível conhecer a fundo as razões de cada uma das partes, ouvir o outro pode ser mais importante do que ouvir ao seu próprio grupo. A racionalidade neste caso é essencial, pois leva a perceber as diferenças e ficar aberto a novas soluções. Todas as partes devem estar abertas a trabalhar em conjunto de forma articulada.

No entanto a intensidade dos conflitos entre a população de uma cidade tende a variar conforme sua dimensão, onde nas cidades pequenas o que se mostra como mais importante é a disputa pelo espaço coletivo e a disputa pelos equipamentos sociais e serviços de infra-estrutura urbana. Chega-se desta forma de conclusão que para se conseguir que a participação comunitária aconteça verdadeiramente e que possa ser um suporte na busca pelo desenvolvimento do turismo local, juntamente com ações de autonomia, o desafio é desenvolver técnicas e procedimentos facilitadores de negociação de conflitos dos interesses.

3.4 Autonomia municipal

A origem da autonomia nos remete ao clássico pensamento grego, de que *áutos* significa "por si próprio" ou "de si mesmo" e o elemento *nómos*, que pode significar "regra de conduta", "lei" e até mesmo "costume". Desta maneira autonomia significaria "a condição de uma pessoa ou de uma coletividade que determina ela mesma a lei à qual se submete" (LALANDE, 1996, p. 115)

Passados mais de vinte anos da publicação da atual Constituição Federal do Brasil, a determinante ordem ao pleno exercício da autonomia municipal, este assunto ainda é alvo de trabalhos altamente discutíveis de estudiosos de direito na

tentativa de encarregar aos municípios à gestão ampla em um planejamento que zele pelo interesse de seu território e seu povo.

Ao se falar em autonomia municipal em um país como o Brasil surge vários questionamentos e apontamentos ligados a legislação, a política e a administração de uma localidade. Todavia, tal investigação pretender demonstrar que o exercício pleno da autonomia municipal, apesar de garantida por lei, só será possível com a colaboração de todos.

Este tema é de grande importância na atualidade, a busca pela superação local em forma de organização administrativa e evolutiva de uma comunidade onde se organiza por si própria, sendo uma possível nova forma de arranjo evolutivo de comunidades inseridas em uma realidade de cidades pequenas. É importante ressaltar que dificuldades podem surgir na apreensão do conteúdo ao conceito “autonomia municipal”, portanto noções serão sempre contestáveis.

Quando hablamos de Autonomía Municipal, debemos distinguir dos grados o tipos de autonomía: una absoluta y otra relativa. La autonomía es absoluta cuando el municipio tiene la posibilidad de darse su propia ley fundamental (Carta orgánica), hablamos aquí de una autonomía institucional. Los municipios con autonomía relativa no tienen la facultad de darse su propia ley. Estos sólo poseen autonomía política (posibilidad de darse organización y gobierno), autonomía administrativa (prestación de servicios públicos y demás actos administrativos), y autonomía financiera (libre creación, recaudación e inversión de las rentas). (PAOLETTA, Enzo S. p.2)

Partindo desta premissa, então qual seria o princípio da autonomia municipal? A autonomia local nada mais é que a responsabilidade própria do município perante suas ações, seja ela política, econômica ou até mesmo jurídica, dentro dos limites da Constituição e da lei, dado como livre para realizar tarefas específicas dentro do seu território.

Por um lado pode-se priorizar a autonomia como um todo que envolva a comunidade aos assuntos não favorecidos pelo governo federal ou distrital e por outro lado, tem a autonomia em um órgão subordinado (neste caso o poder público municipal) onde é proposta a descentralização da administração. Perante estas duas faces, devemos esclarecer que a autonomia municipal distingue-se em três camadas, as quais podem estar correlacionadas ou não, que são:

- Autonomia organizacional (organização política, administrativa);
- Autonomia jurídica (lei de direito);
- Autonomia financeira.

A autonomia municipal brasileira por sua normalidade julgada juridicamente vem sendo retomada em uma nova contextualização¹⁸, sobre o enfoque do desenvolvimento urbano, tendo em vista à autonomia organizacional, numa contribuição visando estratégias de gestão, desta maneira as perspectivas ao direito comunitário assumem um papel fundamental relacionadas com tendências internas locais dando um novo enfoque a questão da autonomia.

Este processo histórico na evolução dos municípios no Brasil somente passou a ter voz operante após a Constituição de 1988¹⁹, onde o direito a autonomia municipal se fortificou, tendo em vista direitos garantidos por lei, porém muitos municípios ainda estão aquém de uma autonomia plena²⁰, tendo em vista a grande dependência de recursos econômicos federais e estaduais. Evidentemente a característica principal dada à autonomia é a de proporcionar ao município capacidade de estruturar-se e organizar-se, construindo seu próprio governo ou sua própria forma de governar, como prevista pela constituição de 88, José Afonso da Silva (1997) coloca que:

A autonomia municipal, assim, assenta em quatro capacidades:

- a) Capacidade de auto-organização, mediante a elaboração da lei orgânica própria;
- b) Capacidade de autogoverno, eletividade do Prefeito e dos Vereadores às respectivas Câmaras Municipais;

¹⁸ De acordo com Campos (1956, p. 25), autonomia é um conceito eminentemente político, não jurídico. A distinção entre um princípio político e um princípio jurídico é que este é susceptível de determinação precisa e definida, enquanto que o princípio político é, por sua natureza, vago e indeterminado.

¹⁹ O Município, como pessoa jurídica de direito público, possui capacidade civil e política, que é a faculdade de exercer direitos e contrair obrigações, bem como a competência de legislar sobre assuntos locais. Sua autonomia é garantida pela Constituição Federal. Art.18:“A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.” (grifo nosso). Artigo 34, VII, c:“A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: VII. assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:c) autonomia municipal;”

²⁰ Na Federação brasileira, conforme determina a Constituição Federal, os Municípios são unidades territoriais, com autonomia política, administrativa e financeira, autonomia essa limitada pelos princípios contidos na própria Lei Magna do Estado Federal e naqueles das Constituições Estaduais. (Ferrari, 1993. p.23)

- c) Capacidade normativa própria, ou capacidade de autolegislação, mediante a competência de elaboração de leis municipais sobre áreas que são reservadas à sua competência exclusiva ou suplementar;
- d) Capacidade de auto-administração (administração própria, para manter e restar os serviços de interesse local). (p. 546)

Estas capacidades são consideradas o plano administrativo da autonomia²¹, o qual limita sua ação e competências no espaço organizacional do município, mesmo por que um modelo de autonomia não poderia ser o mesmo para todas as municipalidades, já que cada localidade é considerada uma unidade exclusiva e singular, pois como já argumentava Pires (2001):

O importante é a prática do regime autonômico no plano de realidade em modelos menos artificiosos e mais plausíveis e adaptados às peculiaridades [...] como princípio democrático, a prática tende a integrar a base comunitária nos processos de decisão e a estimular o controle social da atuação da esfera local; como princípio de engenharia administrativa, a descentralização pode sustentar soluções de eficiência pela lógica da proximidade em relação a problemas e alternativas para seu enfrentamento. (p. 229)

A esfera local passou a ganhar maior importância, onde a mobilização da sociedade pela abertura política e maior sensibilização da sociedade para o caráter democrático e participativo, este foi decisivo na publicação em 1988 da nova Constituição Brasileira, o qual considerada com uma marcha a cidadania dando competências ao poder municipal para elaboração de leis de interesse local. Perante esta reformulação governamental o município passou a ter competência de exercer direito e adquirir obrigações²², todavia o município passou a não depende obrigatoriamente do Governo Estadual, nem do Governo Federal, para obter também sua autonomia jurídica.

²¹ Asseguradas pelo Art. 18: "A organização político-administrativa de República Federal do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição." e diz o Art. 34, VII, c: "A União não intervirá nos Estados nem nos Distrito Federal, exceto para : VII. Assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: c) autonomia municipal;" e dispõem que, autogoverna-se por meio de vereadores, vice-prefeito e prefeito; auto-administra-se por competências e poderes estabelecidos não vedados pela Constituição Estadual e/ou Federal; e finalmente auto-organiza-se aplicando suas Leis Orgânicas Municipal (Constituição do Município).

²² O princípio do federalismo brasileiro de 88 passou a seguir os princípios da desagregação, do cooperativismo e da assimetria, considerado como a constituição da federação perfeita (CORRALO, 1997, p. 148). Sendo ela responsável pelo combate às desigualdades regionais considerando os municípios, definindo que o município possui sua autonomia, dentro dos limites de seus poderes e deveres perante a federação.

Para esclarecer sobre as esferas de poder, devemos reconhecer que na prática, a Federação brasileira, possui quatro esferas governamentais: União, Estados e Distrito Federal, grandes, médios e pequenos Municípios. Para tal, dando importância aos pequenos municípios e levando em consideração nosso estado democrático de direito brasileiro da atualidade, podemos dizer que a autonomia estabelecida pela Constituição Federal de 88 designa que ser autônomo não significa total liberdade, mas sim, uma liberdade dentro dos limites disposto, onde esta autonomia pode e deve ser um estágio para se chegar à democracia possibilitando o crescimento de um local, concebendo avanços, políticos, sociais e culturais (CORRALO, 1997, p. 165).

A autonomia municipal na atualidade aparece como componente essencial e imperativo para a efetivação da democracia e da dignidade humana, pois parte do pressuposto que todo e qualquer cidadão tem capacidade e pode participar no processo político, todavia a autonomia só se torna possível quando a comunidade coletiva e seus sujeitos obtiverem a capacidade de gerir o processo de desenvolvimento do município e isso nos remete consideravelmente as questões políticas.

Campos (1956) em sua percepção defende que a questão da autonomia é meramente política e não apenas mais um componente envolvido no processo, todavia, não podemos dar suporte a apenas uma característica tão vaga e mistificada, desta forma mostra-se pertinente justificar a autonomia municipal com um propósito concreto, o qual se demonstra no caráter jurídico apresentado por Corralo²³ em sua tese de doutorado que analisa a concretização do propósito das necessidades locais em cinco perspectivas jurídicas²⁴: autonomia auto-organizatória, política, administrativa, legislativa e financeira das municipalidades.

²³ CORRALO, Giovani. *A autonomia municipal como um direito fundamental na Constituição Brasileira*. Tese Doutorado. Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2006.

²⁴ Tal escolha em analisar a autonomia municipal diante do ordenamento constitucional foi feita em vista da Constituição ser o pacto pelo qual a Federação se constitui como tal, ou seja, é o elemento fundamental do Estado federal. Isso significa que a falta de uma determinada autonomia municipal na Constituição não significa a sua inexistência fática, pois em algumas situações é da competência dos Estados federados disciplinar o regime municipal, o que pode ocorrer nas Constituições estaduais e na própria legislação federal infraconstitucional. Entretanto, esse critério de comparação possui relevo pela possibilidade de mensurar a importância consignada pelos Estados federados ao poder local, ou seja, a pertinência da autonomia local para o federalismo, para a própria federação e para os direitos fundamentais. (CORRALO, 2006, p. 188)

- a) Autonomia auto-organizatória compreende-se a liberdade para que os municípios construam as suas cartas constitutivas, ou seja, a sua constituição local;
- b) Autonomia política restringe-se à efetividade dos governantes locais pela própria população, em processo democrático;
- c) Autonomia administrativa diz respeito à gerência dos assuntos locais, ou seja, dos assuntos pertinentes à vida dos habitantes de um determinado Município;
- d) Autonomia legislativa e financeira se refere à consignação de receitas para que as municipalidades possam cumprir com as suas atribuições, dividindo-se em receitas próprias e receitas oriundas de transferências constitucionais ou voluntárias.

E ainda complementa que:

O Município, ao mesmo tempo em que possui uma conformação natural, depende de uma espacialidade estatal que o abranja e delimite os seus limites, que por sua vez, devem resguardar um mínimo de autonomia para que os interesses locais possam ser satisfeitos. Assim, a autonomia é o cerne fundamental do Município, sem o qual este desfalece compreendida tanto na escolha dos governantes (política) como na estrutura e recursos necessários (administrativa e financeiramente) para a resolução dos problemas locais.

Pouco se faz importante ou até mesmo a falta de conhecimento dos que administram um município sobre esclarecimentos de como podem fazer a captação de recursos financeiros para atingir mais um parâmetro importante da autonomia municipal. Muitos administradores municipais eleitos pelo corpo cidadão da localidade não estão preparados para esta atuação, seguem desinformados que o município pode economizar em seus gastos públicos de encargos, apenas por não terem obrigação legal de contribuir com alguns encargos e/ou obrigações estaduais ou federais. Esclarece Silva²⁵ que “basta criar fundos próprios similares para tais fins [...] Caso o município queira pedir de volta todas as contribuições que fez até determinado momento, é suficiente que entre com um processo no órgão do Judiciário correspondente²⁶.”

Todavia o município, antes de possuir qualquer denominação econômica-político-jurídica, nasce do agrupamento de pessoas, de famílias, de entidades do setor público e do setor privado, unidas por interesses comuns.

²⁵ SILVA, Carlos. H. D. *Plano Diretor – Teoria e Prática*. São Paulo. Editora Saraiva, 2008, p.38.

²⁶ Pedindo primeiro a suspensão do pagamento delas, para posteriormente, depois da causa julgada, apelada e vencida novamente, pedir o dinheiro de volta e colocá-lo no fundo municipal específico.

Assim, a autonomia local é compreendida como uma forma de potencializar o desenvolvimento da dimensão humana, o que é bastante próximo do consagrado na Constituição brasileira quanto à autonomia municipal como disposição e norma de direito fundamental. Eis a essencialidade da autonomia municipal para o desenvolvimento da dimensão humana, ou seja, como um direito fundamental encontram-se diretamente imbricado com os demais direitos fundamentais, reforçando-os e apoiando-se mutuamente, (CORRALO, 2006, p. 285)

Entretanto um desenvolvimento local baseado na esfera da autonomia municipal necessita de um processo de descentralização, dentro de cada região ou território. Isso requer que os impostos cheguem aos municípios em forma de co-participação e progressivamente que os mesmos possam de alguma forma suprir as necessidades de cada localidade. Um exemplo de correlação entre a descentralização e a autonomia é identificado por Fecha²⁷ ao falar da experiência Paraguaia que iniciou seu processo democrático em 1989 o qual foi firmado pela Constituição Nacional local de 1992, que rege o processo de descentralização com base em 16 princípios:

- Estado de Derecho: En términos formales, las competencias descentralizadas se ejercerán en virtud de una ley o por disposición de una norma autorizada por ley. En términos sustanciales, las competencias descentralizadas se ejercerán respetando La dignidad humana y los derechos fundamentales, y se deberá resguardar la garantía constitucional de acceso a la justicia en caso que la autoridad administrativa lesione algún derecho de la persona;
- Subsidiariedad: En los ámbitos que no sean de su competencia exclusiva, El Gobierno Nacional intervendrá siempre y cuando el Gobierno Departamental o Municipal no se encuentre en condiciones de asumir la prestación de un servicio o La ejecución de una obra, o se demostrase su grave y sustancial deficiencia, paralización o indebida utilización de los recursos asignados para esos fines;
- Coordinación: El Gobierno Nacional, los Gobiernos Departamentales y las Municipalidades deberán ejercer sus funciones de manera coherente y armónica, y considerar, en la actuación de sus competencias propias, la totalidad de los intereses públicos implicados y, en concreto, aquellos cuya gestión esté asignada a otras instituciones;
- Gradualidad: Las transferencias que se realicen deberán implementarse en plazos y etapas que contemplen los diferentes niveles de desarrollo institucional de los Gobiernos Departamentales y Municipalidades, los recursos disponibles y el grado de complejidad de las competencias transferidas;

²⁷ FLECHA, Victor. Jacinto. *Autonomía Municipal y Descentralización*. Congreso Latinoamericano de Parlamentarios Municipales. Ciudad de Pilar. República Argentina. Agosto de 2004. Disponível em: <http://ipmcs.fiu.edu/docs/PONENCIA_AUTNOMIA_Victor%20Flecha.pdf>.

- Solidaridad: El Gobierno Nacional, los Gobiernos Departamentales y las Municipalidades de mayor capacidad administrativa y económica, deberán prestar cooperación y asistencia activas a aquellas entidades de menor desarrollo relativo, en procura de garantizar el acceso equitativo a las oportunidades y beneficios Del desarrollo, para elevar la calidad de vida de la población;
- Desarrollo sostenible: La implementación de la descentralización conciliará El crecimiento económico, la equidad social y la sostenibilidad ambiental, para beneficio de las generaciones presentes y futuras;
- Equilibrio territorial: La implementación de la descentralización procurará la reducción del desequilibrio social, económico, cultural y ambiental entre los diferentes Gobiernos Departamentales y Municipalidades, con énfasis en los territorios con mayores deficiências;
- Equidad Social y de Género: El Gobierno Nacional, los Gobiernos Departamentales y las Municipalidades propiciarán el acceso equitativo de todos los hombres y mujeres del territorio paraguayo a las oportunidades y beneficios del desarrollo, como factores básicos para elevar la calidad de vida y reducir las desigualdades sociales;
- Participación ciudadana: La descentralización deberá establecer espacios y mecanismos de participación, que permitan a la ciudadanía expresar sus demandas e iniciativas, conocer e incidir en las políticas y planes de gobierno, debatir lãs prioridades y controlar la implementación de las acciones públicas;
- Equilibrio Fiscal: El proceso de descentralización deberá atender siempre La necesidad de que no se produzcan desequilibrios entre en ingresos y egresos consolidados del sector público, evitando la duplicación de gastos entre niveles de gobierno;
- Eficiencia: El proceso de descentralización deberá buscar la utilización más racional posible de los recursos humanos y materiales disponibles a estos efectos;
- Eficacia: El proceso de descentralización deberá buscar el más alto grado posible de cumplimiento de los objetivos y metas trazados por los Gobiernos Departamentales Municipalidades, a fin de asegurar a la población la calidad en la provisión de dichos bienes y servicios;
- Publicidad y Transparencia: Son públicos todos los actos administrativos y los documentos que les sirvan de sustento o complemento directo y esencial. Estos actos se ejecutarán dando a conocer los procedimientos adoptados, sus contenidos y fundamentos de las decisiones;
- Probidad administrativa: Las autoridades deben observar una conducta ética y un desempeño honesto y leal de la función o cargo, con preeminencia del interés general sobre el particular;
- Cohesión territorial: las decisiones legales y administrativas que se tomen en virtud del proceso de descentralización deberán resguardar la unidad del territorio nacional;
- Equilibrio entre competencias y recursos: No se podrán trasladar responsabilidades, sin que previamente se hayan asignado los recursos suficientes para atenderlas. (FLECHA, 2004, p. 13)

Nesta visão de busca pela autonomia num processo de descentralização que enfatiza o equilíbrio local, com base em princípios de sustentabilidade, podemos ressaltar a importância do terceiro setor, caso específico das relações deste com o turismo como uma alternativa que resta aos municípios é obter um incremento na

sua arrecadação própria que seja independente da atividade econômica ao menos em certa medida. Este processo de descentralização é capaz de gerar um processo decisório local de interação entre todas as faces da autonomia municipal, tornando-se um instrumento a proporcionar aos municípios alcançar uma maior autonomia por seus próprios meios fundamentados perante a articulação democrática e de participação popular para a construção de caminhos próprios a serem seguidos em cada organização do poder local.

A busca pela autonomia plena com base na descentralização é essencial para o fortalecimento de um corpo cidadão ativo, participativo, controlador e construtor de sua comunidade, quanto mais perto os centros decisórios estiverem da população, maior a tendência dos cidadãos em controlá-los e formatá-lo consoante os seus interesses, neste enfoque Corralo²⁸ argumenta que “A autonomia municipal encontra-se numa relação diretamente proporcional entre a participação e o controle social, fortalecendo-se mutuamente. Quanto maior a autonomia municipal, maior a participação e o controle social”.

E complementa:

Resguardar a autonomia do município brasileiro significa respeitar a dignidade dos seus cidadãos, plenamente capazes de construir a sua história, o seu destino, o seu futuro. Mais do que aguardar, como estátuas, a definição e implementação de políticas públicas, os cidadãos são impulsionados pela autonomia municipal ao exercício de uma cidadania ativa, participativa e controladora da espacialidade estatal. É essa espacialidade, aberta à participação e controle popular, que constrói o homem, permitindo a cada pessoa o desenvolvimento da sua condição humana, num aprendizado que pode ser comparado a um processo ininterrupto, ou seja, com início, mas sem um fim. (CORRALO, 2006, p. 291)

As funções, responsabilidades e deveres dos municípios brasileiros estão aumentando, enquanto a diversidade de recursos e fontes de receita fiscal está em declínio. Apesar de certo número de municípios lutarem pela verdadeira atuação democrática, a falta de recursos para satisfazer os princípios da autonomia plena para suprir as necessidades existentes e futuras são marcantes. Contudo os municípios ainda sim, são responsáveis e mentores do bem estar da população local. Os

²⁸ CORRALO, Giovanni. *A autonomia municipal como um direito fundamental na Constituição Brasileira*. Tese Doutorado. Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2006.

conselhos municipais articulados pela autonomia municipal e participação popular encontram em esfera mais próxima a realidade da comunidade local em cidades pequenas, podendo de esta forma articulada estabelecer e atender de forma adequada às necessidades dos cidadãos.

Além disso, a percepção de que o avanço no desenvolvimento turístico nem sempre tem ocorrido a favor das populações locais, e tem sido freqüentemente responsável por fenômenos significativos de exclusão social, passou a exigir medidas de ajuste em planejamento. Assim, as discussões realizadas no Brasil e no mundo sobre turismo e sustentabilidade passaram a recomendar para a prática turística: a conservação dos recursos naturais e culturais, o compromisso de desenvolvimento socioeconômico das comunidades receptoras e a participação dos atores sociais em todas as etapas do processo de planejamento e implementação de projetos, com a geração de benefícios para a população local e sua autonomia no processo de decisão (IRVING, 2002).

4. PRÁTICAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

4.1 Turismo comunitário-solidário

O turismo é reconhecidamente no Brasil e no Mundo como uma atividade geradora de empregos, de divisas e de renda. Por sua característica principal ser a prestação de serviços integrando diversas atividades, permite analisá-lo a partir da ótica da necessidade de um planejamento e gestão atuantes, tendo o envolvimento comunitário como principal responsável na busca pelos seus próprios objetivos, promovendo o desenvolvimento sustentável.

Desde os anos 50 o turismo é uma realidade mundial, a indústria do turismo fez com que pequenas comunidades pouco recebessem os verdadeiros benefícios desse movimento, a maioria dos destinos turísticos sofreu impactos negativos que prejudicaram seus recursos naturais e culturais de várias maneiras. Pela dinâmica do crescimento turístico nos últimos dez anos e por proporcionar ao segmento da economia uma forma mais rápida para enfrentar os desafios em pequenas localidades é que se torna de grande importância refletir sobre novas alternativas de planejamento e gestão.

Atualmente o Turismo de Base Comunitária ou Turismo Solidário, vem com o objetivo de proporcionar e resgatar o cenário dos benefícios, abordando não como as comunidades podem beneficiar-se com o turismo, mas sim, como pode o turismo contribuir para o processo de desenvolvimento da comunidade. Este tipo de turismo tem características bem diferenciadas do turismo de massa e está preocupado com o impacto da atividade na comunidade, onde procura incorporar estratégias de desenvolvimento em organização comunitária e de participação da população local.

Baseado nos princípios da economia solidária, o turismo comunitário ou solidário se mostra como alternativa aos projetos de turismo convencional. O turismo comunitário questiona o mito do turismo como gerador de emprego e renda e denuncia as políticas centradas na atração de

investimentos que não levam em consideração a participação e o desenvolvimento das comunidades locais²⁹.

Internacionalmente o Turismo de Base Comunitária/Solidário é considerado socialmente sustentável e quase sempre é operado exclusivamente pela população local, onde o planejamento e a gestão são compartilhados, enfatizando o bem estar comunitário na busca de obter um equilíbrio entre comunidade e a preservação cultural e ambiental³⁰.

Neste sentido, o Turismo Comunitário/Solidário apresenta-se como alternativa para o turismo convencional e pode ser definido como:

Aquele onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão. E por meio do envolvimento participativo desde o início, qualquer ação voltada ao turismo deve proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais. (WWF-Brasil, 2002)

Ou ainda o conceito identificado pela Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário por Sergio Salvati:

O turismo como atividade comercial é planejado, desenvolvido e gerenciado pela própria comunidade (aldeia, logradouro, povoado) fornecendo serviços como hospedagem, refeições, trilhas, excursões e outras atividades para os visitantes gerando emprego e empreendedorismo de pequenos e médios negócios (familiar, cooperativo, parceria) junto com outras atividades de geração de renda como pesca, agra-ecologia familiar, produção de produtos naturais, arte moda, artesanato e apresentação da cultura local. Todas estas atividades contribuem para gerar empregos e renda complementar a atividade principal da comunidade, contribuindo para o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da população. (WWF-Brasil)

Deve-se então “reconhecer” a comunidade a ser implantado este modelo de planejamento como uma unidade de identidade, baseando suas estratégias na forma de colaboração, parcerias, aprendizagem, participação, enfatizando o que é importante e reconhecer as perspectivas envolvendo a todos num mesmo resultado, focando o desenvolvimento³¹.

²⁹ Por Maria das Mercês Torres Parente e Thaíse Guzzatti, com contribuições dos participantes dos Encontros da Rede Turisol de 2003 a 2005. René Shärer, Esther Neuhaus e Francisco Alemberg. Disponível em: < <http://turisol.wordpress.com/contexto/>>.

³⁰ Disponível em: <www.communitybasedtourism.com>.

³¹ Israel. Community-Based Participatory Research for Health. 2003.

O desenvolvimento comunitário exige um conjunto de princípios que configuram as estratégias desse desenvolvimento, tais como o princípio das *necessidades sentidas*: significa dizer que as iniciativas de trabalho nas comunidades têm que partir das necessidades sentidas pela população e não apenas da consciência e orientações técnicas, de pessoas externas à comunidade; princípio da participação: requer envolvimento profundo da população residente na construção de um processo que pode ser considerado um desenvolvimento; princípio da cooperação: a ação comunitária não dispensa a iniciativa privada ou a participação pública. Ao contrário, formam-se parcerias com setores públicos e privados nos projetos de desenvolvimento comunitário; princípio da auto-sustentação: os processos de transformações econômicas e sócio-espaciais podem sofrer discontinuidades, mas precisam ser susceptíveis de gestão, manutenção e controle comunitários mediante mecanismos que previnam os efeitos perversos de possíveis alterações provocadas por interesses externos; princípio da universalidade: o êxito esperado é para a população na sua globalidade (e não apenas subgrupos), alterando profundamente as condições de subdesenvolvimento das comunidades (Carmo 1999, p. 80).

Lutando pelo desenvolvimento sustentável, o Turismo de Base Comunitária exige um grau elevado de controle sob o planejamento e gestão local e uma porção considerável dos benefícios devem ser decididas pelos próprios membros da comunidade local. Para alguns autores como Jama & Getz (1995) e Reed (1997), o turismo comunitário envolve diferentes atores da comunidade no planejamento e que em conjunto tomam decisões. Para outros como MacDonald & Joliffe; Mbaiwa (2003) o turismo comunitário é desenvolvida por grupos cooperativos ou organizações comunitárias. Entretanto o conceito mais marcante é difundido por McDonald (2001), onde o turismo comunitário é visto como uma relação simbólica, sendo o turista apenas uma parte do sistema e não o centro das atrações.

Nota-se, entretanto que a abordagem ao comunitário em projetos de turismo possuem sim características diferenciadas as quais são influenciadas pela singularidade de cada local de implementação dos planos, contudo, todos os apontamentos seguem a um mesmo princípio, de ser praticado dentro de uma localidade específica³² seja ela instalada em qualquer espaço físico na busca pelo desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, qual seria então o modelo ideal de planejamento e gestão para cidades pequenas envolvidas pelo turismo?

Uma possível alternativa é apontada, a cerca do Projeto *Community Based Tourism* (CBT), um dos mais comentados e estruturados internacionalmente, possui sua visão voltada ao impacto produzido pelo turismo sobre a comunidade e seus

³² Disponível em: www.planeta.com.

recursos ambientais. O CBT como é chamado, emerge de uma estratégia de desenvolvimento da comunidade, utilizando o turismo como uma ferramenta para fortalecer a capacidade das organizações de gerenciar recursos turísticos com a participação da população local.

O projeto é considerado uma ferramenta idealizadora do desenvolvimento comunitário, ambiental e de conservação, por esta razão possui uma visão que engloba todos os componentes de um sistema, seja ele social, cultural, político, ambiental ou econômico. Atuando com eficácia na análise do contexto comunitário, compreendendo a situação da comunidade e desta forma maximizando a capacidade do projeto na busca por um desenvolvimento sustentável. Para alcançar tais objetivos, é imprescindível verificar os aspectos de desenvolvimento de uma localidade com base em uma análise seguindo a alguns princípios apresentada na figura 06.

Desta forma a comunidade sendo considerada como um sistema, esta se encontra inserida e diretamente ligada e influenciada por relações internas e externas co-relacionadas em seu campo de atuação e esta dinâmica é imprescindível para poder alcançar o desenvolvimento sustentável. Uma das abordagens como ferramenta para tal é o processo de Base Comunitária somente, no entanto este só será possível verdadeiramente se houver a articulação entre todos os atores e sistemas envolvidos, demonstradas na Figura 07.

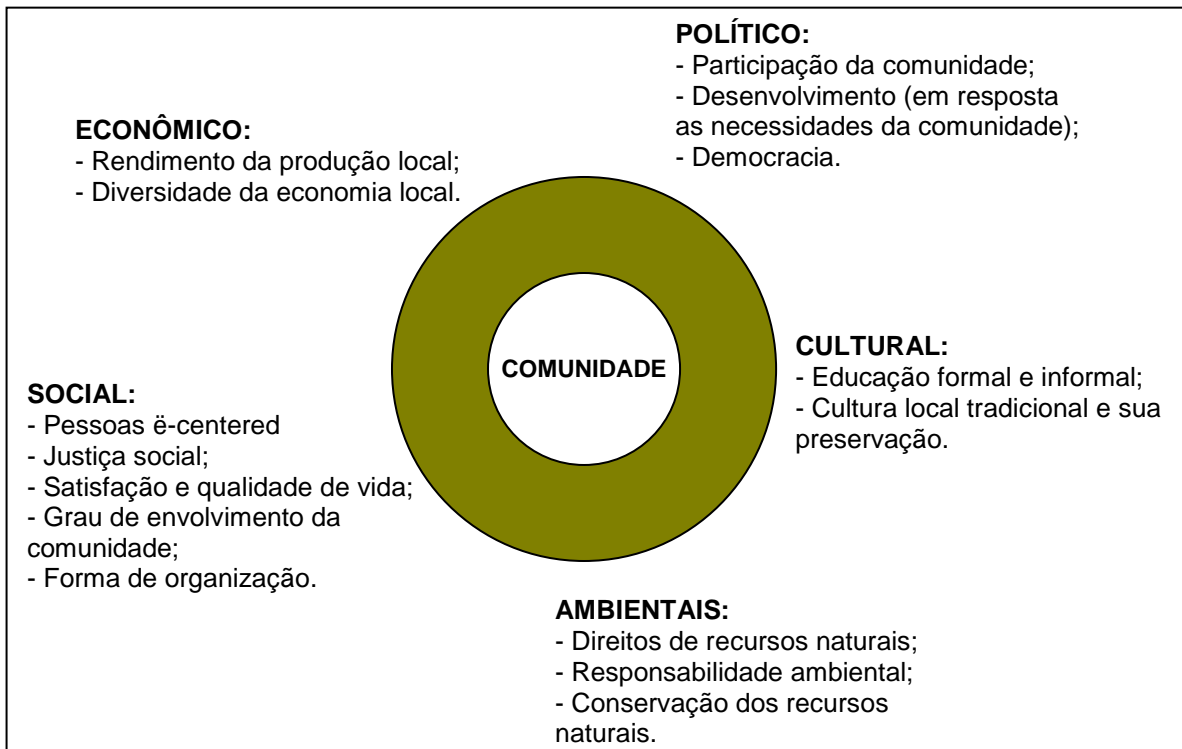


Figura 06: Cinco princípios para verificação de desenvolvimento local.

Fonte: CBT – Community Based Tourism Handbook. Community Based Tourism: Principles and Meaning (Tradução: Da pesquisa).



Figura 07: Objetivos para o desenvolvimento proposto pelo CBT.

Fonte: CBT – Community Based Tourism Handbook. Community Based Tourism: Principles and Meaning (Tradução: Da pesquisa).

Nesta nova visão de desenvolvimento baseada na articulação dos atores e dos componentes da estrutura comunitária em uma localidade singular e a busca por uma nova reestruturação econômica e social, cidades pequenas estão tentando diversificar suas estratégias econômicas com a experiência do Turismo Comunitário/Solidário, na busca por uma próspera economia vinda do desenvolvimento do turismo. Esta abordagem funcional mostra o turismo como uma força pró-ativa que se desenvolvida de forma adequada pode maximizar os benefícios e o crescimento de toda a comunidade, por tanto sugere que todas as partes interessadas ou afetadas pela atividade turística dentro de um espaço particular ou comunidade devam gerir coletivamente o sistema turístico³³, inclusive o poder público.

Identificou-se uma série de estratégias locais para o desenvolvimento, porém se faz notar que grande parte dos projetos ainda não obteve um julgamento acadêmico, dificultando uma possível análise crítica sobre tais. A investigação sobre práticas de Turismo de Base Comunitária e seu papel no desenvolvimento sustentável em comunidades proporcionando autonomia local, passou a ser uma busca trabalhosa e informal. A análise detalhada da atual prática é bastante empírica, a qual não dispõe de uma investigação criteriosa sobre os fatos e as práticas propriamente ditas.

Durante o levantamento bibliográfico encontramos vários estudiosos e autores que abordam sobre o turismo comunitário/solidário como: Poultney e Spenceley (2001) que abordam práticas para o turismo a favor do pobre no deserto ao safári na África do Sul, Mitchell e Reid (2001)³⁴ estudam o turismo e a integração das comunidades da Ilha Tequile no Peru dentro do processo de planejamento e gestão local, Horn e Simmons (2002)³⁵ abordam e comparam à relação do turismo comunitário nas comunidades tradicionais na Nova Zelândia, Rugendyke e Thi Son (2005)³⁶ estudam sobre o Vietnam e seu desenvolvimento atribuído ao turismo de

³³ O turismo é um sistema aberto realizando trocas com o meio em que se localiza e que possibilita o estudo das características básicas dos seu elementos. A OMT distingue 4 elementos básicos: Demanda, Oferta, Espaço geográfico e Operadores do mercado.

³⁴ MITCHELL, R. E. & REID, D. G. *Community integration: Island tourism in Peru*. In: *Annals of Tourism Research*, v. 28, n. 1, 2001, p. 113-39.

³⁵ HORN, C. & SIMMONS, D. *Community adaptation to tourism: Comparisons between Rotorua and Kaikoura, New Zealand*. In: *Tourism Management*, v. 23, 2002, p. 133-143.

³⁶ RUGENDYKE, B. & THI SON, N. *Conservation costs: Nature-based tourism as development at Cuc Phuong National Park, Vietnam*. *Asia Pacific Viewpoint*, v. 46, n. 2, 2005, p. 185-200.

natureza, MacDonald & Jolliffe (2003)³⁷, Koster e Randal (2005)³⁸ avaliam o desenvolvimento do turismo comunitário no Canadá, Mansfeld e Jonas (2006)³⁹ abordam as comunidades judaicas em Israel tratando dos efeitos do turismo sobre a cultura, Tosun (2006)⁴⁰ estuda o planejamento turístico participativo e o desenvolvimento na Tailândia, Sherman (2007)⁴¹ aborda a promoção do turismo de base comunitária em Honduras, Adeleke (2008)⁴² aborda o turismo comunitário e a sustentabilidade na Nigéria, entre outras localidades.

No entanto após uma criteriosa investigação delimitou-se a explanação as práticas em pequenas cidades ou de comunidades, ligadas as Redes de Turismo Comunitário/Solidário da América Latina, dando enfoque a práticas brasileiras.

Esperamos que o leitor pudesse se inspirar e perceber que o turismo de base comunitária é antes de tudo, uma expressão do mundo contemporâneo, onde as pessoas não se contentam mais em comprar, em vender. Vive-se um período em que produzir simulacros de relações, da espetacularização da natureza e da cultura com intuito de mercantilização começa a ser questionado. O que o ser humano tem de mais rico é a sua possibilidade de relação direta com o outro e com o diverso. (BARTHOLO, SAN SOLO e BURSZTYN, 2009)

4.2 Redes de turismo comunitário-solidário

4.2.1 Rede de Turismo Comunitário da América Latina – REDTUR

O programa baseia-se em uma rede de comunidades, instituições, competências e recursos destinados á promoção do desenvolvimento do turismo sustentável, buscando equilíbrio entre eficiência econômica, patrimônio cultural e

³⁷ MacDonald, R. & Jolliffe, L. Turismo cultural rural: Evidências do Canadá. In: *Annals of Tourism Research*, v 30, n. 2, 2003, p. 307-322.

³⁸ KOSTER, R. & RANDALL, J. E. *Indicators of community economic development through mural-based tourism*. In: *The Canadian Geographer*, v. 49, n. 1, 2005, p. 42-60.

³⁹ MANSFELD, Y. & JONAS, A. *Evaluating the socio-cultural carrying capacity of rural tourism communities: a 'value stretch' approach*. In: *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografi e*, v. 97, issue 5, 2006, p. 583-601

⁴⁰ TOSUN, C. *Expected nature of community participation in tourism development*. In: *Tourism Management: Research, Policies, Practice*, n. 27, 2006, p. 493-504.

⁴¹ SHERMAN, J. *Honduras: Promoting Community-Based Tourism*. Global Greengrants Fund, 2007.

⁴² ADELEKE, B. *Turismo comunitário: Uma trajetória a sustentabilidade em áreas protegidas da Nigéria*. In: Congresso Internacional de Biologia da conservação. Chattanooga, 2008, p . 05-23

identidade social. Tem por objetivo ajudar as comunidades a obter maior acesso a de novos serviços, ao mercado, ao desenvolvimento, a serviços financeiros e infraestrutura com base no intercâmbio de experiências. Atualmente, destinos de 13 países latino-americanos compõem a rede: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Peru. Citamos a seguir uma experiência prática desta, para cada País da rede de turismo comunitário da América Latina – REDTURS⁴³:

- **REDTURS NA ARGENTINA: Comunidade Santa Rosa de Tastil (Salta)**

TURISMO: Localizada na região da garganta do Rio Toro, província de Salta no noroeste da Argentina cerca de 100 km da capital Salta. A cidade de Salta possui via de acesso aéreas e terrestres de Buenos Aires, bem como dos países vizinhos, Chile, Bolívia e Paraguai. A Comunidade está localizada a 3.100 m de altitude, em um ambiente árido, o clima é muito seco, com sol forte durante o dia e frio durante a noite. As chuvas (Dezembro a Fevereiro) não excedem 300 mm por ano. A vegetação é baixa, com a presença de pequenas árvores nativas, a comunidade está rodeada de grandes vales e paisagens de alto-andinos. Uma mistura entre a vida pastoreira/agrícola, bem como da fauna selvagem. O mais importante é que essa experiência está viva no patrimônio histórico da comunidade como vestígios deixados pelos incas, um sítio arqueológico de grande riqueza. As famílias locais mantêm as tradições agrícolas, reprodução de ovinos e desenvolvem artesanato em lã. Há uma variedade de atividades, tais como circuitos guiados pela comunidade; visitas a museus, sítios arqueológicos, centro comunitário de artesanato, pesca e trilhas ecológicas. Pode-se participar diretamente da vida cotidiana local. A Comunidade oferece o serviço de orientação como guias locais com boa formação e equipados para caminhadas curtas e caminhando um ou mais dias, alugam computadores tenda e sacos de dormir e realiza a foto que acompanham com entrega de material em CD. Oferece passeios a cavalo, encargo de ciclismo e aluguer de animais de pesca e alpinismo. Famílias oferecem alojamento em suas casas, com camas e banheiro compartilhado, pratos da cozinha tradicional com produtos locais. A comunidade não possui eletricidade, à exceção de algumas

⁴³ www.redturs.org

famílias que possuem equipamentos de energia solar. Não existe nenhum telefone celular ou venda de combustível, nenhum sinal de serviços bancários.

- **REDTURS NA BOLÍVIA: Ecoturismo comunitário Área Protegida de Amboró (Santa Cruz)**

TURISMO: Compostas pelas comunidades de Mataracú, La Chonta, Villa Amboró, Vulcões e Yunga Marrana, o acesso a região pode ser feita apenas com automóveis com tração e em alguns trechos apenas a cavalo. No ambiente próximo a cada um dos locais pode-se desfrutar de Cachoeiras, piscinas naturais no meio de rios; prestigiar as paisagens florestais das montanhas e ver vestígios de animais pré-históricos. O Yunga Mairana é uma floresta gigante. O visitante pode enriquecer sua estadia através da coexistência com a comunidade local, em vários destinos os passeios podem demorar 4 a 8 horas, durante o qual são vistas cachoeiras, piscina, pegadas de animais e os passeios de flora e fauna locais. Serviços básicos que são oferecidos nestas Comunidades são semelhantes à homogeneidade da topografia, o clima e cultura, são oferecidos alimentos, cavalos, orientação, transporte por canoas e possibilidade de campismo.

OBJETIVO: A organização começou em 1990, com o objetivo de apoiar os empreendimentos de comunidades Villa Amboró (1997), vulcões (2000) e Chochis (2002). Estas comunidades criaram seus próprios projetos de ecoturismo em resposta ao afluxo de turistas para a área que exigiu constantemente vários serviços turísticos permanentes, os principais objetivos destes projetos visam preservar os recursos naturais e culturais da área. O Ecoturismo comunitário na Área Protegida de Amboró em Santa Cruz, também faz parte, assim como outros projetos locais, da TUSOCO:

- **Rede Boliviana de Turismo Solidário Comunitário – TUSOCO:** Esta é uma associação boliviana sem fins lucrativos que reúne organizações baseadas na comunidade que trabalham no setor do turismo, como uma forma alternativa de aumentar e diversificar os recursos econômicos e avaliar a identidade dos povos locais. Oficialmente criada em 2006, a qual possui a visão de que cada comunidade possa auto-gestionar a atividade turística e programar os próprios projetos de desenvolvimento, para isso a Tusoco tenta por ação

reforçar os membros das organizações com o fortalecimento organizacional dos seus parceiros, a formação de recursos humanos, busca de financiamento, a qualidade do desenvolvimento e a identidade da comunidade como produto de viagens e comercialização do mesmo via Tusoco viagem SRL. A rede Tusoco é uma associação independente, direcionada por seus membros, que são organizações de turismo de solidariedade comunitária. Turismo de solidariedade comunitária é uma proposta para pensar e fazer turismo de forma respeitar as pessoas e o ambiente, uma proposta baseada sobre os preceitos da economia social e solidariedade, que entre outros, promove a democracia direta e autogestão. O turismo comunitário é um turismo manipulado pelos mesmos habitantes das comunidades indígenas e camponeses locais, pessoas que tem sido organizada de acordo com suas tradições da atividade turística no seu território⁴⁴.

- **REDTURS NO CHILE: Cidade de Puerto Natales, en el Sendero de los Alacalufes (Magallanes)**

TURISMO: A cidade de Puerto Natales, capital da província de Esperanza, constitui o núcleo de um extenso território com uma exuberante riqueza natural e cultural. A trilha está localizada na reserva nacional do Alacaluf, um labirinto de canais, geleiras e ilhas cobertas pela floresta. As principais atividades econômicas realizadas são a pesca, turismo, agricultura e mineração de carvão. O viajante pode visitar diversas atrações naturais, pode também apreciar a arquitetura das antigas casas da aldeia, museu histórico e apreciar o artesanato da cidade. O produto turístico é um caminho através de um dos mais remotos da aldeia de Alacalufe ao Sul do Chile (Patagônia). Dispõem de passeios de navegação combinados com caminhadas, visita a pecuária, ao trabalho agrícola e a estadia ligada à história de sobrevivência.

OBJETIVO: A empresa responsável pelas atividades locais pertence a um grupo de pescadores artesanais e o caminho do projeto turístico de Alacaluf teve iniciativa dos habitantes locais que procuravam diversificar sua atividade econômica e criar postos de trabalho para a comunidade melhorar sua situação socioeconômica. A sociedade

⁴⁴ (www.tusoco.com)

possui apoio da Fundação ENVIU no gerenciamento do impacto ambiental e a promoção do destino turístico.

- **REDTURS NA COLÔMBIA: Manglares de Buenaventura (Valle del Cauca)**

TURISMO: O município de Buenaventura está localizado no Sul do Pacífico colombiano, no Valle del Cauca. Buenaventura onde se localiza o segundo porto marítimo da Colômbia. O ecossistema da área é caracterizado pela presença costeira com a floresta tropical e mangue abundante. A área é famosa pela sua alta produtividade na cultura de espécies marinhas e proteção que oferece a mais de 2.000 espécies de peixes, crustáceos, moluscos e plantas (bromélias e orquídeas). O turista pode desfrutar de pesca de desporto e excursões curtas para visitar os reservatórios de água doces e observar a fauna local, também pode assistir a apresentações de música e danças tradicionais, degustar de pratos típicos feitos com peixes e produtos da cultura local e visitar o museu da embarcação. Na selva são oferecidas cabanas para hospedagem para os que gostam de trilhas.

OBJETIVO: A Fundação para o desenvolvimento econômico da Costa do Pacífico (FUNDELPA) foi criada em 1981 com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico da região, através do reforço dos existentes de microempresas, a criação de novas empresas e fortalecimento do empreendedorismo. Para fazer isso ter sido organizados. Vários cursos de formação, enfatizando a importância da eficiência econômica, respeitando os princípios da equidade e da solidariedade em comunidades locais.

- **REDTURS NA COSTA RICA: Agroturismo comunitario en La Gamba (Puntarenas)**

TURISMO: A Comunidade está localizada entre o Rio Claro, Cantão de Golfito, província de Puntarenas e distritos Golfito. A cidade mais próxima é Puerto Jimenez. A Comunidade está localizada na zona tampão do refúgio Piedras Blancas e vida selvagem Golfito, uma importante reserva ecológica. Por causa das abundantes chuvas, o vale é normalmente coberto com um manto verde e exuberante, banhado por rios cristalinos e cascatas. O turista pode compartilhar com as comunidades e participam no seu trabalho produtivo e celebrações festivas, também pode participar

em atividades municipais de educação ambiental e visitar projetos produtivos geridos pelas mulheres e jovens. Fornece orientação e interpretação, comida tradicional, alojamento, atividades culturais e campismo.

OBJETIVO: A Comunidade local com o projeto pretende gerar atividades produtivas com base na gestão sustentável dos recursos naturais, em harmonia com as tradições de uma cidade predominantemente agrícola. Graças a um programa da Fundação Geotrópica, em colaboração com outras instituições, foram elaborados treinamentos para moradores necessários para a prestação de serviços de turismo de qualidade. O Agroturismo comunitário em La Gamba em Puntarenas também faz parte, assim como outros projetos locais, da ACOSTA:

- **Rede de Turismo Rural de ACOSTA (Costa Rica):** Baseado em comunidades rurais, em busca do turismo sustentável. Nem sempre é fácil inserir esta proposta de turismo, em ver a vida vivida diariamente e a Costa Rica não escapou a essa tendência. Ela é promovida como um paraíso natural, e mais de um milhão de turistas chegam todos os anos para visitar suas florestas, vulcões e praias. No entanto, não muitos têm a oportunidade de conhecer os ticos e ticas durante sua estadia. Em contraste, pessoas que escolhem turismo comunitário rural optam por participar na vida cotidiana da vida local e sentir-se “mais” como convidados que como turistas. As Comunidades locais decidiram como querem se apresentar-se aos turistas, onde direcionam e executam suas próprias operações turísticas. Muito se critica sobre o atual modelo de desenvolvimento do turismo e estão preocupadas com os impactos negativos que o turismo pode proporcionar sobre a cultura, o ambiente e a economia local. Entretanto o turismo rural comunitário respeita seus convidados e a sua comunidade local. O turista pode visitar áreas selvagens, acompanhado por um guia local que explica os usos tradicionais das plantas e floresta local, transmitindo a experiência.

- **REDTURS NO EQUADOR: Salinas de Tomabela: Pioneiro do Turismo Comunitário Andino (Bolívar)**

TURISMO: Comunidade localizada no Guaranda, Cantão, a província de Bolívar, Salinas possui 10.000 habitantes, agrupados em 30 comunidades. Devido à sua

geografia e extensão, a área tem diversos patamares ecológicos: neotropical, serra e clima subtropical, localizado entre 600 e 4, 200 metros de altitude. No entanto, a maioria das suas atividades desenvolve nas montanhas dos Andes, a uma altitude média de 3.600 metros e uma temperatura média de 10 ° C. Entre as atrações para visitar na área são: mina de sal, parte da história e origem da comunidade; produto que foram utilizados para o comércio e troca com outras regiões do país e museu, a comunidade tem mantido seus costumes, especialmente aqueles de natureza religiosa. A Comunidade promove festividades destinadas a reforçar o consumo dos seus produtos artesanais, alguns deles regularmente são exportados para a Itália. A área oferece o pensamento, como um centro de ritual, penhascos rochosos e da cascata de Chazojuan, que se abre entre gigantes pedras, florestas. A comunidade tem para o alojamento um hotel, abrigos e casas de famílias ou campismo.

OBJETIVO: A Fundação das organizações de Salinas (FUNORSAL) composta por 26 comunidades agrícolas e cooperativas que produzem e agregam valor aos recursos naturais da agricultura, pecuária, florestal e peixes. Por iniciativa da Fundação, em 1985, Salina Tomabela tornou-se um destino de turismo comunitário, apoiado por organizações não governamentais como a UNICEF - Organização das Nações Unidas e outros, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade.

- **REDTURS NA GUATEMALA: Comunidade Maya Laj Chimel (El Quiché)**

TURISMO: Esta comunidade localiza-se no município de San Miguel Uspantán em Quiché. A Comunidade está situada a uma altitude de 1.972 m e está rodeada de uma magnífica floresta de nuvem, que desempenha um papel fundamental na hidrografia local. A floresta possui paisagens maravilhosas e uma flora exuberante composta por samambaias, bromélias, orquídeas, líquenes entre outras plantas medicinais e ornamentais, possui também magníficas e gigantescas espécies de árvores e uma fauna extremamente variada. Esta aldeia foi arrasada durante a guerra civil e que hoje se esforça para manter seu bem-estar e o desenvolvimento em harmonia com a natureza que envolve, principalmente composto o "Parque ecológico para a vida e a paz." Suas principais atrações são a floresta em que a comunidade está localizada e as tradições culturais Maia conservada pelos seus habitantes. O turista pode compartilhar o modo de vida das famílias locais, também

oferece hospedagem em pequenas pousadas ou em casas familiares, igualmente em suas refeições tradicionais.

OBJETIVO: A Fundação *Rigoberta Menchú* Tum (STM) oferece suporte à Comunidade de Laj Chimel, uma das suas funções é ajudar a povos indígenas a obter reconhecimento e respeito pela sua identidade e direitos. Seu principal lema é: "não há paz sem justiça, não existe nenhuma justiça sem equidade, não existe nenhuma capital sem desenvolvimento, não há desenvolvimento sem democracia, não há democracia sem respeito pela identidade e dignidade dos povos e culturas". A Fundação realizou um estudo preliminar que concluiu com uma série de sugestões para desenvolver um projeto de ecoturismo na área e gerenciados instalar um sistema de energia solar, já que esta comunidade não possui energia elétrica. Esta melhoria da economia familiar e reduziu a pressão sobre a floresta.

- **REDTURS EM HONDURAS: Comunidade Pech Santa María del Carbón (Olancho)**

TURISMO: Santa María a comunidade do carvão, localiza-se no município de San Esteban em Olancho, a 520 km da capital Tegucigalpa. A comunidade reside em uma área subtropical rodeada por montanhas de carvão e floresta tropical com rios e cachoeiras, as mais bonitas do país. A altitude média local é de 450 metros, com uma população de 1.700 habitantes. As atrações naturais locais incluem rios, cachoeiras, cavernas e florestas. As atrações históricas e culturais incluem o artesanato, gastronomia, contos, lendas, festivais, feiras, dança, música e restos arqueológicos. A comunidade também é conhecida pela medicina tradicional de rituais de cura. O turista também tem a oportunidade de viver com os membros da comunidade a aprender a sua cultura e modo de vida, participam nas atividades agrícolas, cerimônias e artesanato de vestuário.

OBJETIVO: O organismo responsável pela tomada de decisões é o Conselho comunitário e tem por missão assegurar o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade.

- **REDTURS NO MÉXICO: Comunidade Nahua de Turismo Morelense Tepoztlán (Morelos)**

TURISMO: Tepoztlan está situado a norte do Estado de Morelos a 74 km da cidade do México. Os atrativos locais incluem áreas arqueológicas, cachoeiras, igrejas, museus de arte pré-Hispanica, documentação histórica. Este local também é famoso pela medicina alternativa oferecidas com ervas, acupuntura, lama terapia, massagens, entre outros. O turista também tem a opção de caminhadas, ciclismo, montanhismo e rappel. Nos arredores de Tepoztlán pode-se visitar as aldeias de Quetzalcóatl Amatlán e San Juan Tlacotenco para viver com os habitantes locais e saber mais sobre sua cultura e o modo de vida. Fornece orientação, comida tradicional e alojamento em casas de famílias ou em tendas.

OBJETIVO: A Comunidade Nahua do turismo Morelense é uma organização que surgiu para formalizar as relações entre as pessoas de San Juan Tlacotenco, Amatlán Quetzalcóatl e Tepoztlan. Esta organização visa aumentar o rendimento e a qualidade de vida dos membros. A Comunidade Nahua de Turismo Morelense Tepoztlán em Morelos, também faz parte, assim como outros projetos locais, da RITA:

- **Rede Indígena de Turismo do México – RITA:** Inicialmente constituído por 32 micros áreas indígena envolvidas nos serviços turísticos, sofreu uma rápida expansão nos últimos anos, atualmente composta por mais de 150 parceiros. Tem como objetivo a conservação dos recursos naturais o resgate, preservação e divulgação da cultura indígena, a criação e o funcionamento das empresas para gerar emprego e a melhoria das condições de vida das comunidades, minimizando os impactos ambientais e territoriais e consolidar a sua identidade⁴⁵.

- **REDTURS NA NICARÁGUA: Turismo comunitário indígena em Nindirí (Masaya)**

TURISMO: O Parque está localizado, nas terras da Comunidade indígena de Nindirí, a 21 km da capital. Esta área possui uma ampla gama de atrativos naturais, culturais e históricos. O turista pode desfrutar da beleza da fortaleza natural, vulcão e lagoas

⁴⁵ (www.rita.com.mx)

também podem visitar a cidade de Nindiri e conhecer seu estilo barroco, conhecer o artesanato e conviver com a comunidade para aprender sobre sua cultura, o modo de vida e organização social.

OBJETIVO: Esta comunidade é organizada por um conselho de anciãos ao ver o turismo crescendo a partir de 1994. Em 2004, o conselho de administração local, criou o projeto turístico do parque ecológico Guadatinaja, com o objetivo de promover o cultivo de produtos não tradicionais (Sesame, amendoins e pitaiaiás) e promover a região como destino turístico. A iniciativa é promovida pela associação para o desenvolvimento global do ecossistema (ADIES), que abrange os municípios de Nindiri Masaya, San Juan de Oriente, Niquinohomo, San Marcos, la Concha e Ticuantepe.

- **REDTURS NO PANAMÁ: Comunidades en la Comarca Kuna de Madungandi**

TURISMO: A comunidade localiza-se em Ipeti Kuna, província do Panamá. A área é de clima tropical, caracterizada por um ecossistema de clima quente e pode ser visitada durante todo o ano. A maior atração turística da área é a própria comunidade com o qual o turista pode viver juntos a população, desfrutando de alojamentos tradicionais em casas familiares, artesanato com fibras vegetais e celebrações comunitárias. Nas imediações existem algumas cavernas que são visitadas com um guia.

OBJETIVO: Este destino turístico começou sua operação em 2004 por iniciativa de uma comunidade de jovens de Ipeti Kuna, desta forma começaram a promover sua comunidade nas agências de viagens para avaliar o potencial turístico. Dado o sucesso atualmente estão promovendo outros projetos na região de Madungandi Kuna, compostos por 14 comunidades indígenas.

- **REDTURS NO PERÚ: Comunidade campesina de Vicos (Ancash)**

TURISMO: A comunidade reside no distrito de Marcará na província de Carhuaz no Peru. Seu ecossistema é composto pela montanha Andina, por este motivo a melhor época para visitar a área é a estação seca, de Abril a Outubro. A altitude da área é de 2.700 metros, onde o turista pode desfrutar da vista panorâmica da Cordilheira

Branca e preta. Também pode conviver com famílias de camponeses e participar nos seus trabalhos agrícolas e do artesanato local, pode aprender a culinária local e produzir artesanato. Os atrativos locais incluem caminhadas e observação. A comunidade oferece orientação e interpretação natural e cultural e anexa quartos em casas de famílias, que compartilham do banheiro e não possuem luz elétrica, partilham a cozinha e a sala de jantar com famílias rurais.

OBJETIVO: A associação comunitária é a responsável pelo planejamento e controle das atividades. Esta associação visa diversificar o rendimento familiar da comunidade através do desenvolvimento de produtos de turismo sustentável que preservam e valorizam a cultura local e a natureza. A associação apresenta uma proposta para o investimento em projetos comunitários que são financiados parcialmente pelos recursos gerados pelos dirigentes municipais de turismo. "Instituto de montanha" apoiado esta parceria com um financiamento inicial para fortalecer a capacidade das famílias rurais no planejamento e na gestão dos serviços de turismo. Posteriormente, os esforços concentraram-se na prestação de apoio técnico e financeiro para a conservação dos recursos hídricos e das famílias que não pertencem aos projetos de turismo desta associação.

- **REDTURS NO BRASIL: Prainha do Canto Verde (Ceará)**

TURISMO: É uma Comunidade de pescadores, localizada na Costa do Estado do Ceará. Composto por 5 km de praia, dunas, lagunas e áreas pantanosas durante a estação chuvosa. Nas lagunas, camarão de água doce e peixes atraem pescadores, turistas e pássaros aquáticos, também possui uma abundante flora e fauna, composta por tartarugas, gafanhoto verde e vermelho, bem como por mais de 30 espécies de peixes, 20 das quais são vendidos por cooperativas locais, sendo o principal meio de subsistência desta comunidade pesqueira. Os turistas podem viver perto juntamente com os habitantes locais para saber mais sobre suas tradições, cultura e o modo de vida, pode participar de esta forma participar de trabalhos artesanais corriqueiros locais. A comunidade oferece passeios guiados por dunas, praias; mar e lagoa. Os visitantes podem também participar nas tarefas agrícolas, na produção de ostras e festividades locais, nomeadamente de São Pedro (29 de Junho) que dura uma semana. Turistas podem ficar em hotéis ou casas de moradores, com refeições servidas em casas de famílias ou restaurantes junto à

beira-mar. Os agricultores fornecem os produtos orgânicos obtidos através do apoio da Comunidade da Prainha do Canto Verde. A comida típica da região baseia-se em produtos do mar, legumes e frutas frescas.

OBJETIVO: A comunidade da Prainha do Canto Verde é muito bem organizada e luta pelos seus direitos e pela proteção ambiental. Desde meados de 1989 depois de uma luta de três décadas contra grandes projetos imobiliários, tanto o Tribunal de Justiça do Estado e o Supremo Tribunal Federal emitiu um decreto das terras em favor dos habitantes da Comunidade em 2006. Em 1999 foi criada a COOPENCATUR (Cooperativa de turismo e artesanato) para gerenciar os serviços turísticos, parte das doações e os lucros gerados pelo turismo são canalizados para um fundo que se destina a projetos educacionais e sociais em benefício de todas as pessoas. A comunidade da Prainha do Canto Verde no Ceará, também faz parte, assim como outros projetos locais da Rede TURISOL e Tucum.

- **Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário – TURISOL:** É composta por organizações, unidas pela missão de fortalecer o turismo comunitário no Brasil. Muitas comunidades fazem parte dessa Rede de Turismo, destacando-se entre estes sujeitos sociais alguns projetos como:

Membros da Rede: Pedras Negras no Vale do Guaporé - Rondônia, Mamirauá e Silves - Amazonas, Ilha de Cotijuba, - Belém, Diogo Lopes - Rio Grande do Norte, as comunidades de Ponta Grossa, Tremembé, Tatajuba, Balbino, Batoque, Coqueirinho, Conjunto Palmeiras, Nova Olinda, Barra das Moitas, Caetanos de Cima, Curral Velho, Prainha do Canto Verde - Ceará. Projeto Acolhido na Colônia com sede no município de Santa Rosa de Lima Projeto de Turismo Comunitário Lagoa de Ibiraquera em Imbituba e Garopaba/SC, o Projeto Zona do Laboratório de Educação para o Eco desenvolvimento na micro-bacia do Rio Sagrado em Morretes/PR. Projeto Bagagem – São Paulo/SP, Grãos de Luz e Griô / Ação Griô Nacional, Projeto Saúde e Alegria, CIP Jovem Cidadão – 15 Municípios da Baixada Maranhense/Maranhão e Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento – Araçuaí e Curvelo/ Minas Gerais⁴⁶.

⁴⁶ (WWW.turisol.wordpress.com)

- **Rede TUCUM:** Esta rede é um projeto pioneiro de turismo comunitário no Ceará, e tem por objetivo a construção da relação entre a cultura, natureza e sociedade em busca da sustentabilidade sócio-ambiental, oferecendo ao turista a inter-relação entre os povos a cultura em atividades tradicionais, com a finalidade de produzir benefícios a toda à comunidade. A rede busca o fortalecimento da proposta de turismo comunitário aliada ao compromisso social. A Tucum é formada por comunidade localizadas na zona costeira cearense, atualmente é composta por 10 comunidades entre pescadores, indígenas, assentados rurais e costeira, além de três ONGs que dão apoio institucional ao projeto: Instituto Terramar (Brasil), Associação Tremembé (Itália) e Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde (Suíça) ⁴⁷.

- **Rede de Turismo na Agricultura Familiar – TRAF:** Esta rede é uma articulação de técnicos, instituições e representações de agricultores que visam o desenvolvimento do TRAF no país. É um programa do Governo Federal que tem como objetivo promover o desenvolvimento rural sustentável mediante a implantação e fortalecimento, pelos agricultores familiares, das atividades turísticas integradas aos arranjos produtivos locais, com geração de renda e trabalho no meio rural e conseqüente melhoria das condições de vida. São responsáveis, de forma integrada, os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Turismo e o Ministério do Meio Ambiente. A Rede TRAF serve como instrumento de promoção das políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário objetivando o desenvolvimento rural sustentável mediante a implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares. Como Turismo Rural na Agricultura Familiar se entende a atividade turística que ocorre no âmbito da propriedade dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos⁴⁸.

⁴⁷ (WWW.tucum.org).

⁴⁸ (WWW.redetrafi.com.br).

4.3 Turismo de base comunitária: Realidade Brasileira

Sansolo e Bursztyz (2009) em pesquisa realizada em 2008, com 16 lideranças brasileiras de projetos de turismo de base comunitária, conseguiram realizar um diagnóstico geral sobre a aplicação estratégica e seus resultados nas comunidades receptoras: Em análise geral as práticas de turismo comunitário/solidário, ocorrem em pequenas comunidades e não possui uma dimensão territorial definida, prevalecendo às relações de proximidade.

A pesquisa afirma que em nem um dos casos a experiência envolve o município como um todo. Dos casos pesquisados de forma empírica pela pesquisadora, verifica-se que a maior parte este de movimento de abrangência comunitária, localiza-se na região do nordeste brasileiro. Constata-se também que cerca de 80% dos locais possuem ligação direta com alguma área de preservação ou proteção ambiental.

Grande parte das experiências de Base Comunitária brasileiras encontra-se inseridas em áreas costeiras ou próximas a rios, constatando deficiência na malha viária de acesso. Pelo fato das comunidades serem localizadas em áreas mais remotas, verifica-se em grande parte a falta de infra-estrutura básica para a população e conseqüentemente ao turista. Todos os lugares pesquisados possuem diversidade de atrativos culturais, proporcionando o envolvimento direto do morador com o visitante e de atrativos naturais, principalmente as questões de balneabilidade.

Notavelmente foi percebido que o Turismo de Base Comunitária nestas comunidades ocorrem severamente dentro dos princípios do “movimento” não restringindo o visitante a qualquer envolvimento comunitário, também demonstram que suas hospedagens e comércio em geral em nível de micro ou pequenos empreendimentos são geralmente familiares. E em todas as localidades o artesanato é utilizado como mais uma fonte de renda.

Outra observação adquirida foi à constatação de que a iniciativas do movimento ao turismo comunitário partiu da própria comunidade, no entanto após a mobilização de iniciativa própria, grande parte dos projetos obteve apoio de ONGs de âmbito nacional e internacional, como o apoio de universidades as quais

cooperam hoje, com todas as iniciativas de turismo de Base Comunitária brasileiras com suporte técnico e em alguns casos com apoio financeiro.

Verifica-se também que em todos os casos o planejamento participativo é existente, porém demonstra uma variação no quesito envolvimento dos atores no processo. A articulação entre o poder público e a comunidade em grande parte ainda apresenta-se de forma tímida, desta forma é apontada como necessidade principal para o verdadeiro desenvolvimento local um modelo de articulação entre todos os atores locais, na busca pela autonomia local.

Assim, o turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios. Uma das primeiras ações que as comunidades realizam é a elaboração de um pacto interno com os próprios residentes em defesa de suas propriedades. (CORIOLANO, 2009, p. 282)

4.3.1 Exemplo da Comunidade da Prainha do Canto Verde – CE

É uma comunidade que segundo relatos originou-se em meados de 1860, com uma população de 1.100 habitantes, moradores que sobrevivem basicamente as pesca e do turismo de pequeno porte. Os atrativos da Prainha do Canto Verde são de beleza incontestável, porém o que a diferencia de outros destinos e atrai inúmeros visitantes é seu próprio modelo de desenvolvimento turístico, modelo que tem contribuído com a preservação da identidade cultural de sua população.

Nesta comunidade são desenvolvidos vários projetos que buscam melhorar as condições de vida dos seus moradores, em destaque como principal fomento ao desenvolvimento local é o projeto de turismo comunitário sustentável, no qual a própria comunidade a programou e a gerencia. A participação de todos no controle do turismo é eficaz e não só no controle, mas também no planejamento e na busca pela qualificação dos atores para tal.

Em 2001 membros da comunidade participaram de um curso que teve por finalidade construir nas comunidades litorâneas do Ceará um movimento social e político autônomo e atuante na perspectiva do desenvolvimento sustentável,

despertando a consciência crítica dos participantes a refletir sobre sua realidade. O curso abordou os conceitos e elementos de planejamento e gestão e métodos de administração juntamente expuseram sobre o associativismo e cooperativismo, como forma de organização e articulação.

Todos estes aspectos anunciados foram de grande valia e fundamental para que a comunidade pudesse escolher em conjunto o seu futuro, pois os mesmos nunca foram abertos a exploração turística de massa, que acabaria por degenerar sua identidade. Mais um dos objetivos do curso foi capacitar pessoas da comunidade para a gestão democrática e participativa. “A análise do processo de construção histórica da Prainha do Canto Verde e de seu projeto de Turismo Socialmente Responsável confirma que a história e o exercício de participação ultrapassam a barreira do limitado nível de escolaridade de toda uma geração.” (Bursztyn, I., Delamaro, L., Saviolo, S. & Delamaro. M, 2003).

Todavia, antes mesmo desse curso em 1998 a comunidade já se mobilizava juntamente com representantes do Instituto Terramar, do Conselho Pastoral dos Pescadores, das secretarias de Meio Ambiente (Semace), de Turismo (Setur) e de Ação Social do Estado, de escolas e do poder público, na elaboração de estratégias desejadas de desenvolvimento do turismo. As ações decorrentes constituíam para o atual projeto de turismo socialmente responsável, que continua composto por alguns aspectos:

- A pesca é a principal atividade da comunidade, o turismo é uma atividade complementar;
- O turismo é organizado na forma de uma cooperativa e as atividades locais relativas ao turismo são exercidas pelos próprios moradores;
- Todos os cooperados e membros do Conselho de Turismo participam de cursos de capacitação;
- Procurasse evitar a tendência do turismo de segunda residência, evitando os efeitos da sazonalidade, assim investem no segmento de eventos;
- O que se pretende é o turismo de pequena escala, com fluxo turístico constante; entre outros.

Perante estas considerações, vários prêmios no decorrer dos anos evidenciaram o esforço e o êxito desta pequena comunidade, que possui uma gestão complexa e assenta-se no princípio da auto-regulamentação⁴⁹.

Certamente, do ponto de vista econômico e mercadológico, os destinos que apresentam o modelo de base comunitária ainda não são considerados sucessos de venda e consumo por turistas nacionais e internacionais. Mas, apesar do desafio, a comunidade da Prainha do Canto Verde, de maneira contraditória às demais práticas turísticas em curso no Brasil e, cansada de esperar do Estado soluções para a melhoria da qualidade de vida, buscou o engajamento e a autonomia para o desenvolvimento de seu próprio projeto turístico. Assim, o desafio se tornou realidade e, o discurso se expressou na prática. (Bursztyn, I., Delamaro, L., Saviolo, S. & Delamaro. M., 2003)

4.3.2 Exemplo da Comunidade de Trindade, município de Paraty – RJ

Composta por uma comunidade caiçara desde a década de 40 do século passado, localizada em área litorânea tendo apenas uma ponte de ligação para o mundo exterior. No começo da década de 70 sob ordens do regime militar a comunidade passou a ser ameaçada com ordem de expulsão de suas terras para o empresariado de empreendimentos imobiliários, no entanto a comunidade resistiu às ordens com o apoio de alguns visitantes “fiéis” que disponibilizaram assistência jurídica a sociedade local.

Com a chegada da luz elétrica e a pavimentação do acesso no início dos anos 90, a atividade turística aumentou significativamente, tornando a principal fonte de renda da população. Com este crescimento intenso da atividade a capacidade de articulação dos atores locais foi evidenciada em importantes diálogos entre a comunidade e o Estado, já que o poder público local ignorava as expectativas da população de Trindade.

Ao longo dos anos a comunidade foi construindo alguns posicionamentos em relação à iniciativa do turismo de base comunitária, ela potencializou a sustentabilidade a partir do reconhecimento da comunidade local como um agente

⁴⁹ A gestão auto-regulativa é um atributo crítico, que exige a constituição de um espaço de negociação adequado e lideranças capazes de mobilizar os moradores a participar, para que as decisões tomadas no âmbito do Conselho de Turismo e da Associação dos Moradores tenham legitimidade enquanto decisões comunitárias.

ativo e interessado no desenvolvimento social, predominando os empreendimentos administrados pelos residentes e nativos garantindo a gestão própria dos recursos, economicamente o predomínio é da atividade turística, porém atualmente verifica-se uma retomada da atividade pesqueira, da mesma forma que o turismo de eventos vem sendo divulgado e promovido na região como forma de resgatar a cultura local e suprir a sazonalidade.

Assim como vários outros lugares movidos pelo turismo, a futilidade pessoal e outros interesses estão impedindo a continuidade da boa integração entre os atores, salientando este aspecto a arquiteta Adriana Mattoso comenta⁵⁰:

A palavra de ordem da gestão moderna, em qualquer nível, são as parcerias, a mobilização social e a integração da informação. Quando isto não acontece [...] Cada um acha que é ele quem manda. Isso é uma bobagem. O que manda é a mobilização da sociedade. Tem leis que "pegam", outras que não. De quem depende? Da sociedade! Um bom exemplo é o camping nas praias, na areia. Na Trindade ninguém mais acampa na praia, há anos. Quem implantou esta lei, que é federal e municipal? A própria comunidade! Se por acaso uma lei não se adéqua à realidade, ela deve ser modificada. Para isto existem vereadores, deputados, senadores... mas tudo depende da cobrança do cidadão, então o mais importante é investir no desenvolvimento da cidadania.

No caso de Trindade, um dos percalços perante o poder público para defender essas cobranças comunitárias, é a falta de representatividade da Associação responsável pela articulação da população em prol do desenvolvimento.

Embora, por um lado, ainda prevaleça nessa comunidade um espírito de resistência à entrada de novos personagens na dinâmica social da vila, por outro, verificamos alguns aspectos da indústria do turismo de massa presentes nas atividades empreendidas naquela região, ou seja, a importação (mesmo que não intencionada) de princípios que contrariam os fundamentos de sustentabilidade do turismo de base comunitária naquela região. (CAMPOS, BURSZTYN, DELAMARCO & LIMA)

⁵⁰ A arquiteta Adriana Mattoso nos anos 70, você foi uma das lideranças na luta pelos trindadeiros e desde então, nunca deixou de atuar pela conscientização e preservação ambiental no município de Paraty. Pontue os períodos mais determinantes da história recente de Paraty. (Jornal O Paratiense, março de 2002).

5. ESTUDO DE CASO

5.1 Balneário Barra do Sul – SC

Balneário Barra do Sul- SC faz parte de uma zona costeira (Figura 06), que tem destaque por ser a praia mais próxima da cidade de Joinville, a mais populosa de Santa Catarina, sendo que o município é um espaço territorial turístico de praia e está ligado ao sistema turístico estadual “Caminhos Integrado” denominado “Caminho dos Príncipes”. Está inserida na microrregião de Joinville, integrando a Associação de Municípios do Norte-Nordeste de Santa Catarina – AMUNESC.

O município está localizado no litoral norte da costa do Estado de Santa Catarina, a 45 km de Joinville, a 8 metros acima do nível do mar, em uma vasta linha litorânea de floresta atlântica (litorânea) e de mangue, de clima subtropical e com temperatura média de 23°C. Com área total de abrangência de 110,428 km², destes 12 km de praia. O município está na Latitude 26°27'20", Longitude 48°36'43".



Figura 08: Localização do Município de Balneário Barra do Sul – SC.

Fonte: www.balneariobarradosul.sc.gov.br (Plano Diretor 2008). Da Pesquisa.

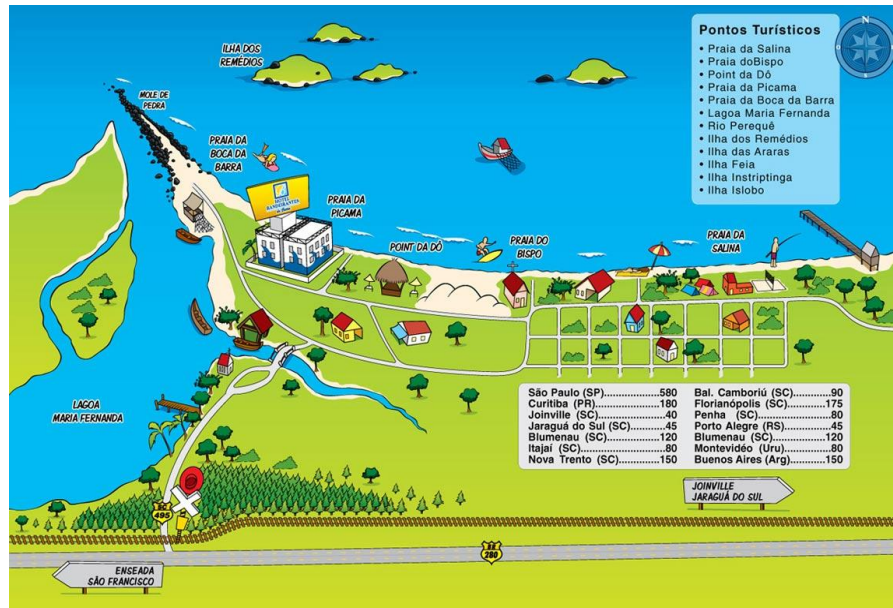


Figura 09: Município de Balneário Barra do Sul – SC.
Fonte: www.balneariobarradosul.sc.gov.br

O município de Barra do Sul é o ponto central para este estudo, atualmente o local apresenta algumas dificuldades para o desenvolvimento turístico, pois é utilizado como ponto de veraneio e caso de segunda residência, pouco é aproveitada dos recursos culturais, naturais e econômicos, dificultando a arrecadação de recursos para obras de infra-estrutura, a qualificação de mão de obra e a conscientização da população local. Os residentes de Barra do Sul não interagem com o processo turístico, menos ainda ao processo de planejamento e gestão na busca pelo desenvolvimento turístico e ainda não “abriram os olhos” para o fato que esta ação deve ser construída por eles próprios.

5.2 Um breve histórico

Para compreender o desenvolvimento do turismo de uma localidade, deve-se ter como princípio o reconhecimento de suas características mediante seu desenvolvimento sócio-espacial. Neste caso utiliza-se a fenomenologia que descreve os fatos sem os analisar, seu principal objeto é compreender o homem através do mundo em que ele vive.

A Fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, tornam a definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas também a fenomenologia é uma filosofia que substitui as essências na existência e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra forma senão a partir de seus fatos. (TRIVIÑOS, 1987, p. 43).

Cada local possui elementos singulares, onde é definido pela sua forma evolutiva, assim, para a compreensão destas transformações faz-se necessário reconhecer o contexto histórico da região do litoral norte-nordeste catarinense e o reconhecimento sócio-espacial do município em estudo, Balneário Barra do Sul pertencente a este território.

No período compreendido como Brasil Colônia, o litoral de Santa Catarina passou a fazer parte do projeto de colonização do governo de Portugal, que buscou através do povoamento assegurar para si a posse de terras que pelo Tratado de Tordesilhas pertencia à Espanha. Desta forma, com a instalação de militares na região litorânea catarinense as grandes produções pesqueiras foram possibilitadas, tendo como população os vicentistas e açorianos que foram os responsáveis pelas principais características da formação sócio-espacial que possui sua peculiaridade reconhecida.

A região de reconhecimento teve seu primeiro núcleo de pessoas civilizadas a habitar as terras que comporiam o futuro município de Balneário Barra do Sul (ainda que não em caráter colonizador, mas em missão de salvaguarda), foram soldados da guarda nacional, que no ano de 1780 aqui se instalaram, prestando valiosos serviços aos viajantes, dando-lhes proteção tanto em terra quanto na travessia do avantajado Rio Araquari (Canal do Linguado) ⁵¹.

⁵¹ O Canal do Linguado é um canal brasileiro do estado de Santa Catarina e faz parte da Baía da Babitonga, sendo ligação entre ela e o Oceano Atlântico, separando a ilha de São Francisco do Sul do continente, formando uma laguna que se liga ao mar na barra sul da referida baía. Tem uma extensão de aproximadamente 23 km. Sua largura média é de 2 Km e se torna mais estreito na direção da barra sul, sendo e mais largo na direção da Babitonga. Existem alguns rios que desembocam nas águas do canal, como os rios Parati e Paranaguá-Mirim, em Araquari e rios Pinheiros e Miranda de menor expressão. O canal, no trecho lagunar sul, além de estreito, possui vinte e duas ilhotas, sem contar a do Linguado (às vezes denominada João Dias), que é a maior em todo o braço de mar, com quatro quilômetros de comprimento. Exemplos são a ilha do Monteiro e a ilha do Lino, que ficam praticamente unidas à ilha de São Francisco, e a ilha da Passagem, que está quase agregada às suas margens continentais. O canal foi fechado por um aterro para permitir a passagem da estrada de ferro, no ano de 1935. Isso resultou numa série de problemas ecológicos para a Baía da Babitonga e para a laguna da Barra do Sul pela interrupção do fluxo das correntes de maré que tinham grande influência na dinâmica estuarina. Observou-se a partir de então a diminuição

No ano de 1806, um grupo de famílias, predominantemente portuguesas, chegava às terras longínquas do sul do Brasil para povoar a região e dela tirar seu sustento. Cidadãos empenharam-se no beneficiamento de óleo de baleia, e devido à sua vultosa produção, conquistou a admiração do Governo Imperial. A cidade de Penha – SC, também fez parte desta história, pois muitos pescadores, as maiorias portuguesas chegaram ao local procurando um novo ponto para a caça e beneficiamento de baleias, a Armação⁵² do Itapocorói prosperou e tornou-se uma das maiores armações baleeiras do sul do Brasil.

Dados correlacionados com os fornecidos pela Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul (PMBBS, 2002), mencionam em documentos históricos local que foi um grande desafio a decisão tomada pelos colonizadores barrasulenses, quando no ano de 1820 transferiram-se da cidade de São Francisco do Sul (na oportunidade com 196 famílias residentes), de acordo também com relatos locais como os feitos por Edinelson Souza (2003); Não se sabe ao certo o motivo que os levou a tomarem essa iniciativa, porém foi notório que a “comitiva”, composta pelo Sr. João Pereira Santana (pela tradição um ex-escravocata), sua esposa e dois filhos, viajando via fluvial adentrou seu batel no primeiro afluente da margem

das profundidades da baía, assoreamento e queda no rendimento das atividades pesqueiras. Hoje se discute a reabertura do canal para voltar a permitir o fluxo normal das correntes de maré. Antes de ser aterrado, o canal servia de via de navegação com fluxo razoável de tráfego marítimo pois navios de até 4 metros de calado podiam franquear a barra sul em condições de preamar (maré alta).

⁵² A prática de pescar baleias com arpões foi inaugurada no Brasil no início do século XVII, por influência direta de pescadores bascos instalados na Bahia. Desde o início, precisamente em 1614, a Coroa estabeleceu o Monopólio sobre esta atividade, garantindo o seu controle dos impostos, da qualificação social dos seus administradores e do destino do produto da pesca. A indústria baleeira “foi uma das que Portugal permitiu no Brasil Colonial”. Durante o século XVII, a Bahia foi a principal produtora de óleo, mas, com o aval da Coroa para implementação de novas armações sempre descendo pela costa brasileira, já no século XVIII as principais armações eram as do sul – Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Sabe-se do surgimento no total de 14 ou 15 armações ao longo do litoral brasileiro nestes dois séculos.

O auge da pesca das baleias começa em 1765, ano em que é feita a unificação de todos os contratos de pesca da baleia no Brasil, refletindo a época das reformas pombalinas; a partir daí proliferam construções de novas armações (em Santa Catarina são construídas 4 das 6 ou 7 armações da capitania). O período de grande produção na indústria baleeira termina no ano de 1789, decaindo sem recuperação a partir daí. Esta queda da produtividade é reflexo, por um lado, da redução do número de baleias pescadas, que se deve à extinção e à concorrência inglesa e norte-americana que pescava as baleias em alto-mar antes de chegarem à costa e estava se maquinando. E, por outro lado, dos métodos utilizados na confecção do óleo, que são tidos como falhos pelos observadores da época, devido à quantidade de desperdício. Uma causa da falta de competitividade da indústria baleeira brasileira e destas técnicas falhas pode ter sido o privilégio do monopólio que “parece ter-lhe entravado um maior avanço técnico, o que constituiu, tempos depois, um dos fatores de sua decadência”. Com esta queda na produção, aliada à influência do pensamento político-econômico liberal e dos observadores críticos da indústria baleeira, a Coroa extingue o monopólio em 1801.

esquerda do Rio Perequê, apontando na marginal da atual Rua Ademar dos Santos (marco zero), local que há anos fora chamado de “Porto Santana”. Esse córrego, atualmente encontra-se parcialmente canalizado e é utilizado apenas para drenar esgoto e águas pluviais, há algumas décadas atrás ainda era piscoso e navegável.

Mais tarde quando empreendedores ali chegaram, encontraram um local praticamente desabitado, com exceção dos milicianos, que já tinham sido moradas dos grupos atualmente conhecidos como Xokleng e Kaingang, uma sociedade denominada pela Arqueologia cõo tradição Guarani, que teriam chegado ao litoral cerca de aproximadamente 500 anos atrás (OLIVEIRA, 2001, p. 25), comprovado através de alguns “sambaquis”⁵³, nos quais foram encontrados fósseis humanos e utensílios indígenas (doados ao Museu de Sambaqui de Joinville), a área do município segundo dados fornecidos pelo museu, possui registros de cerca de 16 sítios arqueológicos de características bem diferenciadas dos demais encontrados na região e que determinou várias denominações de alguns locais, como a Ilha Istriptinga (do guarani “tapetiga”, caminho branco), do Rio Perequê (do guarani “piraquê”, peixe pequeno) e do Rio Araquari (do guarani “araquá”, aracuã, ave abundante nessa região).

Devido à importância do Rio Araquari e sua proximidade do núcleo colonizador, a primeira designação do pequeno povoado foi “Barra do Araquari”, que a partir de sua fundação incorporou-se a jurisdição do município de São Francisco do Sul. Outra observação foi o redimensionamento entre a Boca da Barra que possuía aproximadamente 400 m de largura e desembocava entre meio as Ilhas Feias e dos Remédios, na época um grande banco de areia na maré baixa possibilitava o deslocamento a pé entre a Ilha dos Remédios e o continente. Mas a destruição desses bancos de areias tanto do lado norte e o lado sul da Boca da Barra foi ocasionado pelo motivo de ser um implicador na passagem de barcos.

⁵³ No Brasil, os sambaquis são distribuídos por toda a costa, chamando a atenção do europeu logo no início da colonização. A diferença de hábitos culturais e alimentares, levou à conclusão de que eram obra de uma sociedade distinta daquela dos Tupi-guaranis, que então povoavam toda a região costeira do país. Estudos recentes, sugerem que os sambaquis tenham sido produzidos por povos que viveram na costa brasileira entre 8 mil e 2 mil anos antes do presente. Os sambaquis predominam em regiões costeiras de recorte acentuado, como baías, enseadas, restingas, ilhas próximas à costa ou estuários, como o litoral catarinense, Baía da Guanabara, Baía de Todos os Santos e a região de São Vicente, no litoral paulista. Como eram fonte fácil e abundante de calcário para a construção, muitas destas áreas serviram de base para as povoações iniciadas pelos europeus, colaborando com a destruição de muitos desses sítios arqueológicos.

Até o início da década de 40, por volta de 1840, praticamente não houve grande crescimento populacional em Barra do Araquari. Este fato estava relacionado diretamente com a questão de segurança pública, que nesse período era precária na orla marítima do litoral catarinense, ocasionados pela desativação dos postos policiais nos pontos estratégicos determinado pelas “armações”. Segundo Souza (2003), um relatório enviado a Assembléia Legislativa, no dia 1º de março de 1841, o presidente da província de Santa Catarina, Antero José Ferreira de Brito, queixa-se amargamente a decepção e morte causada constantemente pelos índios selvagens vindos do interior. Todavia, apesar dessa adversidade, o presidente ainda conclama que seus governados tratem com brandura os indígenas prisioneiros, proibindo que tais sejam escravos.

Ao contrário do que aconteceu com os bugres do interior, na margem do Rio Araquari, no extremo sul da Ilha de São Francisco do Sul, existia uma aldeia indígena pacífica, denominada “Gupeva”, esses aborígenes possuíam hábitos simples, viviam da caça, da pesca e da colheita de produtos da mata. Apesar de se mostrarem “valentes”, a história mostra que não receberam migrantes como inimigos, essa tribo em particular de carijós, foi absorvida na massa da população e não exterminados a ferro e a fogo como em quase todas as partes de terras brasileiras.

Após 1865, ouve a chegada de uma pequena leva de colonos oriundos de localidades vizinhas, que permaneceram as margens do rio Parati, o grupo trouxe consigo algumas cabeças de gado e fixaram residência onde hoje se encontra a atual Escola de Educação Básica Dom Gregório Warmeling. Esses colonos foram responsáveis por grandes aberturas na mata, em busca de lenha e cultivo de produtos de subsistência. Enquanto esperava-se a colheita, todos se dedicavam a pesca no rio Araquari. Já no final do século XIX, mais precisamente no ano de 1900, o conglomerado de vilas (atual bairro dos municípios), ainda não tinha sofrido grande desenvolvimento, os locais eram promissores, porém a falta de sustentáculos econômicos causava essa dificuldade, direcionando a população apenas para sua própria sobrevivência. Nesse período a contabilização da população local era apenas de 400 habitantes, a Barra do Araquari, considerada como sede, obtinha 150 habitantes dessa totalidade.

No ano de 1927, introduziu-se a pescaria de espinhel na vila de Araquari, substituindo vantajosamente o antigo modelo de pesca (linha e anzol), com considerável aumento na produtividade pesqueira, as redes para captura eram fornecidas pelos “gancheiros”, moradores de São Francisco do Sul e localidades ribeirinhas, no sistema de permuta (camarões X peixes), que levavam parte da produção pesqueira, porém esse tipo de atividade pesqueira tornou-se obsoleta a partir da década de 50, com o início da pesca de camarões sete-barbas. Outras atividades do ciclo extrativista de curta e média duração, não chegaram a influenciar a economia local, porém colaboraram financeiramente para com as pessoas envolvidas as tarefas.

O processo teve início por volta de 1928, com a extração de mangue, pois se descobriu que essa matéria-prima era capaz de substituir o tanino, uma substância importada usada para secar couros e peles. Essa atividade durou até o fechamento do Canal do Linguado, pois sua obstrução impedia que barcos adentrassem para coletar o material. No ano de 1929 iniciou um bom período da atividade agrícola, principalmente ao plantio de mandioca, que duraram mais ou menos seis anos, porém também não prosperou pelo fechamento do canal.

Em seguida a extração de palmito em 1944, a picada iniciou-se a partir do atual Camping da Salinas, e que segundo declarações dos operários o palmital era tão denso e vasto que chegava a atrapalhar o manejo do machado. Enquanto o roçado avançava, o terreno encharcado obrigou a instalação de uma vagonete, que se locomovendo sobre trilhos de madeira retirava a produção, toda a extração era encaminhada a São Francisco do Sul e a Joinville. Após apenas cinco anos de extração a coleta encerrou. Já em 1957, deu início à extração de folhas de butiazeiros, destinado a Joinville para a fabricação de colchões, mas durou apenas dois anos. Houve também a extração de madeira e da samambaia nos anos seguintes, todos atualmente desativados.

Em 1980 iniciou-se um processo de renovação a frota pesqueira local, o qual ajudou na criação do “Estaleiro Barra do Sul”, localizada na cabeceira do rio Perequê (atual Marina). Esta se tornou uma empresa no qual se especializou na construção naval de barcos artesanais pesqueiros e de turismo, hoje á vários estaleiros no município que exportam suas produções para o Paraná, São Paulo e

Rio de Janeiro. Esse empreendimento foi um impulsionador para a construção dos Moles de Pedra entre o mar e o rio, pois este freqüentemente fechava em função da obstrução do Canal do Linguado, impossibilitando o caminho para as embarcações. Atualmente é grande a preocupação com as ondas de maré que impulsionam a areia para dentro do canal, o qual já esta em tramite a construção de novos e maiores Moles no local.

No ano de 1935, na gestão do Presidente Getúlio Vargas e do Governador Nereu Ramos, foram concluídas as obras do aterro do Canal do Linguado para a construção da BR 280, cujo objetivo principal era facilitar o escoamento da produção do norte catarinense via porto de São Francisco do Sul. Entretanto, o que a primeira vista parecia mais uma importante obra governamental, logo desencadeou às comunidades locais uma sucessão de prejuízos ecológicos, sentidos até a atualidade.

O local mais prejudicado até os dias atuais sem dúvida foi o local da Boca da Barra, onde restou apenas um estreito leito praticamente inavegável e um grande amontoado de terras, onde pescadores foram prejudicados e atualmente é a parte central do município de Balneário Barra do Sul, com dunas de até vinte metros, que são removidas periodicamente desde a década de 70, por causar contínua erosão da praia e do canal, obrigando os moradores das áreas ribeirinhas recuarem constantemente suas residências.

Ao findar do ano de 1943, oficialmente a vila de Araquari (atual município de Balneário Barra do Sul), perdia sua antiga denominação pelo Decreto Lei Estadual nº 941, de 31 de dezembro de 1943, o município de Parati e seu distrito sede, criado pela Lei Provincial nº 1877, passou intitular-se Araquari. A principio nada mudou, porém os nativos passaram a usar a expressão “Vamos lá na Barra do Sul”, quando de se referir a tal comunidade, que em virtude disso popularizou-se a nomenclatura, vindo a substituir a antiga designação.

O processo de emancipação do distrito de Balneário Barra do Sul iniciou-se no mês de agosto de 1989, quando numa reunião entre amigos, obteve o de independência político-administrativo do então município de Araquari. Finalmente no dia 09 de janeiro de 1992, a comunidade comemorou sua emancipação, quando foi

sancionada a Lei Estadual nº 8521, criando o município, passando as suas delimitações atuais.

Com toda a “evolução” decorrente da construção naval local, ouve um grande crescimento e aparecimento de dinheiro no município, revitalizando seu povo, novas busca políticas começaram, e em 1998 o término da pavimentação da SC 495 passou a mudar a realidade facilitando o acesso para o desenvolvimento local.

A acessibilidade proporcionada à população de residente principalmente vindo da cidade de Joinville pela rodovia, possibilitou um crescente fluxo de pessoas até o município, muito ocasionada apenas pela visitação (turismo de sol e mar), por outros vista como um local de boa moradia identificada pela calma de cidade pequena (moradores de segunda residência e/ou aposentados), ocasionando desta maneira a aparição de comerciantes vindos pela oportunidade e pela baixa concorrência.

Esta passou a ser a nova configuração da população local, fundamental para a forma peculiar do desenvolvimento do espaço urbano do município. E a comunidade local tradicional de pescadores por mais resistente que seja a “evolução” do turismo afluída por essa nova configuração social, entende que ela no mínimo é inevitável.

5.3 Características sócio-ambientais

Formada por uma rica fauna e flora marinha, suas águas claras e rasas proporcionam um ótimo local para mergulho, esportes náuticos e pesca. As praias de areia monazíticas, por seus poderes medicinais, são muito procuradas por quem deseja cuidar da saúde, suas areias são pesadas com metal e apresentam duas cores: amarela e preta, as radiações causadas pela desintegração do rádio, tório e do actínio, atuam no lugar da dor, aumentando o metabolismo celular, boas para o tratamento de reumatismos, artrose e outras doenças crônicas.

De natureza exuberante e intensificada, com 499 hectares de floresta e matas (IBGE 2006), o município conta com quatro praias (Praia do Bispo, Picama, Salina e Boca da Barra) e duas lagoas, a chamada Lagoa Maria Fernanda, a maior entre as duas existentes no local e aproveitada como recursos de lazer e de pesca, que é formada pelos rios Perequê, Ribeirão Cardoso e Areias Grandes.

Ela é alvo principal de turistas (acompanhado pela família), pois sua água calma e sem ondas é ótima para a prática de natação e diversão sem perigo. Possui ainda cinco ilhas, uma delas, a denominada Ilha do Remédio, é habitada por pescadores é também procurada por banhistas por obter águas cristalinas e rasas, proporcionando prática de mergulho, as outras ilhas: Ilha Feia, Araras, Instriptinga e Islobo, hoje são mantidas sobre a proteção e cuidados do IBAMA. Sendo área costeira, a marca registrada de suas praias em geral é de águas turbulentas por se tratar de mar aberto, ou seja, com ondas grandes e arrebentação violenta, preferida pelos esportistas do surf.

Barra do Sul, conforme o Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realizado no ano de 2007 possuía 7.278 habitantes. Datado o atual Censo de IBGE de 2009 sua população estimada teve um significativo aumento para 7.791 habitantes. Situada numa região habitada apenas por índios até o século XIX, época em que chegaram os primeiros “colonizadores” açorianos, Balneário Barra do Sul começou a desenvolver-se realmente a partir da metade do século XX, com a implantação de diversas colônias de pescadores.

Tornou-se independente de Araquari em 1992. Sua colonização e expansão tardia dão identidade a Barra do Sul, a qual é marcada pela pesca e construção naval artesanal. Mesmo de antemão a sua emancipação, já era alvo de veraneios, sendo posteriormente vista por algumas indústrias que se instalou na localidade a qual apenas duas permanecem: Buschle e Lepper, Usinor / Vega do Sul, Petrobrás.

O calendário de festividades mostra a realização de festas típicas, tais como a Festa da Tainha (Junho); Festa do Camarão (Setembro); Festa de Nossa Senhora dos Navegantes (Fevereiro); Barrafest – (Páscoa); Carnasurf (Carnaval) e ainda conta com Campeonato de Surf; Campeonato de pesca; Verão da Barra. O crescimento e desenvolvimento econômico são vagarosos e a urbanização é o

principal fator de preocupação, o saneamento básico é inexistente, assim como a assistência a saúde que é pequena e básica que conta apenas com um pequeno posto, também com o corpo de bombeiros voluntário em alta temporada e polícia militar.

O município, conta hoje com um grande número de edificações, com características apresentadas de casa, grande parte térrea, sendo geralmente casas de pequeno e médio porte; Edificações de dois e três pisos são relativamente reduzidas; Apenas três hotéis e restaurantes, quatro pousada de pequeno porte e um chalé, disponibilizando 138 leitos em hospedagem fixa e inúmeras opções de hospedagem em casas e apartamentos de aluguel.

O acesso se dá pelas rodovias BR-101 que corta o Estado de Santa Catarina, fazendo a ligação com a BR-280 (até Araquari), trecho de acesso ao Porto de São Francisco do Sul, um dos maiores de SC e a SC-495, ligação com Barra Vela o aeroporto mais próximo do município, fica a 38 km de distância na cidade de Joinville.

Por suas características naturais, a atividade econômica desenvolvida em Barra do Sul, a exemplo de seus antecedentes históricos, é basicamente pesqueira. Em paralelo a segunda fonte de recursos econômicos é o turismo, estimulado pela área litorânea. Outras atividades ocorrem no município com destaque a produção artesanal de barcos de pequeno e médio porte (pesqueiro ou de lazer), pequenas produções de horti-frute e agropecuária de subsistência e comércio em geral que giram em torno de 260 estabelecimentos comerciais. Dados do Censo Agropecuário 2006 IBGE, mostra a abrangência de 704 hectares com estabelecimentos agropecuários.

O município conta ainda com parcela dos royalties, vindo da compensação financeira que as empresas concessionárias devem ao Estado, neste caso a Petrobrás (Petróleo Brasileiro S/A). São distribuídos ao Comando da Marinha, Ministério da Ciência e Tecnologia e ao Fundo Especial (do Ministério da Fazenda), que repassa aos Estados e municípios. Os municípios de Santa Catarina receberam juntos R\$ 20 milhões no período de 2007, Balneário Barra do Sul contabilizou entre R\$ 1,34 a R\$ 1,38 milhão.

5.4 Desenvolvimento turístico

O processo de expansão territorial em Balneário Barra do Sul ocorreu desde 1820, porém sua primeira fase de ocupação urbana teve início por volta de 1979 (Figura 10) que perdurou até meados de 1997, caracterizado pelo crescimento da atividade turística. Num segundo momento, urbanização aconteceu após a emancipação política do município. Investimentos em infra-estrutura gerados a partir da 2ª gestão da Prefeitura municipal (1997 a 2003) possibilitaram inovações, como o abastecimento de água e pavimentação da SC- 495.

Segundo Santa Catarina (2002), o Município catarinense foi o que obteve maior crescimento populacional entre os anos de 1997 a 2000, onde a migração foi responsável por 85% dessa evolução e é por esta que o PIB atual do município de Barra do Sul obteve crescimento e hoje se mostra de aproximadamente R\$ 60.552.960,00, seguindo o cenário nacional e estadual.

Os responsáveis por esse número econômico são os setores primários e terciários, em segundo lugar nesta importância, encontra-se o setor primário sob a importância da intensa economia pesqueira a mais explorada e característica da região. Porém fortemente o setor terciário é o grande precursor do desenvolvimento atual no município, o turismo é uma das fontes trazendo oportunidade de que a colônia de pescadores do município possa alcançar outra fonte de renda com suas próprias embarcações, antes somente para a pesca, hoje utilizadas para fins turísticos para passeios e para a pesca esportiva⁵⁴.

Outra forte corrente ocasionada pelo crescimento do turismo que assume papel de total importância na atividade econômica local é o aumento significativamente dos serviços de comércio e principalmente a construção civil, comprovada pela análise de dados do setor cadastral de imóveis da Prefeitura Municipal, que possui quase 8.000 imóveis, para uma população fixa de pouco mais de 7.000 habitantes (IBGE, 2007), desta forma explicando sua ocupação sazonal ocasionada pelo turismo de veraneio. Por esses dados podemos admitir que grandes partes dos visitantes, principalmente na temporada de verão, procuram por

⁵⁴ A pesca esportiva não constitui uma pesca com fins lucrativos e econômicos, pois são praticadas por visitantes vindos principalmente da região de Joinville e Curitiba, apenas como atividade de lazer.

tipos de hospedagem complementar (casas de aluguel) ou de pequenas pousadas, poucos são aqueles que utilizam do recurso limitado da oferta hoteleira local.

O turismo de veraneio (Figura 11) que ocorre em Barra do Sul inegavelmente é um vilão para uma renda extra aos moradores, principalmente se tratando do comércio em geral, como mercados, padarias, lojas, bares e restaurantes; Em consequência a esse excesso de consumo de produtos a produção de resíduos também é grandiosa. A administração pública municipal acostumada com essa explosão temporal de visitantes faz todo o possível e o que está ao seu alcance para melhor atender essa demanda, procura fazer a coleta do lixo principalmente na área central todos os dias inclusive nos finais de semana, procura articular o trânsito caótico fechando algumas vias para automóveis quando de datas festivas, contrata bombeiros e policiamento extra e faz plantão no posto de saúde, companhia elétrica e de distribuição de água para eventualidades.

De forma geral, pode-se dizer que a economia local é sensível ocasionada pela sazonalidade de população, que acaba não aplicando no município investimentos, apenas aumentando o fluxo do comércio temporariamente, isso tem sido um dos grandes desafios para a administração pública que fica sujeita as atitudes e ou inoperância do poder público local e regional, porém a “explosão” populacional que chega a ter seu aumento de 10 vezes no período de veraneio ou até mesmos em feriados prolongados, ainda é o expressivo acervo natural, a presença de áreas protegidas e populações tradicionais, o crescente aumento do interesse turístico pela região e a formulação de políticas para o desenvolvimento do turismo regional, pretende-se aprofundar a investigação a partir da análise da dinâmica dos habitantes locais perante o planejamento e gestão do turismo de forma participativa e autônoma.

Podemos afirmar que Balneário Barra do Sul é sim um município autônomo, seja dentro dos parâmetros políticos ou financeiros na sua relação com o turismo, a iniciativa ao planejamento turístico, quando há, está voltado para a questão turística local, sendo desenvolvida, planejada e articulada pelo poder público local. No entanto, visando o desenvolvimento comunitário, é percebido que a participação efetiva da comunidade nas questões locais voltadas para o turismo é branda, dificultando assim as ações de planejamento e gestão.

Balneário Barra do Sul – SC

Década de 80 séc. XX

**Fluxo de Turistas de veraneio****1º Hotel e posto telefônico****Captura de peixes nobre****Abertura de estrada p/ acesso****Fabricação de barcos****Venda de produtos**

Figura 10: Fotos: Balneário Barra do Sul - SC, na década de 80 do século XX.
Fonte: Acervo Histórico: Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul - SC

Balneário Barra do Sul – SC

Atualidade 2009



Pavimentação



Hotel



Turismo de Veraneio



Passeio de barco



Festa anual da Tainha



Indústria: Salina



Fabricação de barcos



Centro comercial

Figura 11: Fotos: Balneário Barra do Sul – SC no ano de 2009.
Fonte: Da autora

6. VÁRIAS FACES DA PERCEPÇÃO

6.1 As diferentes percepções

Verificou-se o processo dialético entre os atores públicos e atores privados e/ou comunitários sobre a realidade do turismo no Município de Balneário Barra do Sul, com suporte no método de análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Discutindo desta forma, a autonomia municipal e o planejamento e gestão participativa do turismo local e suas várias interpretações populares. Utilizou-se da visão proporcionada pelo estudo condicionadas aos princípios do turismo de base comunitária/solidário como ponto fundamental visando à caracterização desta modalidade para demonstrar às dificuldades de se conceber a verdadeira democracia na busca pelo desenvolvimento local em pequenas cidades.

Levando em consideração a relevância do lugar e sua dinâmica sócio-cultural, foi analisada a possibilidade de articulação entre todos os atores locais de forma coordenada, para que se possam discutir as mudanças necessárias na busca pelo desenvolvimento do turismo sustentável e melhor qualidade de vida para os munícipes. Antes de adentrar nas análises das entrevistas e questionários, se faz pertinente apresentar algumas considerações sobre a relação entre Autonomia Municipal, Planejamento Participativo, Turismo de Base Comunitária e o Estudo de Caso.

O turismo litorâneo observado na dinâmica do sistema capitalista atual é o grande responsável pela apropriação dos espaços para sua reprodução, a qual se destaca como uma fonte geradora de divisas. Vasconcelos (2003, p.320) afirma que nessa “tendência mundial do crescimento da demanda pelo turismo de natureza, os litorais destacam-se pelo interesse que despertam às políticas de turismo.” Segundo as palavras do mesmo autor:

A compreensão de que o turismo desenvolvido nos litorais precisa respeitar o meio ambiente, ou seja, não degradar nem descaracterizar as paisagens naturais, não modificar as atividades econômicas tradicionais, como a pesca e a agricultura, não incomodar os residentes e servir de base para uma

diversificação da economia local é o pressuposto para a implementação do turismo litorâneo (VASCONCELOS, 2003, p.320).

Essa preocupação em não degradar e não descaracterizar o espaço litorâneo pode ser entendido porque a área costeira possui elementos naturais e humanos necessários a manutenção da vida local. Não obstante, essa preocupação em muitos casos não seja concretizada de fato levantam-se questões pertinentes aos impactos e conflitos gerados na área litorânea relacionada à ocupação do espaço e a estrutura sócio-cultural da comunidade local e qual o direcionamento desejável ao desenvolvimento sustentável de forma autônoma e participativa.

Após levantar informações pertinentes sobre o território estudado, foram estabelecidos mecanismos para a realização de uma pesquisa aplicada a alguns atores pré-determinado ligados direta ou indiretamente com o turismo do município de Balneário Barra do Sul – SC, com finalidade de levantar dados a contribuir e facilitar a compreensão da dinâmica comunitária no município que por fato é considerado turístico.

Análise e Interpretações: Segundo estudo e levantamento de dados acerca do objeto do estudo de caso o município de Balneário Barra do Sul – SC está localizado numa das regiões do estado onde o turismo ainda anda a passos lentos, a cidade se destaca pela sua natureza exuberante, pela sua vida cotidiana pacata e prioritariamente por sua proximidade da mais populosa cidade de Santa Catarina, Joinville.

Por se tratar de uma realidade turística de veraneio e de segunda residência, percebe-se que o equipamento turístico relacionados à estrutura local se faz pertinente, porém conta com uma infra-estrutura básica e sob gerencia de qualificação profissional de baixa qualidade, considerando que os empreendimentos relacionados são administrados por integrantes da própria comunidade tradicional (pescadores), outros por atores complementares (aposentados) e pouco por “exploradores”, estes em sua maioria após a experiência da grande sazonalidade desistem da atuação local.

A sazonalidade e o direcionamento da atividade turística no município quando usado como referência de análise o desenvolvimento local, enfrenta grandes

implicações relacionada às características tradicionais e criada, verificando que os benefícios vindos da atividade turística, muitas vezes restritos, não conseguem influenciar na totalidade da sua população influenciada pelas distorções sócio-culturais ali existentes.

6.1.1 Percepção dos Atores do setor Público sobre Balneário Barra do Sul

A seguir encontra-se a análise e conclusões provenientes das entrevistas realizadas com os representantes de caráter público, designados de RP (Figura 12 – RP's):

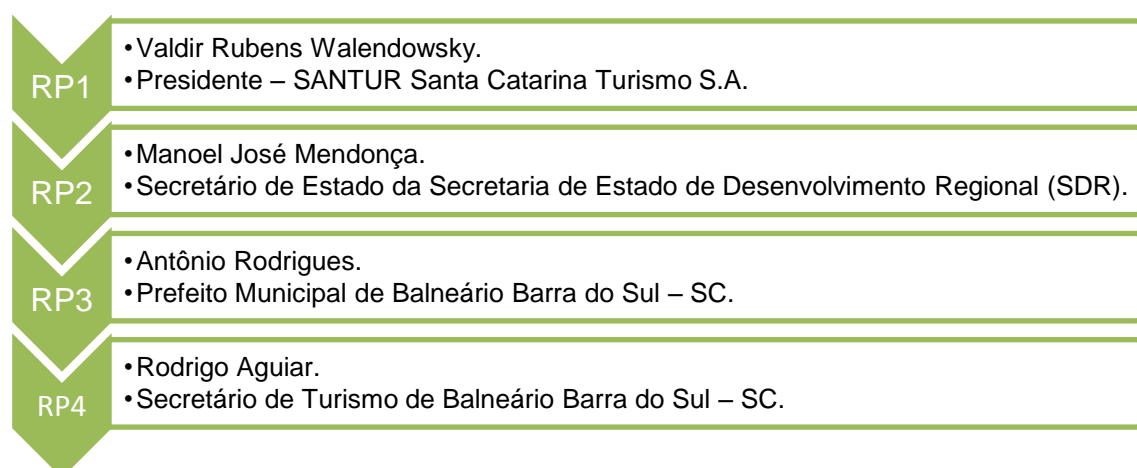


Figura 12: Atores Públicos Entrevistados.
Fonte: Da autora.



Figura 13: DSC referente a pergunta 1 – Atores Públicos.
Fonte: Da autora.

Ao iniciar a abordagem da entrevista de cunho pessoal, Ihe foi questionado se a atividade turística realizada atualmente no município de Balneário Barra do Sul representa ou não uma alternativa na busca pelo desenvolvimento local:

RP1 – *“No mundo 50% do turismo é “sol e mar”, Santa Catarina não foge a regra, portanto o caminho é prepara o município para ter as condições mínimas para receber o turista depois partir para a promoção e divulgação do balneário”.*

RP2 - *“Sim, é alternativa de maior fôlego para o desenvolvimento de BBS uma vez que a pesca, outra fonte econômica, é limitada, e também neste segmento sua melhor condição é associada ao turismo, como forma de aumentar a margem de ganho do pescador. Bom, o turismo é uma alternativa econômica pelo seu principal apelo, sol e praia, mas também pela pesca oceânica, como já dissemos, pela atividade da carpintaria naval, que pode derivar em vários benefícios turísticos ainda inexplorados (como artesanato típico, móveis de estilo marítimo etc.). Também a cultura é um potencial que pode ser direcionado para o turismo”.*

RP3 – *“O turismo é a maior alternativa para a economia local, a pesca ainda é o suporte principal, no entanto como a turismo regional e local é significativamente o de verão, ele acaba por se tornar uma tanto desafiador em relação a sua utilização como fonte ao desenvolvimento, muitas estratégias de ação e pesquisa seriam importantes para sua consolidação”.*

RP4 – *“O turismo e a pesca são as principais atividades econômica local. O município pela sua localização até poderia ser alvo de indústrias, no entanto a falta de infra-estrutura prejudica essa frente. Desta forma sobra as alternativas já existente”.*

Reflexões: Segundo a análise desses discursos os atores de cunho Público percebem que o turismo é um dos elementos viáveis e podem proporcionar o desenvolvimento local. No entanto investimentos em infra-estrutura e estratégias para tal são imprescindíveis para sua concretização.

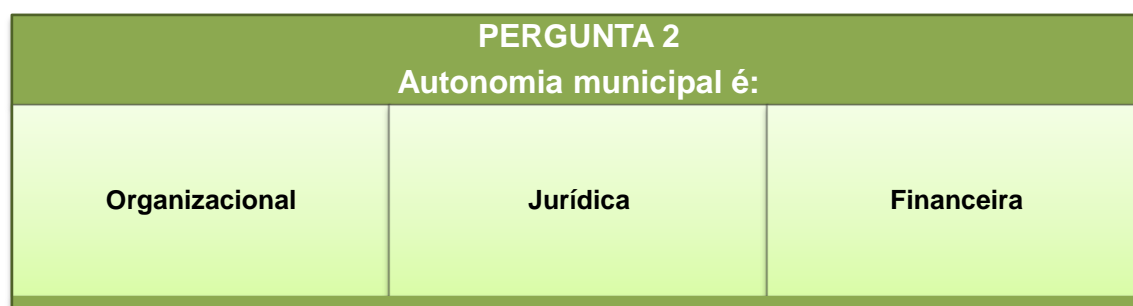


Figura 14: DSC referente à pergunta 2 – Atores Públicos.

Fonte: Da autora.

Levando em consideração um dos enfoques deste trabalho foi questionado ao entrevistado questões acerca da autonomia municipal:

Autonomia municipal...

RP1 – *“A partir do momento em que ele é emancipado passa a ter autonomia”.*

RP2 - *“É o direito de fazer escolhas. Porém, no turismo, estas escolhas devem cada vez mais estar integradas com a região, pois a turismo se dá no território regional”.*

RP3 – *“É ter independência suficiente para executar ações, levando em consideração a realidade de um local”.*

RP4 – *“É independência, a qual depende de uma boa arrecadação para não precisar depender de convênios ou do estado superior”.*

Reflexões: Por meio da análise desses discursos, os representante Públicos entendem como autonomia municipal, a independência jurídica de uma localidade, expressada pela sua independência auto-organizatória, política, administrativa, legislativa e financeira, indo de acordo com o pensamento abordado por Corralo.

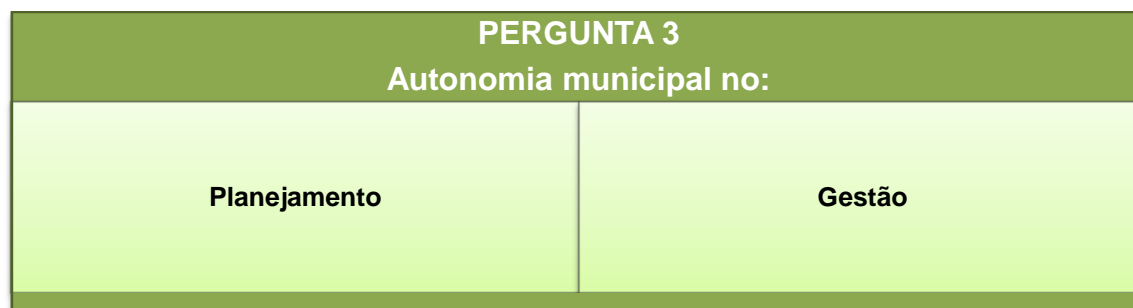


Figura 15: DSC referente à pergunta 3 – Atores Públicos.

Fonte: Da autora.

E qual a importância deste tema dentro do processo de planejamento e gestão do turismo:

RP1 - *“Cada município tem poder e competência para traçar seu destino através de seu plano diretor”.*

RP2 - *“É da maior importância, principalmente pela possibilidade de mobilizar a comunidade local em torno dessa temática, afinal não se desenvolve o turismo sem a participação de todos os atores”.*

RP3 – *“A autonomia municipal é essencial para o planejamento e gestão, ela é fonte de inspiração e promove um maior interesse até mesmo pessoal pelas questões locais, imagina planejar, administrar e gerenciar tendo que esperar da boa vontade externa e trabalhar somente pelos interesses estipulados pela esfera Estadual ou Federal!”.*

RP4 – *“A autonomia municipal tem a importância dada a sua forma a não depender de interesses externos”.*

Reflexões: De acordo com a análise dos discursos, a percepção dos atores Públicos perante a importância da autonomia para o planejamento e gestão local é nos dias atuais imprescindível, pois proporciona uma operacionalização mais eficaz e de rápida desenvoltura.

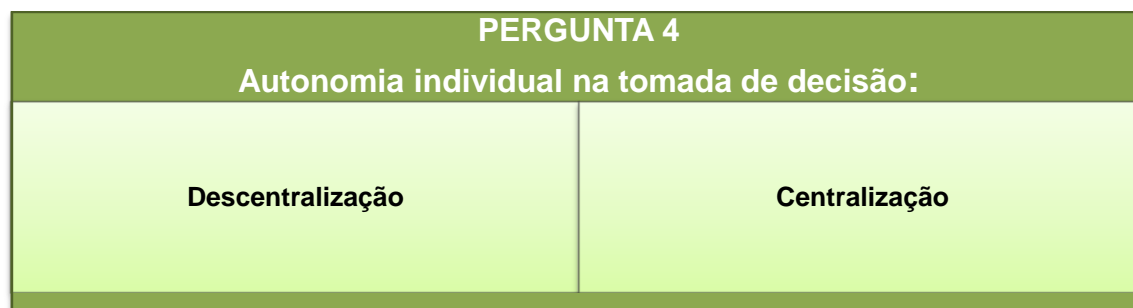


Figura 16: DSC referente à pergunta 4 – Atores Públicos.

Fonte: Da autora.

Desta forma, como representante ligado ao turismo regional, Ihe foi questionado quanto sua autonomia individual na tomada de decisão no enfoque as ações turísticas:

RP1 - *“Sim. Dentro do que é estabelecido pelo Estatuto Social da empresa”.*

RP2 - *“A SDR é uma instância mediadora, intermediária entre as instâncias do Estado na Capital e da federação em Brasília com os municípios e instituições locais. Então nossa função maior é articular o desenvolvimento participativo e todas as decisões são tomadas no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Regional, instância maior da Descentralização, onde deve prevalecer o consenso e não a posição individual. A sociedade também participa dos Comitês Temáticos e a discussão do turismo local vem ampliando-se dentro do Convention Bureau Regional, por meio do Projeto Costa do Encanto. Tenho por prática compartilhar as decisões com o máximo de parceiros possível”.*

RP3 – *“A forma atual de autonomia individual dentro do poder como representante maior do município exerço-a sim, no entanto estou cercado por pessoas que decidem juntamente comigo”.*

RP4 - *“De certa forma sim, no entanto as decisões depende de um conselho determinada pelo prefeito municipal”.*

Reflexões: Segundo a análise desses discursos, constata-se que a autonomia individual encontra-se ainda aliada a centralização interna de cada organização, os enfoques relacionados as ações turísticas ainda são organizadas de forma centralizada na prática, mesmo sendo buscada sua descentralização.

PERGUNTA 5 Planejamento turístico:		
<p>Planejamento estratégico:</p> <p>Abrange a empresa como um todo, tem resultados em longo prazo, atinge diretamente a Diretoria e trata de Diagnósticos, Objetivos e Estratégias.</p>	<p>Planejamento tático:</p> <p>É o Planejamento Setorial a meio prazo, a Gerência Analisa e Planeja os pontos setorizados.</p>	<p>Planejamento operacional:</p> <p>Planeja ações em curto prazo, é conduzido geralmente por um Supervisor.</p>

Figura 17: DSC referente à pergunta 5 – Atores Públicos.

Fonte: Da autora.

Outro questionamento fundamental para este trabalho é acerca do processo de planejamento turístico, para tal, perguntamos com enfoque de esclarecimento, qual a atuação da instituição aqui representada, no processo do planejamento turístico existe hoje na região do litoral norte de Santa Catarina, onde está inserido o município de Barra do Sul:

RP1 – *“A região Norte de Santa Catarina tem seu planejamento inserido na Lei Geral do Turismo de Santa Catarina sob nº 13792/2006”.*

RP2 - *“Nossa atuação preponderante é na mobilização, indução e no apoio técnico e financeiro para as ações de municípios e entidades que atuam no setor. Exercemos este papel de indutor do planejamento do turismo regional desenvolvendo o projeto Costa do Encanto, que prevê a formação de um cluster turístico, reunindo todos os diferentes atrativos regionais em um único destino turístico. A iniciativa vem exigindo esforços coordenados e investimentos tanto dos municípios quanto do Governo do Estado. Partimos de um cenário de muitos potenciais com pouca estrutura e evoluímos com as potencialidades do município. Evidente que as grandes obras de infra-estrutura, assim como a inserção social no negócio do turismo, com motivação e capacitação das pessoas, demandam tempo. Mas muito daquilo que foi planejado, há seis anos, hoje já é uma realidade, como a Hidrovia Kurt Gern, a parada dos transatlânticos internacionais em São Francisco do Sul, o desenvolvimento do artesanato local, a melhoria dos nossos grandes eventos e a qualificação das festas regionais. Também atuamos junto às lideranças do setor para formar a Instância de*

Governança Regional do Turismo, instituição que está em pleno funcionamento e que, seguindo os preceitos do Ministério do Turismo, vai atuar no desenvolvimento de roteiros regionais”.

RP3 – *“Atualmente o planejamento turístico local está acontecendo de forma a tentar sanar os problemas utilizando do imediatismo. Sabemos que esta não é a melhor forma e muito menos gera grandes benefícios a dinâmica de BBS. Precisamos planejar o turismo local buscando o desenvolvimento do mesmo a longo prazo, no entanto ainda não sabemos como faze-lo”.*

RP4 – *“De âmbito regional e local, no entanto o planejamento regional é voltado mais para a questão de marketing e atua na divulgação do certo regionalmente. Na questão de planejamento e estratégias está sendo alocado o suporte local”.*

Reflexões: Com base na análise desses discursos, entende-se que o planejamento turístico regional é trabalhado sob a ótica estratégica, no entanto os apontamentos sobre o planejamento local, este se encontra dentro de estratégias operacionais, o qual não busca o direcionamento de planejamento a longo e médio prazo, dificultando as ações de articulação e estratégia.

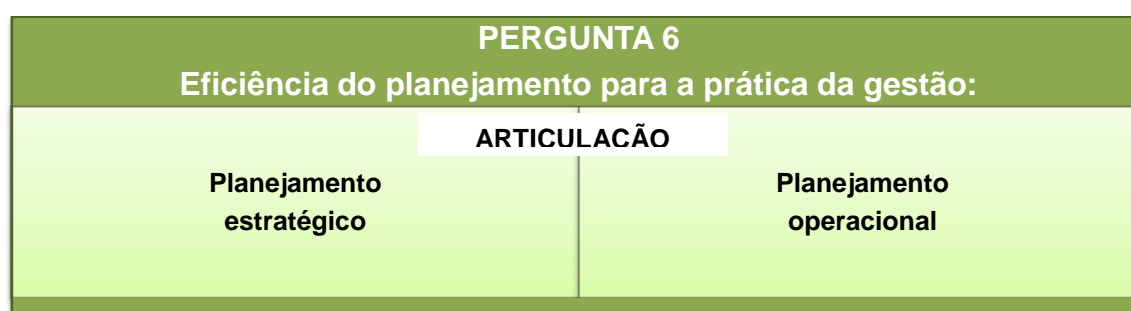


Figura 18: DSC referente à pergunta 6 – Atores Públicos.

Fonte: Da autora.

Ao ser indagado sobre a eficiência real que esta forma de planejamento proporciona para a prática de uma boa gestão regional e local, descreve:

RP2 - *“Todo planejamento requer revisões e aprimoramentos, o planejamento não é um fim em si mesmo, mas uma ferramenta para se chegar a uma condição desejada e esse percurso exige correções permanentes”.*

RP3 – “O planejamento operacional certamente não é a melhor opção e sim um planejamento estratégico visando ações de médio e longo prazo, buscando por melhorar e desenvolver o município de BBS”.

RP4 – “O planejamento regional atual não participa efetivamente na questão local, entretanto a estratégia atual utilizada ajuda na divulgação, onde o município não precisa se preocupar tanto com esta questão, esta é a única vantagem proporcionada atualmente pelo planejamento regional”.

Reflexões: Segundo a análise dos discursos relatados pelos atores Públicos, percebe-se que o planejamento estratégico é considerado ainda a melhor forma para se alcançar uma boa gestão, no entanto a contradição existente de centralização, ainda é o principal obstáculo para tornar novas medidas de gestão possíveis.

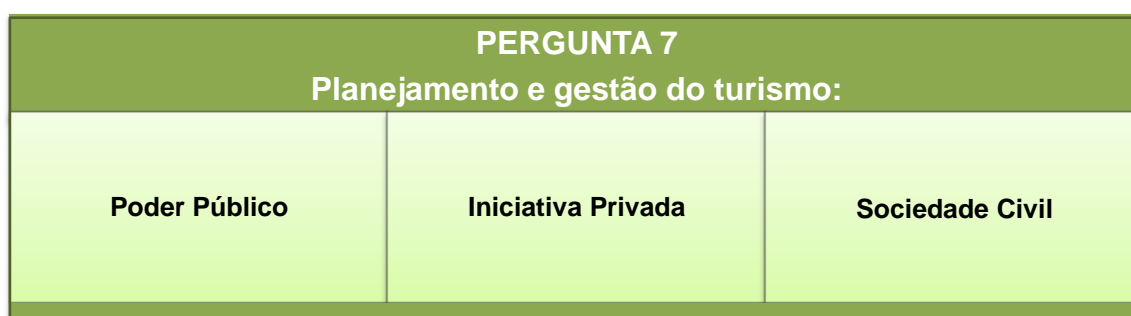


Figura 19: DSC referente à pergunta 7 – Atores Públicos.
Fonte: Da autora.

Ainda, sobre o planejamento e gestão do turismo de Balneário Barra do Sul, os entrevistados esclarecem que o principal responsável acerca do seu desenvolvimento e articulação local é:

RP1 – “Parceria entre os setores, Poder Público e Trade Turístico”.

RP2 – “Tão somente o Poder Público Municipal”.

RP3 – “O órgão responsável pelo planejamento e gestão de BBS é o Poder Público, existe muita dificuldade em conseguir uma articulação entre todos os envolvidos,

pois existem muitos conflitos de interesse e desestruturação do turismo local ocasionada pela sazonalidade”.

RP4 – *“O responsável pelo planejamento é o Poder público local e o responsável por sua execução é a secretaria de turismo e esportes”.*

Reflexões: Segundo a análise desses discursos apresentados pelo atores Públicos, estes descrevem que o planejamento e gestão do turismo de Balneário Barra do Sul não possuem articulação palpável entre os envolvidos com a dinâmica turística. A articulação é praticamente nula, onde quem detém o poder de decisão é o Poder-Público.

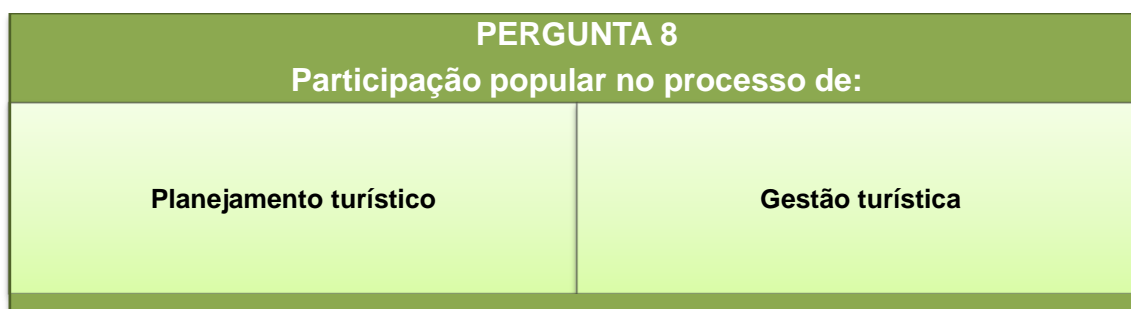


Figura 20: DSC referente à pergunta 8 – Atores Públicos.

Fonte: Da autora.

Por fim, foi abordado o questionamento acerca da participação popular no processo de planejamento e gestão do turismo em cidades pequenas, também ao caso de Balneário Barra do Sul, o qual possibilitou a seguinte retórica:

RP1 – *“Sim. A própria política prega a criação de Conselho, incluindo membros da comunidade”.*

RP2 - *“É importante e muito mais fácil de obter esta participação justamente porque todos se conhecem e há uma capacidade de mobilização muito maior. Também os impactos do turismo são maiores em cidades pequenas [...] a participação popular permite focar melhor nas ações e nos investimentos e quem participa desde o planejamento sente-se inserido e comprometido com todo o processo, o que vai permitir melhor gestão”.*

RP3 – *“No município de BBS, suas relações sociais são extremamente pacatas e controversias, a divisão clara de interesse ou falta dele é demonstrada pelos diferentes sujeitos, de um lado a comunidade tradicional ou comunidade recente, de outro os comerciantes e por fim o poder público. A participação popular seria uma alternativa para um melhor engajamento e direcionamento das estratégias, mas esta proposta dependeria de uma grande estratégia de sensibilização e mobilização individual e grupal”.*

RP4 – *“No município a participação popular é um tanto deixada de lado, as representação que mais interagem no processo participatório é alcançada através dos representantes dos conselhos municipais, que busca envolver as entidades, associação e a princípio mobiliza pouco a comunidade sim si. Mas é claro que sabe-se a importância da participação da comunidade local no planejamento e na gestão, pois esta é capaz de identificar e detectar diretamente as deficiências”.*

Reflexões: Por meio da análise desses discursos dos atores Públicos entrevistados, percebe-se que na visão desses a participação popular ou comunitária no planejamento e gestão do turismo em cidades pequenas, no caso de BBS é importante e possível para se alcançar um desenvolvimento sustentável baseado na articulação de todos os atores envolvidos. No entanto verifica-se a necessidade da implantação de estratégias voltadas aos Princípios do Planejamento Participativo discutido por Jain e Polman (2003), que utiliza como base fundamental a sensibilização baseada na mudança, nos acontecimentos de forma natural, no fortalecimento das organizações locais, no apoio as instituições locais e a elaboração de técnicas em conjunto com a população local.

Em relação ao município estudado:

RP1 – *“As demandas são definidas dentro desse conselho [...] o poder público municipal abre espaço para a iniciativa privada compor o Conselho e decidir sobre a melhor tomada de decisão”.*

RP2 - *“Tomando como base o projeto Costa do Encanto, ele foi amplamente discutido com a sociedade organizada, por intermédio do Conselho de Desenvolvimento Regional, e com as comunidades locais, inclusive as comunidades isoladas que receberam atenção especial. Afinal, volto a frisar isso, sem a*

participação das pessoas, dos sotaques, das cores locais, não há turismo sustentável”.

6.1.2 Percepção da Iniciativa privada e Sociedade civil sobre Balneário Barra do Sul

A seguir abordamos a análise e conclusões provenientes dos questionários de pesquisa, realizado com a Iniciativa Privada e Sociedade Civil, num total de 15 questionários pré-definidos, obtivemos resposta voluntária em 10 abordagens. Em virtude da temática, foi possível construir a análise em função destes dois eixos, os quais nitidamente encontram-se em conflitos de interesse: Sociedade civil (denominado neste de: SC) e Iniciativa privada (denominado neste de: IP).

PERGUNTA 1		
Pretensão de permanência em BBS:		
Continuar morando em BBS	Ir embora de BBS	Não mora, mas vive em BBS

Figura 21: DSC referente à pergunta 1 – Atores sociais.
Fonte: Da autora.

Constatou-se que 95% da sociedade civil entrevistada possuem a expectativa de continuar vivendo em Balneário Barra do Sul, alegando que o município é um ótimo lugar para se morar dentre a realidade local de pescadores e aposentados, pois possui uma dinâmica sócio-espacial pacata por um grande período durante o ano. Como relatado pela SC2, SC3, SC4 e SC5.

No entanto os entrevistados da iniciativa privada mostra uma postura contrária, sendo 95% possui claramente a intenção de sair do município, alegando que para manter um empreendimento comercial quando é extremamente grande a sazonalidade do fluxo de turistas, principalmente se tratando de turismo de sol e mar, fica difícil conseguir uma estabilidade financeira, a qual é claramente observada

com a mudança constante de temporada a temporada de comerciantes/proprietários que vivem apenas do seu empreendimento. Relatado nas palavras de IP1, IP2, IP3, IP4 e IP5:

SC2 – *“Gosto de morar aqui, pois sou de família tradicional, vivemos e trabalhamos com a pesca”.*

SC3 – *“É um ótimo lugar para quem gosta de sossego, eu sempre vinha de Joinville, agora moro aqui”.*

SC4 – *“É um bom lugar de se morar, falta algumas coisas na cidade, mas acho que é por que ela é pequena e a maioria das coisas fecham na baixa temporada”.*

SC5 – *“Adoro morar aqui, e se preciso de alguma coisa que não tenha aqui, temos Joinville que é pertinho e tem tudo”.*

IP1 – *“Para quem trabalha apenas com o comércio, residir no município sem uma renda extra, fica inviável”.*

IP2 – *“Gosto daqui é bom de viver, sou aposentada e tenho minha renda extra do comércio”. Único relato favorável a moradia no município perante as respostas dadas.*

IP3 – *“Pretendo ir embora, vim e abri o comércio na temporada passada, mas este ano a temporada foi apenas de três meses, eu que preciso do turista por que trabalho com alimentação, fica complicado continuar aqui. Já estou providenciando a placa de ‘vende-se’ para essa semana”.*

IP4 – *“No caso do hotel, sempre trabalhamos com uma média de ocupação praticamente nula, em alta temporada até conseguimos atingir 80% de ocupação, sobrevivemos dos pequenos eventos em baixa temporada, como reuniões, casamentos. Claro, quando foi construído o hotel já sabíamos disso, mas foi uma forma de garantir o lugar, o melhor terreno da cidade. No entanto dependo de outras fontes de renda, até para cobrir despesas do próprio hotel”.*

IP5 – “Se não melhorar terei que sair de Barra do Sul, como comerciante fica difícil conseguir uma estabilidade financeira somente esperando o público de veraneio na alta temporada”.

Reflexões: Constatou-se que 95% da sociedade civil entrevistada possuem a expectativa de continuar vivendo em Balneário Barra do Sul, alegando que o município é um ótimo lugar para se morar dentre a realidade local de pescadores e aposentados, pois possui uma dinâmica sócio-espacial pacata por um grande período durante o ano. No entanto os entrevistados da iniciativa privada demonstram uma postura contrária, sendo 95% possui claramente a intenção de sair do município, alegando que para manter um empreendimento comercial é extremamente difícil em vista a grande sazonalidade do fluxo de turistas, principalmente se tratando de turismo de sol e mar, dificultando conseguir uma estabilidade financeira, a qual é claramente observada com a mudança constante de temporada a temporada de comerciantes/proprietários que vivem apenas do seu empreendimento.

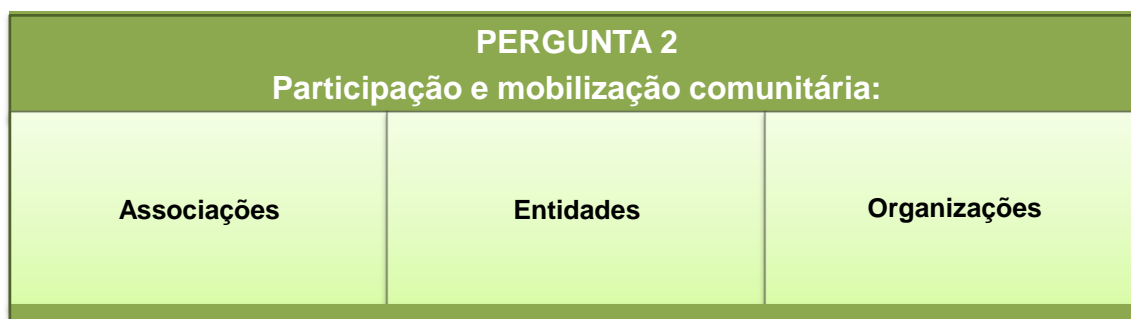


Figura 22: DSC referente à pergunta 2 – Atores sociais.

Fonte: Da autora.

Sobre tudo, observando os relatos da preferência e escolha de moradia da população local, tentamos identificar o interesse da população local na questão da participação popular e sua forma de organização, desta forma foi questionado a população entrevistada quanto a sua participação ou não em entidades locais, uma das formas de organização democrática. Observamos que mais da metade da população entrevistada participa ou possui relação direta ou indireta com associações ou entidades locais. Segue SC2, SC3, SC4, IP1, IP2, IP3, IP4 e IP5:

SC2 – *“Como morador e pescador, participo ativamente da associação de pescadores, sou presidente, ela é muito importante por que somente após a formação é que fomos vistos como pessoas importantes para o município”.*

SC3 – *“Sou presidente da Entidade sem fins lucrativos da 3ª Idades, nossa entidade mobiliza a grande maioria dos aposentados e até mesmo a população de meia idade com programações diversas de entretenimento e até mesmo na criação de artesanatos pelas mulheres que são revendidos na própria cidade. Me interessei por que eu e minha esposa somos aposentados e temos todo tempo livre para aproveitar a vida e tentar ajudar aquele que mais precisam”.*

SC4 – *“Sim participo, sou presidente da Associação comercial e industrial de Barra do Sul, na verdade entrei como associado e por indicação aceitei a candidatura que por ventura ganhei. É muito complicado trabalhar em prol da ASSIBIS e ainda mais esta a frente dela como representante pois a muita influência da sazonalidade sobre o comércio, são poucos aqueles que realmente se tornam interessados pelo comércio local”.*

IP1 – *“Participo da associação comercial, a ASSIBIS, participo como membro”.*

IP2 – *“Participo da associação do comércio do município como membro, por que é a única forma de manter-mos o comércio local de forma mais ou menos organizada”.*

IP3 – *“Olha, já participei da ASIBIS, no entanto existem muitas diversidades de idéias e acabei saindo”.*

IP4 – *“Sim, participamos da Associação Comercial e Industrial de Barra do Sul, como membros”.*

IP5 – *“Nossa loja participa da associação comercial, sempre participei, e acho muito importante, por que se não, não somos ouvidos”.*

Reflexões: Sobre tudo, observando os relatos da preferência e escolha de moradia da população local, tentamos identificar o interesse da população local na questão da participação popular e sua forma de organização, desta forma foi questionado à população entrevistada quanto a sua participação ou não em entidades locais, uma das formas de organização democrática. Observamos que mais da metade da

população entrevistada participa ou possui relação direta ou indireta com associações ou entidades locais.

PERGUNTA 3			
Participação da comunidade nos assuntos locais:			
Muito participativa	Pouco Participativa	Razoavelmente participativa	"Nada" participante

Figura 23: DSC referente à pergunta 3 – Atores sociais.

Fonte: Da autora.

Ainda, procuramos obter informações sobre a relação de participação da comunidade nos assuntos locais como, reuniões, assembléias, entre outros e avaliamos a postura da comunidade do ponto de vista da sociedade civil como razoável, sob os relatos de SC1, SC2, SC3, SC4 e SC5 e entre a Iniciativa privada, relatos divididos entre razoável e pouco participativa, IP1, IP3, IP4 e IP5:

SC1 – *“O que percebo é uma mobilização quanto a este assunto por parte de alguns comerciantes e de algumas entidades, a população em si não participa muito”.*

SC2 – *“O interesse por esse tipo de participação geralmente é dividido, depende muito do assunto que será tratado, a participação das pessoas depende muito disso, se não é de interesse direto elas não participam”.*

SC3 – *“Só participa aquele que possui interesse, seja ele do comércio, em relação a pesca, a saúde, o restante das pessoas permanecem a distância. Acho que muita pessoas, principalmente por serem de origem de pescadores e aposentados, ambos de poder aquisitivo não muito alto, não entende direito o que falam nessas reuniões, ai preferem nem participar”.*

SC4 – *“Se levarmos em consideração o número de habitantes locais X o número de participantes, acredito que encontram-se em bom número, porém se restringe a aqueles que estão a frente de alguma questão a ser discutida ou beneficiada”.*

SC5 – *“Participam mais quando é relacionado a interesses de benefícios próprios”.*

IP1 – *“A população não é muito interessada, apenas algumas pessoas participam, geralmente ligadas ao comércio ou entidades e associações”.*

IP3 – *“Poucas pessoas participam das reuniões, a grande maioria esta desiludida com o Poder público”.*

IP4 – *“A comunidade local em si não se interessa muito pelo que está sendo decidido na cidade e ainda depois fica reclamando que nunca fica sabendo de nada”.*

IP5 – *“Quem realmente procura participar são os comerciantes vindos de fora, que dependem da renda local para se manter e estando bem informado sobre o que acontece no município é o primeiro passo para quem quer se manter na Barra”.*

Reflexões: As informações e percepção por parte da sociedade sobre a relação de participação da comunidade nos assuntos locais como, reuniões, assembléias, entre outros e avaliamos a postura da comunidade do ponto de vista da sociedade civil como razoável e entre a Iniciativa privada, relatos divididos entre razoável e pouco participativa, A discussão ainda é entorno da centralização do Poder-Publico, que muito deixa a desejar quando o assunto é compartilhar informações e ouvir os próprios interessados no desenvolvimento local.

PERGUNTA 4		
Interesse da população em participar de projetos turístico:		
Muito expressiva	Pouco expressiva	Nada expressiva

Figura 24: DSC referente à pergunta 4 – Atores sociais.

Fonte: Da autora.

Dando continuidade a abordagem sobre a participação popular, abordamos sobre a relação da comunidade na execução de projetos de qualificação desenvolvidos para a população local como cursos diversos, de atendimento,

higiene, gastronomia, artesanato, entre outros. O resultado da análise demonstrou que um grande parte dos entrevistado acredita que a participação da comunidade nesses projetos é pouco expressiva, onde relatam SC1, SC2, SC3, SC4 e SC5 e IP1, IP2, IP3, IP4 e IP5:

SC1 - *“Percebe-se que a comunidade prefere ficar na vida pacata, sem muito compromisso com nada”.*

SC2 – *“As vezes a prefeitura faz alguns cursos e se nossas mulheres têm tempo, quando não tem muito trabalho do pescado, elas participam”.*

SC3 - *“Os projetos deveriam ser melhor desenvolvidos e divulgados de forma adequada, porém antes disso é preciso criar uma verdadeira conscientização aos valores da aprendizagem, por que grande parte da população fica somente esperando e quando há a oportunidade não participa”.*

SC4 – *“As pessoas de personalidade mais ativa certamente usufruem dos projetos, porém ainda a grande maioria não demonstra interesse, principalmente os jovens que preferem ir pra outros lugares estudar e fazer cursos. De repente as pessoas também não participam por não ficarem sabendo dos cursos, por que quem mora longe do centro nem sempre fica sabendo”.*

SC5 – *“Participam mais quando é feita de forma direta ao público de possível interesse, a aceitação é maior”.* Este foi o único relato entre os representantes da sociedade civil que considerou a participação da população em projetos de qualificação como sendo muito expressiva.

IP1 – *“Vejo que a busca pela qualificação profissional ou pessoal para aqueles que pretendem permanecer em Balneário Barra do Sul é baixa”.*

IP2 – *“As pessoas das quais conheço, na sua grande maioria participa dos projetos, pois na cidade não há muito o que fazer, desta forma usam o tempo livre fazendo algo de novo”.*

IP3 – *“Poucas pessoas realmente se interessam, parecem não perceber a importância de se qualificar”.*

IP4 – “Acredito que a qualificação profissional e social, assim como a mobilização de pessoas e grupos é extremamente importante para o desenvolvimento local, mas ainda percebo uma certa resistência da população local”.

IP5 – “Eu vejo a comunidade muito avessa a participação, principalmente a comunidade tradicional”.

Reflexões: Dando continuidade a análise DSC dos atores sociais relacionado a participação popular, percebe-se que o interesse da comunidade na execução de projetos de qualificação desenvolvidos para a população local como cursos diversos, de atendimento, higiene, gastronomia, artesanato, entre outros, em sua maioria acredita que a participação popular seria pouco expressiva, relatada pela comodidade individual relacionada ao exercício das práticas sociais local.

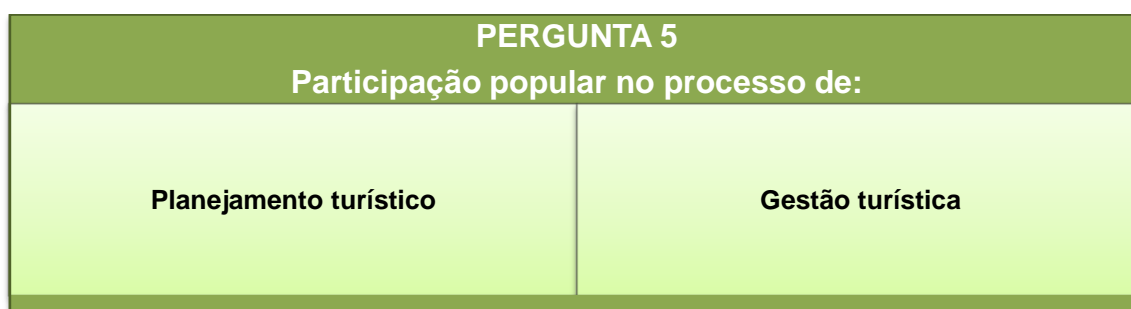


Figura 25: DSC referente à pergunta 5 – Atores Públicos.

Fonte: Da autora.

Ainda buscando respostas referente a participação comunitária, foi questionado quanto a participação da população local se a mesma fosse convocada a participar do planejamento e gestão do turismo local, qual seria a postura. A opinião da sociedade civil e iniciativa privada, mostrou que esta participação em primeira instância seria razoável ou pouco participativa. Foram dadas possíveis respostas as quais explicam essa posição, segue a fala de SC1, SC2, SC3, SC4 e SC5, IP1, IP2, IP3, IP4 e IP5:

SC1 – “É uma ótima abordagem, muito interessante, mas sob a realidade local, acho que não funcionaria por que a comunidade não se interessa pelo desenvolvimento do turismo, apenas alguns comerciantes”.

SC2 – “Acredito fielmente que apenas quem possui comércio é que se interessaria em realmente participar”.

SC3 – *“Bem possível que apenas os interessados diretamente aos benefícios gerados pelo turismo participariam, por que a comunidade local tradicional é fechada para essa visão”.*

SC4 - *“Acredito que grande parte dos comerciantes se interessaria, agora para o restante da população teriam que fazer uma conscientização”.*

SC5 - *“A parceria entre a prefeitura, a comunidade e os comerciantes seria motivadora, porém o comércio não se mobiliza, sempre espera pelo Poder Público”.*

IP1 – *“Participaria principalmente quem possui comércio e que veio de outros lugares, estes sempre procuram estar informados e participam mais por que dependem principalmente do turismo, mas acredito que ainda falta muita organização para que isso de certo”.*

IP2 – *“Seria muito interessante e importante, desde que o Poder público também desse abertura e estivesse preparada para isso”.*

IP3 – *“Acredito que pessoas que tem comércio local seriam os mais interessados e como eu, participaria”.*

IP4 – *“Bem provável que apenas os interessados diretamente pelos benefícios do turismo participariam, por que a comunidade local é totalmente fechada ao turismo”.*

IP5 – *“A comunidade é acomodada, espera sempre que o Poder público resolva tudo sozinho, se esta bom reclama, se esta ruim também reclama, principalmente a comunidade tradicional, quem sofre com isso são os comerciantes, por que os especuladores não são influenciados, eles são espertos”.*

Reflexões: Por meio da análise desses discursos relatados por atores sociais, referente a participação comunitária, foi questionado quanto a participação da população local se a mesma fosse convocada a participar do planejamento e gestão do turismo local, qual seria a postura. A opinião da sociedade civil e iniciativa privada mostraram que esta participação em primeira instância seria razoável ou pouco

participativa. Esta necessitaria primeiramente do processo do “ato” de participar, demonstrando os princípios do planejamento participativo focando a sensibilização.

PERGUNTA 6				
Maior problema enfrentado na busca pelo desenvolvimento turístico:				
Falta de infra-estrutura adequada	Falta de interesse do Poder Público	Falta de articulação entre os envolvidos	Sazonalidade (sol e mar)	Falta de qualificação profissional

Figura 26: DSC referente à pergunta 6 – Atores sociais.

Fonte: Da autora.

Previendo relatos de controversas diante a abordagem do tema, foi questionado quanto os três maiores problemas locais enfrentados que dificultam possíveis estratégias para se alcançar um melhor desenvolvimento, relacionado principalmente a questão turística, partindo da visão dos entrevistados. Relatados por SC1, SC2, SC3, SC4 e SC5, IP1, IP2, IP3, IP4 e IP5 segue:

SC1 – *“A falta de infra-estrutura urbana é o maior problema, não tanto para a população que mora aqui que já está acostumada, mas principalmente quando tem muitos turistas, é um tumulto na ruas, falta água. Em segundo lugar acho que é a falta de articulação e cooperação entre os atores locais e por último acho que seja para o turismo, a falta de qualificação das pessoas”.*

SC2 – *“Em primeiro lugar escolho a opção de falta de infra-estrutura, se querem turistas tem que melhorar muito ainda. Em segundo acredito que falta dialogo entre o poder publico com o restante da população e isso já é demonstrado pela falta de interesse dele em ouvir os moradores”.*

SC3 – *“Com certeza a falta de infra-estrutura é o principal problema principalmente na alta temporada quando a cidade enche de gente. Em segundo percebo que a população não é muito interessada em participar e nem no desenvolvimento da cidade e em terceiro, acho que a prefeitura deveria tentar se comunicar melhor com a comunidade, eles muitas vezes decidem as coisas sozinhos”.*

SC4 – *“Sem dúvida a falta de infra-estrutura urbana é o principal problema, o município é pequeno, mas não existem placas informativas nada, só gosta daqui realmente quem já conhece. Depois, acredito que seja a falta de articulação e cooperação dos atores entre si e também a falta de qualificação profissional das pessoas, isso torna o lugar pouco competitivo”.*

SC5 – *“A falta de infra-estrutura é o maior problema, não tem nem um hospital para atender os turistas, apenas um posto de saúde, também as ruas ficam lotadas e não tem nem lugar de calçadas para os pedestres. Também falta interesse da população, a grande maioria não está muito preocupada com o turismo e o poder público também por já saber que a população é assim, programa as coisas da alta temporada no que eles acham mais certo”.*

IP1 – *“Em primeiro lugar a infra-estrutura urbana apesar de sobre pelos vários fatores climáticos e ambientais é verdadeiramente um grande problema, em segundo lugar colocaria a falta de articulação entre os atores, as pessoas daqui pensam muito diferente uma das outras e acho que a falta de interesse do Poder público também é evidente, ele nem tentam dialogar com a população vão fazendo o que dois ou três acham que é melhor e pronto”.*

IP2 – *“Difícil responder, tem que melhorar em tudo! Mas acho que o principal é a infra-estrutura, nota-se essa necessidade principalmente quando é alta temporada”.*

IP3 – *“Infra-estrutura urbana, articulação e interesse do Poder público, são os principais problemas do município, se isso não mudar aí fica difícil qualquer progresso”.*

IP4 – *“Com certeza a falta de infra-estrutura, depois acho que a falta de articulação e falta de interesse da prefeitura, que está mais preocupada em cuidar do dinheiro em vez da cidade”.*

IP5 – *“Em geral o que mais preocupa é a falta de infra-estrutura urbana e acredito que social também, a falta de qualificação profissional também é um grande problema, assim como a falta de ligação entre a comunidade em geral”.*

Colocado como sendo o maior problema e escolhido em primeiro lugar por 100% das opiniões foi destacado a falta de infra-estrutura urbana, vivenciado da

mesma forma em outras localidades que sofrem com a sazonalidade proporcionada pelo turismo de veraneio. Em segundo lugar com 60% das opiniões foi destacado a falta de articulação e cooperação entre o Poder-Público, os comerciantes, pescadores e a comunidade. Temos em terceiro lugar com 50% das opiniões voltadas para a falta de interesse do Poder Público em desenvolver o município como um todo, muito se fala sobre a falta de competência e qualificação profissional para os cargos. E com empate em quarto lugar com 30% das colocações abordados como problema para o desenvolvimento local tem a falta de qualificação profissional e a falta de interessa da própria comunidade.

Reflexões: Segundo a análise dos discursos foi estabelecido prioritariamente como sendo o maior problema a falta de infra-estrutura urbana, vivenciado da mesma forma em outras localidades que sofrem com a sazonalidade proporcionada pelo turismo de veraneio. Em segundo lugar com 60% das opiniões foi destacado a falta de articulação e cooperação entre o Poder-Público, os comerciantes, pescadores e a comunidade. Temos em terceiro lugar com 50% das opiniões voltadas para a falta de interesse do Poder Público em desenvolver o município como um todo, muito se fala sobre a falta de competência e qualificação profissional para os cargos. E com empate em quarto lugar com 30% das colocações abordados como problema para o desenvolvimento local tem a falta de qualificação profissional e a falta de interessa da própria comunidade.

PERGUNTA 7			
Conflitos de interesse entre:			
Moradores tradicionais (pescadores)	Moradores secundários (aposentados)	Iniciativa privada	Poder Público

Figura 27: DSC referente à pergunta 7 – Atores sociais.

Fonte: Da autora.

Diante dos estudos e análise preconcebidos, como ultima abordagem foi questionado quanto o 'tema' que mais gera conflitos entre a população local em relação ao turismo na visão dos seguintes atores:

- Moradores tradicionais (pescadores);
- Moradores secundários (aposentados);
- Iniciativa privada;
- Poder Público;

Moradores tradicionais:

SC1 - *“Vivem da pesca e não se interessam muito com o turismo”.*

SC2 - *“Esperam que o Poder Público faça tudo sozinho”.*

SC3 - *“Tradicionalmente não são qualificados e participam pouco, não se preocupam”.*

SC4 - *“Os pescadores só pensam no trabalho deles”.*

SC5 - *“O Poder Público não investe nos pescadores, no mercado público”.*

IP1 - *“Os moradores tradicionais possuem baixa escolaridade e não se acham aptos a participar do turismo”.*

IP2 - *“São muito preocupados com seu ganha pão, o turismo é visto como algo inevitável”.*

IP3 - *“São fechados para o turismo, desinteressados”.*

IP4 - *“Sempre querem e esperam que o Poder Público resolva todos os problemas”.*

IP5 - *“Eles vivem da pesca e alguns da construção naval, para eles tanto faz a qualidade do turismo”.*

Moradores secundários:

SC1 - *“Os aposentados não influenciam no turismo local, apenas vivem aqui”.*

SC2 - *“Não influenciam no turismo”.*

SC3 - *“Eles não influenciam nas decisões locais, mas utilizam muito dos recursos públicos, como da saúde”.*

SC4 - *“Não se mostram interessados no turismo”.*

SC5 - *“Tem muito aposentado aqui, mas não muda muita coisa”.*

IP1 - *“Eles não tem relação direta com o turismo, vivem como em qualquer outro lugar”.*

IP2 - *“Vivem suas vidas de aposentados, sem muito influenciar”.*

IP3 - *“Não influenciam no turismo local”.*

IP4 - *“Não interferem muito na realidade local, só esperam melhor atendimento da saúde”.*

IP5 - *“Não gostam do movimento ocasionado, porém também não influenciam nas decisões”.*

Iniciativa privada:

SC1 - *“Ela fica dependente da boa vontade do Poder Público”.*

SC2 - *“Nem sempre é ouvida pelo Poder Público”.*

SC3 - *“Ela é dividida em duas, os interessados e os não interessados”.*

SC4 - *“Tentamos dialogar com o Poder Público, mas são eles que decidem tudo”.*

SC5 - *“Falta qualificação e muita coisa fecha por causa da baixa temporada”.*

IP1 - *“Esta é a que mais sofre, pois depende das ações públicas, da falta de qualificação e sofre com a sazonalidade”.*

IP2 - *“Espera a mobilização do Poder Público em chamar público”.*

IP3 - *“Reclama muito e faz pouco”.*

IP4 - *“Os comerciantes pedem projetos para atrair visitantes, mas nem sempre são ouvidos”.*

IP5 - *“Ela está dividida em dois grupos (nativos e exploradores), os nativos não estão muito preocupados, quem procura por melhoria são os exploradores”.*

Poder Público:

SC1 - *“Falta organização e comunicação entre as partes. O Poder Público se fecha”.*

SC2 - *“Na maioria das vezes decide sozinho e não pede opinião da ninguém”.*

SC3 - *“Quando tenta mobilizar a população, a mesma não responde”.*

SC4 - *“Só quer mandar e nem sempre sabe o que é melhor para a comunidade”.*

SC5 - *“A prefeitura toma decisões e nem sempre participamos delas”.*

IP1 - *“Esta ainda trabalha de forma ‘fechada’, não busca ouvir a comunidade”.*

IP2 - *“Quando faz algo, nem sempre acerta, falta visão e qualificação adequada”.*

IP3 - *“Não procura saber da real necessidade e opinião dos comerciantes”.*

IP4 - *“Precisa trazer pessoas qualificadas de outros lugares para poder melhor gerenciar o município”.*

IP5 - *“O Poder Público não mantém muito diálogo com a população, grande parte do que é feito se quer pedem opinião da população e dos comerciantes”.*

Reflexões: Diante dos estudos e análise dos discursos sobre a abordagem quanto ao 'tema' que mais gera conflitos entre a população local em relação ao turismo. Este discurso vem a comprovar que os conflitos de interesses ainda são os maiores problemas a serem enfrentado, principalmente por se tratar de uma cidade pequena, onde as relações deveriam ser mais integradas e articuladas.

A percepção dos diferentes atores de Balneário Barra do Sul parece relatar um constante conflito de interesses ou a falta dele. A percepção da Sociedade Civil diverge totalmente dos demais atores em sua totalidade. A história e a cultura tradicional e a dinâmica sócio-econômica de seus novos moradores é totalmente contrária da dinâmica da turística local, ocasionando as divergências. No entanto seu modelo de organização local, nessa história de resistência involuntária a atividade turística, na dinâmica cotidiana da comunidade, a relação com a pesca, a relação com a comunidade aposentada e que traz a tranquilidade e a forma de vida simples, e este é seu principal diferencial turístico. A pesca ainda tem sido a sua principal fonte econômica, no entanto as comparações com os destinos turísticos localizados a sua volta são inevitáveis. A resistência da população local ainda é seu principal desafio.

Apesar de inevitável o turismo local mesmo que sazonal e temporário é responsável por afastar a comunidade por interesses coletivos dificultando uma integração de maneira a compor um desenvolvimento socialmente responsável. Apesar de identificar que a atividade turística é inevitável, ainda sim a identidade da população tradicional continua preservada, no entanto é impossível negar que o turismo é a segunda principal atividade econômica, destacando que Barra do Sul demonstra uma forte independência em relação a economia, entretanto é dependente do fluxo turístico como segunda fonte de renda.

Além da problemática da resistência comunitária a atividade turística, outros problemas enfrentados no local, destacado como os mais importantes por todos os atores na ordem descrita são a baixa infra-estrutura, a não articulação entre os atores, a falta de qualificação profissional, o baixo interesse do Poder público e o baixo interesse da população tradicional por uma possível fonte renda extra vinda do desenvolvimento do turismo local. Ainda podemos ressaltar a falta de planejamento municipal e turístico, o mesmo não possui nem um tipo de plano, apenas projetos os

quais são pensados e realizados ao imediatismo. Esta visão é altamente preocupante, pois demonstra que esta é uma cidade desequilibrada socialmente.

Ao chegar a Barra do Sul, contata-se que esta é totalmente urbana e em baixa temporada carece da presença de visitantes, transformando o lugar em uma imagem de 'velha cidade de velho oeste', completamente vazia. No entanto em época de alta temporada, nada é mais dinâmico e simpático como uma pequena cidade tranqüila invadida por visitantes de todas as idades e devemos concordar que a atividade turística influencia diretamente na dinâmica local onde direta ou indiretamente todos ganham com o turismo, o qual provoca uma elevação no poder aquisitivo dos residentes, porém, notavelmente nas entrelinhas esse ganho não atinge a todos.

É completamente inevitável a presença desta parcela de turistas a qual influencia diretamente na tranqüilidade local e essa apesar de ser uma das preocupações principais dos moradores secundários, não possui influência direta na dinâmica de vida dessa população. Também não demonstra influência direta como a expulsão dos moradores de seus locais de origem, assim como a comunidade tradicional os moradores secundários, cada qual delimita e defende 'seu' território conseguindo o distanciamento da exploração comercial.

Como discussão principal deste pesquisa visou perceber a relação entre o poder público e a comunidade, notavelmente como em todo relacionamento existe altos e baixos até mesmo possui no município a divisão geográfica da população. Desta forma para tentar minimizar o distanciamento entre a população, existe a tentativa de união entre as associações e entidades locais. Nem todos são a favor, muito menos contra a atividade turística, entretanto carece a representatividade popular a tomada de decisões.

Ao considerar a falta de articulação entre os atores locais, fica evidente da mesma forma, a baixa participação da comunidade nos assuntos locais, apesar de que o Poder público ainda se mostrar como poder "superior" perante a população, esta quando indagada e pressionada pelos cidadãos tende a proporcionar maior abertura a diálogos. Essa baixa participação é vinda da estrutura cultural ali

existente, a tradição de pescadores tradicionais tendem a cuidar do que é seu, mas ignora o todo.

Outra relação se dá ao desempenho da classe aposentada, a acomodação e a não preocupação com a renda de subsistência, tende a caracterizar essa classe e sua falta de interesse na participação sócio/política local. No entanto fica evidente a contradição de interesses quando da tentativa de articulação e participação dos comerciantes locais, estes que dependem do fluxo turístico e aparentemente procuram a abertura do Poder público à elaboração de estratégias e planos no mínimo em médio prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano turístico do Estado de Santa Catarina designou a divisão de nove⁵⁵ regiões turísticas, estabelecidas por proximidade e atratividade para um melhor controle sobre o desenvolvimento regional, entre estas, encontra-se o roteiro “Caminhos dos Príncipes”, muito discutida pela denominação levada e a qual a realidade, que tem como pólo principal a cidade de Joinville. No local têm sido estabelecidos pelas diferentes esferas governamentais, recursos e apoio, bem como incentivos, entretanto sua atuação está atrelada principalmente a dinamização da divulgação do turismo regional.

Outro fato observado vem de encontro à localização de Balneário Barra do Sul, que mesmo um local considerado isolado perante a dinâmica regional turística, ainda sim é o município praiano mais próximo da cidade pólo, com isso vem recebendo uma quantidade cada vez maior de visitantes, uma prova disso é o número gradual em crescimento de pousadas, lojas e bares. Esse aumento no número de turistas de veraneio e a falta de planejamento e controle da atividade turística, assim como a falta de infra-estrutura básica, vêm levantando críticas sobre os verdadeiros benefícios e malefícios ocasionados por este tipo de turismo.

Com o levantamento de questionamentos a cerca desta configuração, propõe uma nova visão de reestruturação local, sobretudo em inserir a comunidade num processo de busca pelo desenvolvimento sustentável de forma autônoma. O receio da comunidade em ver o turismo como um ameaçador da cultura local, esta tem se mostrado resistente o suficiente para ser capaz de tomar mudanças rápidas exigidas pelo turismo.

⁵⁵ São diferentes os lugares e nunca igual ao outro, cada um com seu contraste especial em sua forma de ser. Espetacular e privilegiado por sua diversidade em paisagens, culturas, artesanato e gastronomia. Santa Catarina é um estado completo para seu lazer e seu descanso. Dividido em nove regiões o estado contempla um conjunto de roteiros diversificados, dando ao turista a opção de conhecer de tudo um pouco dentro dos projetos de regionalização do turismo. São eles os roteiros integrados: Caminhos dos príncipes, Costa verde e mar, Vale europeu, Grande Florianópolis, Encantos do sul, Caminho dos cânions, Grande oeste, Vale do contestado e Serra do rio do rastro

A população residente do município de Balneário Barra do Sul-SC, embora seja criativa em relação ao turismo, explicitamente a comunidade “tradicional” procura proteger seu espaço, ao mesmo tempo em que o turista é bem-vindo no período de grande fluxo turístico a comunidade deixa de viver sua vida cotidiana reservando-se privando funções comunitárias para proteger seus valores e costumes.

Daí dada à importância a questão de identidade comunitária, como parte de um novo processo de planejamento e gestão participativa de forma autônoma, onde a identidade ou o conjunto dela se faz como referência de viabilidade de autonomia de uma sociedade. Perceptivelmente o desenvolvimento do turismo local mostrou seu ponto positivo, trazendo infra-estrutura, serviços de saúde e estabelecimentos de ensino, diversidade de produtos para o comércio.

Desta maneira, o fenômeno turístico local é considerado um subproduto ao resultado do aumento da renda por se tratar de um turismo de *veraneio*, muito mudanças ocorreram nos últimos 10 anos, entretanto a atividade turística ao mesmo tempo em que proporcionou benefícios, também se mostrou degradante de suas riquezas naturais e sociais. A invasão de um grande número de “estrangeiros” desinformados sobre o sistema social local pré-existente modificou suas relações sociais.

O contexto socioeconômico micro regional é um importante fator e explicativo ao padrão de desenvolvimento local, pois este detém em sua grande maioria o turista de veraneio principalmente de classe C e D, por se tratar de um “turismo” barato. Isso confirma o pressuposto de que as possibilidades de desenvolvimento local são determinadas, em grande parte, pelas características socioeconômicas do seu entorno, sendo reflexo do que ocorre na microrregião, influenciando de forma positiva ou negativa o dinamismo local, por receberem influências externas.

A sazonalidade é um dos grandes empecilhos ao desenvolvimento local, no entanto é o turismo concentrado em determinadas épocas do ano - como períodos de férias e feriados, temporada de verão que constituem a arrecadação econômica desta atividade no município analisado. É com base nesse princípio que o turismo

planejado por metodologias comunitárias deve ser entendido como fato a valorização da comunidade e sua capacitação, para que possa ser gerenciada a absorver o mínimo de impacto do turismo sazonal e de massa. Por meio do processo de planejamento participativo, pode-se chegar à efetiva melhoria da qualidade de vida da comunidade envolvida.

Nesta tentativa, é possível utilizar como diferenciador o modelo de turismo de base comunitária, partindo da premissa e entendendo três características básicas para sua realização, a primeira é entender a atividade turística como um subsistema do conjunto de um sistema maior, onde o turismo comunitário seja parte do desenvolvimento sustentável a partir da própria comunidade de forma sistêmica, a segunda característica é que o turismo comunitário é referido como um modelo de turismo sustentável, que exige os princípios de valores éticos, centrado na democratização, parceria, participação e responsabilidade, a terceira e última característica é de relação social de convivência e pela autenticidade e simplicidade das comunidades tradicionais.

Embora o turismo de base comunitária e os exemplos utilizados neste trabalho digam respeito às pequenas comunidades, observamos que o desenvolvimento local seguido pelo modelo apresentado não é algo a ser alcançado apenas nesses casos, no entanto é importante reconhecer que quanto maior e mais populoso um local, mas complexas as relações econômicas, políticas e sociais, tornando mais difícil o ato de socializar informações na busca pelo desejado.

As lições aprendidas pelo fomento de tais experiências são fundamentais para que as políticas públicas do turismo brasileiro sejam debatidas sob um novo direcionamento, agora voltadas para o desenvolvimento das cidades pequenas que andam esquecidas. Por um lado o Turismo de Base Comunitária e seu direcionamento a pequenas comunidades, por outro o fomento de planejamento do Ministério das Cidades e das políticas públicas do Turismo engajadas no desenvolvimento de cidades com mais de 20.000 habitantes.

Entretanto, torna-se inegável afirmar que na realidade atual e as várias faces do desenvolvimento do turismo, encontra subordinando aos grandes ou médios centros ou organiza-se em forma de aglomerações geográficas para poder competir

com os grandes mercados. Vivemos em uma sociedade capitalista e o turismo com base no desenvolvimento local passa por grandes contraposições a este modelo dominante que está conectado num processo de globalização degradante.

A realidade histórica e dominante no Brasil e a força do capitalismo são responsáveis pelas atuais estratégias político-administrativas centralizadoras, entretanto para estas poucas comunidades que constituíram sua realidade no turismo de base comunitária na busca pela democracia direta e pela autonomia local num desafio enfrentado pela própria sociedade civil, cansada de esperar.

Mas é também fundamental que se compreenda que os processos participativos são lentos, envolvem custos adicionais que nem sempre são considerados nos orçamentos de planejamento turístico, que exigem um elevado investimento na formação de recursos humanos e construção de arcabouços metodológicos capazes de lidar com as especificidades locais capaz de gerar respostas pretendidas.

A maneira como se dá a problemática entre o desenvolvimento da atividade turística e a questão da falta de articulação entre os atores sociais, de modo a constatar de que maneira essa dinâmica problematiza a vida da população local, demonstrando que esta falta de cooperação e parceria entre ambos no espaço litorâneo através da expansão do turismo no município ocasiona a estagnação local impossibilitando seu desenvolvimento, nem ao menos “brando”, foi à menção proposta a este trabalho.

Onde os problemas sócio/políticos ocasiona de certa forma a exclusão da população da própria opinião, invadida pelo sistema que é o controlador da fonte econômica, dominante e dominada pelo capitalismo, onde a lei, ou a falta dela é o ponto chave da classe superior política. Sendo desta forma visível a promoção do desenvolvimento desigual de acordo com a perspectiva.

No entanto sendo e espaço o local onde os diversos grupos sociais podem se manifestar, construindo novas relações, a sociedade em si assume as relações sociais como premissa onde os interesses comuns sejam respeitados, dinamizados, compartilhados, articulados e discutidos. Este espaço, delimitado como espaço físico, pode ser estabelecido com base naquele em que os atores de uma

comunidade conseguem se organizar e participar em defesa de objetivos e interesses comuns.

Para as finalidades específicas desta pesquisa, toma-se o município ou a cidade pequena como o “espaço local”. No entanto a proposta da participação da comunidade no planejamento e gestão do turismo vem a calhar na quebra do paradigma centralizador. Um dos aspectos relevantes quanto a participação da comunidade local é de que é ela que pode garantir a sustentabilidade do processo perante a descontinuidade política, na forma de que a participação social no processo decisório, é sim um pré-requisito ao projeto planejado na busca pela sustentabilidade.

Outro dado relevante percebido no processo de participação do desenvolvimento turístico envolvendo a comunidade é que esta proporciona a divisão de responsabilidades quando os atores passam a reconhecer e compreender cada qual o seu papel e a importância da sua articulação. Abrindo a possibilidade do desenvolvimento baseado na efetiva articulação e engajamento de todos os atores envolvidos, na busca pela resolução dos problemas de forma responsável. Em outra reflexão, podemos fundamentar que a descentralização é algo fundamental quando se busca a verdadeira participação da sociedade no desenvolvimento, ainda sim na questão turística, onde a responsabilidade e os direitos são de todos aqueles que julgam ser afetados ou não pela prática do turismo.

Sabe-se evidentemente que a atividade turística quando bem planejada, demanda muitos benefícios para quem as pratica. Atualmente muito se fala em desenvolvimento onde um dos seus principais objetivos é a participação popular. Sem dúvida mais cedo ou mais tarde esta seria a verdadeira essência da atividade turística, o homem faz parte da atração é ele que está inserido no espaço turístico. O sucesso está embasado no que o turismo tem de melhor a oferecer, à sociedade no seu espaço social, econômico e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELEKE, B. **Turismo comunitário: Uma trajetória a sustentabilidade em áreas protegidas da Nigéria**. In: Congresso Internacional de Biologia da conservação. Chattanooga, 2008, p . 05-23

ALMEIDA, C. C. de. Discurso do sujeito coletivo: reconstruindo a fala do “social”. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005. 176p. (Coleção Palavra-Chave, 16)

ALMEIDA, M. C. A. **Concepções de natureza e conflitos pelo uso do solo em Parati-RJ**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - Departamento de Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 1997.

ANJOS, F. A. **Processo de planejamento e gestão de territórios turísticos: uma proposta sistêmica**. [Tese de doutorado, apresentado ao programa de pós-graduação em engenharia de produção da Universidade Federal de Santa Catarina]. Florianópolis: UFSC, 2004.

ANTUNES. R. Desenvolvimento turístico: Um olhar sobre as comunidades receptoras. In: **RUSCHMANN, D. Planejamento Turístico**. Barueri: Manole, 2006.

AMMANN, S. B. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1980.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: Informação e Documentação: Referências: elaboração**. Rio de Janeiro, 2000.

AZEVEDO, R. A. **Aspectos relevantes do desenvolvimento sustentável de pequenas cidades**. 2007. Disponível em: <<http://www.ruiazevedo.com/visualizar.php?id=531886>>. Acesso em: 6 jan. 2010.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**. Campinas: Papyrus, 2000.
_____. & BANDUCCI JR, Álvaro (Orgs). **Turismo e Identidade Local: Uma visão antropológica**. Campinas: Papyrus, 2001

BARTHOLO, R; SAN SOLO, D. & BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (org), **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: HUCITEC, p.23-41, 1996.

BUARQUE, S. C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BURSZTYN, I; DELAMARCO, L; SAVIOLO, S. & DELAMARCO, M. Benchmarking. **Prainha do Canto Verde**. In: Caderno Virtual do Turismo, v. 3, n.3, 2003.

CAMPOS, A; BURSZTYN, I; DELAMARCO, M. & LIMA, P. R. **Trindade, uma iniciativa de Turismo de Base Comunitária**. In: GT - Interfaces com o Desenvolvimento, a Cultura e o Meio Ambiente do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.

CAMPOS, F. **Direito Constitucional**. V.2. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1956.

CARMO, H. **Desenvolvimento Comunitário**. Lisboa: Universidade Aberta, 1999.

CORDEIRO, D. **Ciência, pesquisa e trabalho científico: uma abordagem metodológica**. 2ª ed. Goiânia: UCG, 1999, p. 50.

CORIOLO, L. N. M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R; SANZOLO, D. & BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CORRALO, G. **A autonomia municipal como um direito fundamental na Constituição Brasileira**. [Tese de doutorado no programa de pós-graduação em Direito). Universidade Federal do Paraná. UFPR. Curitiba, 2006.

DENCKER, A. F. **Método e técnicas de pesquisa em turismo**. 4ª Ed. São Paulo: Futura, 1998.

DESLANDES, S. F. & MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 12ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, G. F. **Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental: Manual do Professor**. São Paulo: Global, 1994.

_____. **Educação Ambiental. Princípios e Práticas**. 3ª Ed. São Paulo: Gaia, 1994.

DIEGUES, A. C. S. **Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais**. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.

ESTATUTO DA CIDADE. **Guia para implementação pelos municípios e cidades**. 2ª ed. Brasília: Câmara dos deputados, coordenação de publicações, 2001.

FARIA, D. S. & CARNEIRO, K. S. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 2001, p. 95.

FLECHA, V. J. **Autonomia Municipal y Descentralización. Congreso Latinoamericano de Parlamentarios Municipales**. Ciudad de Pilar. República Argentina. Ago de 2004. Disponível em: <http://ipmcs.fiu.edu/docs/PONENCIA_AUTNONOMIA_Victor%20Flecha.pdf>

GADOTTI, M. **Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório**. 2006.

GANDIN, D. **A Prática do Planejamento Participativo**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade**. Currículo sem Fronteira: v.1, n. 1, jan./jun., 2001, pp. 81-95.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GETZ, D. & JAMA, T .B. **Collaborative Theory and Community Tourism Planning**. Annals of Tourism Research, 1995, p. 186-204,

HALL, M. C. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

HARRISON, D & PRICE, M. **Fragile Environments, Fragile Communities? An Introduction, 1996**. In: PRICE, M. People and Tourism in Fragile Environments. Chichester. Tourism Management. v. 18. set 1997, p. 405-407. Disponível em: <www.sciencedirect.com. Acesso em: 13 jan. 2010>.

HARVEY, D. **Justiça social e a cidade**. (Tradução Armando C. da Silva). São Paulo: Hucitec, 1980.

HORN, C. & SIMMONS, D. **Community adaptation to tourism: Comparisons between Rotorua and Kaikoura, New Zealanda**. In: Tourism Management, v. 23, 2002, p. 133-143.

INSTITUTO de Pesquisa do Discurso do Sujeito Coletivo. Disponível em: <<http://www.ipdsc.com.br/scp/index.php>>. Acesso em: 12 set. 2008.

IRVING, M. A. Turismo e ética: premissa de um novo paradigma. In: CORIOLANO, L. N. M. T. (Org.). **Turismo com ética**. v. 1, Fortaleza: UECE, 1998, p. 33-42.

_____. & AZEVEDO, Julia. **Turismo: O Desafio da Sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

ISRAEL. **Community-Based Participatory**. Research for Health, 2003.

JAIN, S. P. & POLMAN. W. **A Handbook for Trainers on Participatory Local Development**. FAO: RAP jul de 2003. Disponível em:

<http://www.fao.org/documents/show_cdr.asp?url_file=/DOCREP/006/AD346E/ad346e0e.htm>.

KÖCHE, J. C. **Fundamento da metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

KOSTER, R. & RANDALL, J. E. **Indicators of community economic development through mural-based tourism**. In: *The Canadian Geographer*, v. 49, n. 1, 2005, p. 42-60.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 115.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa** (desdobramentos). 2. ed. Caxias do Sul: Educus, 2005.

MACDONALD, R & JOLLIFFE, L. **Turismo cultural rural: Evidências do Canadá**. In: *Annals of Tourism Research*. v. 30, n. 2, 2003.

MAC DONALD, H. A importância da iniciativa privada na gestão municipal. In: MAGNET, M. (Org.) **Paradigma urbano: as cidades do novo milênio**. Lisboa: Quetzal, 2001.

MADURO ABREU, A. **Por uma Gestão Sistêmica e Participativa Local – GSPL: o caso das comunidades do Médio Maracá**. [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Brasília. UnB, 2005. Disponível em: <<http://www.unbcds.pro.br/publicacoes/AlexandreMaduro.pdf>> Acesso em 02/2010.

MAIA, D. S. **Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para o estudo sobre as cidades pequenas**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. Manaus: Anais. out. 2005. CD-ROM.

MANSFELD, Y. & JONAS, A. **Evaluating the socio-cultural carrying capacity of rural tourism communities: a ‘value stretch’ approach**. In: *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*. v. 97, issue 5, 2006, p. 583-601

MARICATO, E. **Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MATTUS, C. O planejamento como um problema entre os homens. In: _____. **Política, planejamento e governo**. Rio de Janeiro: IPEA, 1983, p. 16.

MBAIWA, J. E. **Enclave tourism and its socio-economic impacts in the Okavango Delta**. In: _____. *Enclave tourism and its socio-economic impacts*

in the Okavango Delta, Botswana. *Tourism Management, U.K.*, v. 26, 2003, p. 157-172.

MEGGINSON, L; MOSLEY, D. & PIETRI JR, P. **Administração, Conceitos e Aplicações**. 4ª ed. São Paulo: Harbra, 1998.

MERCER, D. A difícil relação entre o turismo e a população nativa: a experiência da Austrália. In: THEOBALD, William F. (Org.). In: **Turismo global**. São Paulo: SENAC, 2002.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 12ª Ed. (Coleção temas Sociais) Petrópolis: Vozes, 1999.

MITCHELL, R. E. & REID, D.G. **Community integration: Island tourism in Peru**. In: *Annals of Tourism research*, v. 28, n. 1, 2001, p. 113-139. Disponível em: <<http://www.planeta.com/planeta/00/0010peru.html>>.

MOREIRA, A. C. M. L. Conteúdo e tipologia de planos diretores. In: Fundação Prefeito Faria Lima - Cepam. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: 1999, p. 249 – 255.

OLIVEIRA, A. C. Turismo e população dos destinos turísticos: um estudo de caso do desenvolvimento e planejamento turístico na Vila de Trindade. In: **BARTHOLO, R., SANSOLO, D., BURSZTYN, I. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

OLIVEIRA, E. M, QUINTAS, J. S & GUALDA, M. J. **Diretrizes para a execução da Política Nacional de Meio Ambiente/Educação Ambiental: Proposta preliminar para discussão**. Brasília, 1991.

OLIVEIRA, M. S. C. **Os sambaquis da planície costeira de Joinville, litoral norte de Santa Catarina: geologia, paleogeografia e conservação**. [Dissertação de mestrado] Florianópolis: UFSC, 2000.

OLTHETEN, T. M. P. **Participatory Approaches to planning for Community Forestry**. In: A synthesis report, Forests, Trees and People Programme, Forestry Department Working Paper. n. 2, 1999.

OMT. **Agenda para planificadores locais: turismo sostenible y gestion municipal**. (Edición para América Latina y Caribe). Madrid. 1999.

_____. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001

_____. **Guia de desenvolvimento sustentável**: Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 23 de junho de 2006.

_____. Contribuição à Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, Johannesburgo, 2002. Relatório do Secretário Geral, Madri, maio,

2001. **Código Mundial de Ética do Turismo**. Disponível em: <<http://world-tourism.org>>.

PAOLETTA, E. S. **Autonomia Municipal: El problema económico**. Disponível em: <<http://www2.uca.edu.ar/esp/sec-pigpp/esp/docs-estudios/revista/tp6/municipal.pdf>>.

PICHETTI, A. **História de Santa Catarina**. v. 5. Florianópolis: Grafipar, 1970.

PIRES, M. C. S. **A ressemantização da autonomia municipal: Em face dos desafios contemporâneos**. In: Revista de informação legislativa, Brasília a. 38 n. 149. jan./mar. 2001, p. 229-242.

_____. **Autonomia municipal no Estado Brasileiro**. Disponível em: http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/Pdf/pdf_142/r142-14.PDF. Acesso em: 10 de março de 2010.

POULTNEY, C & SPENCELEY, A. **Practical strategies for poor-poor tourism, Wilderness Safaris South África: Rocktail Bay and Ndumu Lodge**. PPT Working Paper n. 1, 2001.

REED, M. G. **Power relations and community-based tourism planning**. In: Annals of Tourism Research. v. 24, n. 3. 1997, p. 566-591.

REZENDE, D. D & FREY, K. **Administração estratégica e governança eletrônica na gestão urbana**. EGESTA, Santos, n. 1. abr/jun. 2005, p. 51-59.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999, p. 207.

RODRIGUES, A. B. Turismo Local: oportunidades para inserção. In:_____. (Org.) **Turismo e Desenvolvimento Local**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 55-64.

RUGENDYKE, B & THI SON, N. **Conservation costs: Nature-based tourism as development at Cuc Phuong National Park, Vietnam**. Asia Pacific Viewpoint. v. 46, n. 2, 2005, p. 185-200.

RUSCHMANN. D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond. 2004.

SALES, E. J. C. G & FILHO, D. A. F. **Turismo e a problemática da inclusão/exclusão socioespacial: Um estudo exploratório em Armação dos Búzios-RJ**, 2008. Disponível em: < <http://www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/1122-1140elias.pdf>>.

SANSOLO, D & BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SANTA CATARINA, **Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Índice de desenvolvimento social dos municípios.** Florianópolis. sl., 1997.

SANTOS, C. **Espaço turístico e globalização: refletindo seus efeitos no meio ambiente.** Montagem, Ribeirão Preto: CUMML. a. 5, n. 5. Nov de 2001, p.49-55.

SANTOS JR, O. A. **Democracia e Governo local.** Rio de Janeiro: Revan, 2001.

SANTOS, M. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método.** 2ª Ed. São Paulo, 1979.

_____, **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, E. L & MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 2ª ed. Revisada. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2001.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 14ª ed. São Paulo: Malheiros, 1997, p. 546. Disponível em: <http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/Assessoria_Juridica/Civel/Controle_Constitucionalidade/Adins_PGJ_Iniciais/ADINI-99713-09_%2030-11-09.htm>. Acesso em 10 de março de 2010.

SILVA SOUZA, L. **Turismo e desenvolvimento local sustentável na Paraíba.** Edição eletrônica, 2006. Disponível em: <www.eumed.net/libros/2006b/lss/>

SOUZA, Edinelson. **Reconstruindo Nossas memórias.** sl., 2003.

SOUZA, M. J. L de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E de; GOMES, P. C da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SOUZA, U. C & LEMES, K da C. **O papel do Estatuto da Cidade na construção das cidades democráticas: Um estudo de caso do planejamento urbano em Ipameri/GO.** IX Jornada do Trabalho Dinâmica Territorial do Trabalho no Século XXI: em busca dos sujeitos que podem emancipar a sociedade para além do capital 10 a 13 de Outubro de 2008 UFG/Catalão/GO. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/IXJornada/uanderson.pdf>>. Acesso em: 10 de março de 2010.

SPÓSITO, E. S. Políticas Públicas: teoria, prática e ideologia. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. **Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas.** Presidente Prudente: Unesp, Gasperr, 2001. p. 311 a 330.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: _____. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas.** São Paulo: UNESP, 2001.

SHERMAN, J. **Honduras: Promoting Community-Based Tourism.** Global Greentrants Fund, 2007.

TOSUN, C. **Expected nature of community participation in tourism development.** In: *Tourism Management: Research, Policies, Practice*. n. 27, 2006, p. 493-504.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** 1ª.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, A. M de. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação, e alternativas na área da saúde.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2005.

WWF-BRASIL. **Certificação em Turismo: Lições mundiais e recomendações para o Brasil.** SALAZAR, Sergio (Coord.). Brasília: WWF-Brasil, 2001. 2002

_____. SERGIO. Salvati. Disponível em: < <http://turisol.wordpress.com/>>

WWF-INTERNACIONAL. **Guidelines for community-based ecotourism development.** Jul de 2001. Disponível em: <<http://www.panda.org/downloads/policy/guidelinesen.pdf>. Acesso em: jan de 2005.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos.** 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WEBSITE

CBT: **Community Based Tourism.** *Principles and Meaning.* Disponível em: <www.communitybasedtourism.com>.

IBGE: **Produto Interno dos Municípios,** 2003-2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2003_2007/default.shtm>.

IBGE: **Contagem da população,** 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>.

OMT: **Organização Mundial do Turismo.** Disponível em: <<http://world-tourism.org>>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL - SC. Dados Gerais sobre o Município. Disponível em: <<http://www.balneariobarradosul.sc.gov.br/home/?>> Acesso em: 27 de abril de 2008.

REDETRAF: Rede de Turismo na Agricultura Familiar. Disponível em: <www.redetraf.com.br>.

REDTURS: Rede de Turismo Comunitário da América Latina. Disponível em: <www.redturs.org>.

RITA: Rede Indígena de Turismo do México. Disponível em: <www.rita.com.mx>.

TUSOCO: Rede Boliviana de Turismo Solidário Comunitário. Disponível em: <www.tusoco.com>.

TUCUM: Rede Cearense de Turismo Comunitário. Disponível em: <www.tucum.org>.

TURISOL: Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário. Disponível em: <www.turisol.wordpress.com>.

OUTROS

MATTOSO, A. Entrevista: Liderança na luta pelos trindadeiros. Jornal O Paratiense, mar de 2002.

FOLHA DE SÃO PAULO. Nº 108515. Data: 17/11/2007. Disponível em: <<http://infoener.iee.usp.br/infoener/hemeroteca/imagens/108515.htm>> Acesso em: 25 de maio de 2008.

DADOS BALNEÁRIO BARRA DO SUL – SC: Censo Agropecuário. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 25 de maio de 2008.

APÉNDICES

Apêndice 01: Roteiro de Entrevista



Roteiro de Entrevista destinada ao Poder Público

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
PROGRAMA DE MESTRADO ACADÊMICO EM TURISMO E HOTELARIA

Projeto: Autonomia Municipal e Participação Popular no processo de Planejamento e Gestão do Turismo em Cidades Pequenas – Balneário Barra do Sul/ SC.

Data: ____/____/ 2010

Local: _____

1. Em sua opinião a atividade turística realizada atualmente no município de Balneário Barra do Sul representa ou não uma alternativa na busca pelo desenvolvimento local. Qual seria a principal dificuldade a ser superada para que o desenvolvimento turístico local seja possível.

2. Em sua opinião, o que é Autonomia municipal?

3. Qual a importância da autonomia municipal dentro do processo de planejamento e gestão do turismo para você?

4. Como representante ligado ao turismo regional e/ou local, você possui autonomia individual na tomada de decisão? De que forma?

5. Que tipo de planejamento turístico existe hoje e qual a atuação da instituição representada, no processo do planejamento turístico existente hoje na região de litoral norte de Santa Catarina?

6. Você acredita que esta forma de planejamento dá suporte suficiente para uma boa gestão do turismo regional e local?
7. Quem é responsável pelo planejamento e gestão do turismo de Balneário Barra do Sul?

- (...) o Poder Público Estadual.
- (...) o Poder Público Municipal.
- (...) o Sociedade Privada.
- (...) a Sociedade Civil.
- (...) parceria entre ambos os setores. Quais?

8. Existe participação da comunidade no processo de planejamento e gestão do turismo local? Em sua opinião, a participação popular da comunidade é importante neste tipo de processo?

Ao final desta entrevista gostaria de lhe fazer algumas perguntas pessoais:

Nome: _____
Idade : _____ anos
Local de nascimento : _____ Estado: _____
Formação:
(...) sem estudos (...) 1^o. grau (...) 2^o. grau
(...) superior: Qual? _____ (...) Pós-Grad. Qual? _____
Cargo Atual: _____ Instituição: _____
Cidade : _____ Estado: _____

Apêndice 02: Questionário de Entrevista



Questionário destinado a Iniciativa privada e sociedade civil

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
PROGRAMA DE MESTRADO ACADÊMICO EM TURISMO E HOTELARIA

Projeto: Autonomia Municipal e Participação Popular no processo de Planejamento e Gestão do Turismo em Cidades Pequenas – Balneário Barra do Sul/ SC.

Data: ____/____/ 2010

Local: _____

Gostaríamos de saber em seu ponto de vistas sobre a comunidade residente de Balneário Barra do Sul:

1. Você espera continuar vivendo aqui nesta comunidade por quanto tempo?

2. Com relação à participação da comunidade nos assuntos da localidade você avalia que esta postura é:

() muito participativa () pouco participativa
 () razoavelmente participativa () “nada” participante

3. Se houvesse a implantação de algum projeto, como oficinas de artesanato, cursos de gastronomia, cursos diversos relacionados ao turismo, em sua opinião, a participação da comunidade seria:

() muito expressiva () pouco expressiva () nada expressiva

4. Você acredita que a participação da comunidade no processo de planejamento e gestão do turismo pode melhorar o turismo local se houver mais incentivo?
 Comente?

5. O que você considera como sendo o maior problema em relação ao turismo no município?

6. Quais os maiores conflitos de interesse entre a população tradicional, comunidade secundária, iniciativa privada e Poder público?

Ao final desta entrevista gostaria de lhe fazer algumas perguntas pessoais:

Nome: _____
Idade : _____ anos
Local de nascimento : _____ Estado: _____
Formação:
(...) sem estudos (...) 1^o. grau (...) 2^o. grau
(...) superior: Qual? _____ (...) Pós-Grad. Qual? _____
Cargo Atual: _____ Instituição: _____
Cidade : _____ Estado: _____

Apêndice 03: Termo de consentimento

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
PROGRAMA DE MESTRADO ACADÊMICO EM TURISMO E HOTELARIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário, em uma pesquisa. Você precisa decidir se quer participar ou não. Por favor, não se apresse em tomar a decisão. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo qualquer dúvida que você tiver. Este estudo está sendo conduzido por Suélin Joris (CPF: 03665000904) mestranda em Turismo e Hotelaria da UNIVALI – Bal. Camboriú-SC. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar a direção do Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade Vale do Itajaí, pelo telefone (47) 3261-1211.

ESCLARECIMENTOS SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Autonomia Municipal e Participação Popular no processo de Planejamento e Gestão do Turismo em Cidades Pequenas – Balneário Barra do Sul/SC

Pesquisador Responsável: Suélin Joris

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): 47-8422-8821

Email para contato: suelin_joris@hotmail.com

A presente pesquisa tem por objetivo:

- Analisar a iniciativa de autonomia municipal frente ao processo de planejamento e gestão do turismo participativo em cidades pequenas, tendo como estudo de caso Balneário Barra do Sul – SC, na tentativa de compreender o equilíbrio entre as noções da autonomia municipal e a participação popular dentro do processo de planejamento e gestão de turismo.

Verificar a percepção dos atores públicos ligados ao turismo de Barra do Sul sobre o processo de autonomia municipal dentro do planejamento e gestão do turismo em nível local e verificar a percepção dos atores e privados e comunitários ligados ao Turismo de Barra do Sul sobre o processo de participação popular dentro do planejamento e gestão do turismo de Barra do Sul, possibilitando analisar se a articulação entre a prática de turismo de base comunitária, o planejamento e gestão participativa e a autonomia municipal pode promover um melhor desenvolvimento para a realidade local, tendo como base cidades pequenas.

Garantia de acesso: Em qualquer etapa do estudo, você poderá ter acesso ao profissional responsável pela pesquisa para qualquer esclarecimento. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com a direção do Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade Vale do Itajaí, pelo telefone 47- 3261-1211

Nome e Assinatura do pesquisador _____

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, CPF: _____, concordo em participar do estudo de dissertação

sobre a Autonomia Municipal e Participação Popular dentro do processo de Planejamento e Gestão do Turismo em Cidades Pequenas – Balneário Barra do Sul/SC, como sujeito, fui suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo.

Local _____ e _____ data _____

Nome _____ e Assinatura _____ do sujeito _____ ou responsável: _____

ANEXOS

Anexo 01: Lei 805/08 | Lei Nº 805 de 19 de maio de 2008 de Balneário Barra do Sul.**ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO PROGRAMA DO ANO DE 2008, DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL**

VALDEMAR BARAÚNA DA ROCHA, Prefeito Municipal de Balneário Barra do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar para a tender as seguintes dotações orçamentárias no orçamento do ano de 2007:

03.00 - Secretaria de Administração e Finanças	03.01 - Secretaria de Administração e Finanças	04.122. - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	339000 - Aplicações Diretas	10000 - Recursos Ordinários.....R\$	20.000,00
03.00 - Secretaria de Administração e Finanças	03.01 - Secretaria de Administração e Finanças	04.122.0022.21.16 - Precatórios Judiciais	339000 - Aplicações Diretas	10000 - Recursos Ordinários.....R\$	15.000,00
06.00 - Secretaria de Educação e Cultura	06.01 - Secretaria de Educação e Cultura	12.361. - Manutenção do ensino Fundamental	3390000 - Aplicações diretas	31549 - Transferência do salário Educação.....R\$	33.707,20
07.00 - Secretaria de obras Serviços Públicos e Transportes	07.01 - Secretaria de obras Serviços Públicos e Transportes	15.451. - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras	339000 - Aplicações Diretas	14200 - Royalties Petróleo.....R\$	65.000,00
08.00 - Secretaria de Esporte e Turismo	08.01 - Secretaria de Esporte e Turismo	27.695.363.2065 - Manutenção da Secretaria de esporte e turismo	339000 - Aplicações Diretas	14200 - Royalties Petróleo.....R\$	5.000,00
10.00 Secretaria Municipal de Assistência e Bem Estar Social	10.01 Secretaria Municipal de Assistência e Bem Estar Social	08.244. - Manutenção da Casa da Cidadania	3390000 - Aplicações Diretas	14200 - Royalties Petróleo.....R\$	2.000,00
10.00 Secretaria Municipal de Assistência e Bem Estar Social	10.01 Secretaria Municipal de Assistência e Bem Estar Social	08.244. - Manutenção da Secretaria de Assist. E Bem Estar Social	3390000 - Aplicações Diretas	14200 - Royalties Petróleo.....R\$	7.000,00
				TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....R\$	147.707,20

Art. 2º - Os recursos para a abertura destes créditos adicionais serão provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.00 - Gabinete do Prefeito	04.122. - - Manutenção do Gabinete do Prefeito	339000 - Aplicações Diretas	14200 - Royalties Petróleo.....R\$	5.000,00
449000 - Aplicações Diretas	14200 - Royalties Petróleo.....R\$	4.000,00	03.00 - Secretaria de Administração e Finanças	03.01 - Secretaria de Administração e Finanças
04.122. - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	339000 - Aplicações Diretas	14200 - Royalties Petróleo.....R\$	30.000,00	449000 - Aplicações Diretas
14200 - Royalties Petróleo.....R\$	30.000,00	449000 - Aplicações Diretas	14200 - Royalties Petróleo.....R\$	5.000,00

Royalties Petróleo.....R\$ 30.000,00 04.00 Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econ.

04.01 Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econ.

04.121. - Manutenção da Secretaria de Planejamento 319000 - Aplicações Diretas 10000 - Recursos Ordinários.....R\$ 15.000,00 339000 - Aplicações Diretas 14200 - Royalties Petróleo.....R\$ 5.000,00 06.00 - Secretaria de Educação e Cultura 06.01 - Secretaria de Educação e Cultura 12.361. - Ampliação da Escola Adalziza Leonilda de Sousa Cunha 4490000 - Aplicações diretas 31549 - Transferência do salário Educação.....R\$ 33.707,20 08.00 - Secretaria de Esporte e Turismo 08.01 - Secretaria de Esporte e Turismo 27.695.363.2065 - Manutenção da Secretaria de esporte e turismo 319000 - Aplicações Diretas 10000 - Recursos Ordinários.....R\$ 20.000,00 449000 - Aplicações Diretas 14200 - Royalties Petróleo.....R\$ 5.000,00 TOTAL DA ANULAÇÃO.....R\$ 5.000,000

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário constantes da Lei Orçamentária Anual 2008. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, 19 de Maio de 2008.

VALDEMAR BARAÚNA DA ROCHA

Prefeito Municipal

Anexo 02 : Controladoria geral da união.

Recursos Recebidos do Governo Federal em 2009

Repasses do Governo Federal para o município em outubro de 2009:

R\$ 592.793,39

Repasses do Governo Federal para o município acumulado em 2009:

R\$ 4.922.631,80

Recursos Recebidos por Área

Encargos Especiais -----	R\$ 4.137.399,86
--------------------------	------------------

Saúde -----	R\$ 397.120,70
-------------	----------------

Assistência Social -----	R\$ 266.662,15
--------------------------	----------------

Urbanismo -----	R\$ 78.000,00
-----------------	---------------

Educação -----	R\$ 43.449,09
----------------	---------------

Recursos Recebidos por Ação

FPM - CF art. 159 -----	R\$ 2.347.410,08
-------------------------	------------------

Royalties -----	R\$ 1.339.060,75
-----------------	------------------

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)